

HELDER JONICO DO AMARAL

Arquitetura Moderna no Lobito: importância e
perspetivas de preservação

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Lisboa

2018

HELDER JONICO DO AMARAL

**Arquitetura Moderna no Lobito: importância e
perspetivas de preservação**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 26 de Setembro de 2018,
perante o júri, nomeado pelo Despacho de
Nomeação nº 260/2018, de Julho, com a
seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone
Ressano Garcia

Arguente: Prof.^a Doutora Maria Rita Pais
Ramos Abreu de Almeida

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio
Monteiro Lopes

Vogal: Prof. Doutor Bernardo de Castro
Norton Vaz Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Lisboa

2018

Dedicatória

À minha querida avó Laurinda Nofila Cowale, eternas saudades.

Agradecimentos

Este trabalho representa a conclusão de uma etapa importante no meu percurso académico, a qual não teria sido possível sem o apoio e ajuda dos meus familiares e amigos. Por isso, aproveito deixar aqui o meu Muito Obrigado.

Agradeço especialmente:

Ao meu orientador Professor Flávio Lopes, pelo acompanhamento da investigação produzida, pela paciência e disponibilidade que demonstrou ao longo da realização deste trabalho;

Aos meus pais, Henrique Pedro e Vanaquissa Jonico, pelo apoio incondicional, compreensão e por acreditarem sempre em mim;

Aos meus irmãos por serem a minha grande motivação;

À minha querida tia Chinha, com quem partilhei morada e estive sempre comigo durante a minha formação, sem esquecer a Dona Lena e Dona Nené por me receberem de braços abertos quando cheguei à Lisboa.

Aos meus colegas de curso que estiverem sempre comigo, Arlindo Carlos, Ivanildo Lino, Marco Branquinho e Sidney Antunes, pelo contributo dado das mais diversas formas.

À Administração Municipal do Lobito, os meus profundos agradecimentos pela atenção, disponibilizando o material de arquivo para o desenvolvimento desta pesquisa;

Enfim, a todos que me apoiaram e contribuíram de alguma forma na elaboração desta dissertação de Mestrado, agradeço verdadeiramente.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo debater os valores e as formas de preservação dos edifícios modernistas da cidade do Lobito, de forma a contribuir para a preservação e divulgação do património arquitetónico moderno presente nessa cidade, com destaque para as obras do arquiteto Francisco Castro Rodrigues. Para esse efeito, é feito um enquadramento sobre importância da arquitetura moderna no mundo e são abordados os esforços que as organizações internacionais, como a UNESCO, e não governamentais, como o DOCOMOMO, têm realizado para um melhor reconhecimento e compreensão deste património.

Em Angola, apesar de existirem instituições públicas e legislação apropriadas que atuam na sensibilização para a preservação e divulgação do património arquitetónico nacional, verifica-se ainda, atendendo à sua proximidade histórica, um grande desinteresse por parte de muitos intervenientes responsáveis e da população, na protecção e valorização de edifícios construídos em meados do século XX. Ainda assim, apesar de se ter atingido um importante avanço em matéria de inventariação e identificação sobre arquitetura modernista em Angola, falta ainda uma maior promoção de informação que desperte atenção do público em geral para os seus valores. A conservação deste património justifica-se para não privar as gerações futuras do conhecimento deste período da história da arquitetura angolana que, como se demonstrou neste trabalho, está profundamente ligada à história da arquitetura mundial, nomeadamente da Europa e do Brasil.

O património arquitetónico inerente ao Movimento Moderno existente em Angola é de origem portuguesa, mas tem a particularidade de mostrar uma geração de arquitetos que aí encontram liberdade, que não tinham em Portugal, para experimentar novos conceitos e técnicas construtivas. Os novos impulsos para o desenvolvimento do país estão, atualmente, a originar perigos potenciais de demolição dos edifícios modernistas existentes no centro da cidade do Lobito, apesar da sua relevância histórica e artística. Para se reverter esse quadro é urgente afirmar o valor patrimonial desses edifícios e associá-los a história de Angola, definindo, mecanismos complementares que propiciem a salvaguarda e promoção do património arquitetónico do século XX.

Este trabalho pretende, finalmente, contribuir para o melhor conhecimento e divulgação do património arquitetónico moderno da cidade do Lobito.

Palavras-chave: Património arquitetónico, Arquitetura Moderna, Preservação, Lobito.

Abstract

The aim of this work is to discuss the values and forms of preservation of the modernist buildings of the city of Lobito, in order to contribute to the preservation and dissemination and preservation of the modern architectural heritage present in this city, with Highlight for the works of the architect Francisco Castro Rodrigues. For this purpose, a general framework is made of the importance of modern architecture in the world and the efforts that international organizations such as UNESCO, and non-governmental organizations such as the DOCOMOMO, have carried out for a better knowledge and Understanding of this heritage.

In Angola, although there are public institutions and appropriate legislation that act in the awareness of the preservation and disclosure of the national architectural heritage, it is still observed, in view of its historical proximity, a great lack of interest on the part of many responsible actors and of the population, in the protection and appreciation of buildings built in the mid-twentieth century. Still, despite an important breakthrough in the field of inventory and identification on modernist architecture in Angola, there is still a better promotion of information that arouses attention from the general public to its values. The preservation of this heritage is justified in order not to deprive future generations of knowledge of this period in the history of Angolan architecture, which, as demonstrated in this work, is deeply linked to the history of world architecture, notably Europe and Brazil.

The architectural heritage inherent in the modern movement in Angola is of Portuguese origin, but it has the peculiarity of showing a generation of architects who find their freedom, who did not have in Portugal, to experience new concepts and Constructive techniques. The new impetus for the development of the country are currently causing potential dangers of demolition of the modernist buildings in the center of the city of Lobito, despite its historical and artistic relevance. To reverse this framework, it is urgent to affirm the patrimonial value of these buildings and to associate them with the history of Angola, defining, complementary mechanisms that propitiate the safeguard and promotion of the architectural heritage of the twentieth century.

This work aims at last to contribute to the best knowledge and dissemination of the modern architectural heritage of the city of Lobito.

Key-words: Architectural heritage, Modern Architecture, Preservation, Lobito.

Abreviaturas e símbolos

CFB - Caminho de Ferro de Benguela

CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

DOCOMOMO - Comissão Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno (International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement)

GUC - Gabinete de Urbanização Colonial

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

Índice

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	7
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 ENQUADRAMENTO	16
1.1 MODERNISMO – VALOR INTERNACIONAL	17
1.2 A IMPORTÂNCIA DO DOCOMOMO	28
1.3 MOVIMENTO MODERNO EM ANGOLA	42
CAPÍTULO 2 ARQUITETURA MODERNA NO LOBITO	53
2.1 IMPORTÂNCIA	54
2.2 O ARQUITETO FRANCISCO CASTRO RODRIGUES	61
CAPÍTULO 3 CASOS DE ESTUDO	68
3.1 BLOCO HABITACIONAL UNIVERSAL	69
3.2 CINE-ESPLANADA FLAMINGO	76
3.3 LICEU DO LOBITO	81
3.4 NIMAS 500	88
CAPÍTULO 4 O FUTURO. LINHAS DE TRABALHO	94
4.1 INVENTARIAÇÃO	94
4.2 PROTEÇÃO LEGAL	96
CONCLUSÃO.....	98
BIBLIOGRAFIA.....	100

Índice de Figuras

Figura 1. Bauhaus, 1925/26; Fonte: (Gropius, 1925).	18
Figura 2. Farnsworth House, 1951; Fonte: (Admin, 2016).....	21
Figura 3. Pavilhão Alemão da Feira de Barcelona, 1929; Fonte: (Casals, 1997).....	22
Figura 4. Casa da Cascata, 1937; Fonte: (González, 2017).....	23
Figura 5. Museu Solomon R. Guggenheim, 1959; Fonte: (Howe, s.d.)	23
Figura 6. Villa Svoje, 1928; Fonte: (Gherardini & Olmo , 2015).....	25
Figura 7. Unidade Habitacional de Marselha, Fonte: (Sbriglio, Le Corbusier: L' Unité d'habitation de Marseilles, 2004).....	25
Figura 8. Cartaz do evento de lançamento do Docomomo International Portugal; Fonte: (International, 2015).....	32
Figura 9. Edifício do Ministério da Educação e Saúde, 1936, Fonte: (rjarquitetura, 2012). ..	36
Figura 10. Cartaz de Apresentação Docomomo Angola.	37
Figura 11. Mercado de Kinaxixe, 1950 - 52; Fonte: (Fernandes, 1997).....	38
Figura 12. Bloco Habitação Coletiva, 1995; Fonte: (Fernandes, 1997)	39
Figura 13. Edifício Habitacional, Luanda; Fonte: (Freches, 2012).....	39
Figura 14. Guia e Bandeiras Oficiais da Exposição, 1940; Fonte: (Leite, 2012).....	44
Figura 15. Banco de Angola, Luanda, 1952; Fonte: (Fernandes, 2009).	45
Figura 16. Palácio de Vidro, Luanda, 1963; Fonte: (Fernandes, 2009).	46
Figura 17. Cine Esplanada Impala, Namibe, 1960; Fonte: (MariaNJardim, 2011).	47
Figura 18. Hotel Mombaka, Benguela; Fonte: (Celorico, 2012).	47
Figura 19. Igreja da Sagrada Família, Luanda, 1974; Fonte: (Patrício, 2013).	48
Figura 20. Rádio Nacional de Angola, Luanda, 1967; Fonte: (Prado & Martí, s.d.).	51
Figura 21. Mapa atual da cidade do Lobito (orientado a Norte); Fonte: (Google, 2017).	54
Figura 22. Anteprojeto do Porto Comercial e Cidade do Lobito, 1914; Fonte: (Fonte, 2007).	55
Figura 23. Planta da Cidade do Lobito e Arredores (desenho que serviu de base para a elaboração do Plano Diretor da Cidade do Lobito), 1925; Fonte: (Fonte, 2007).....	56
Figura 24. Vista aérea da cidade do Lobito, 1973; Fonte: (Vista aérea do Porto do Lobito , 2011).	57
Figura 25. Imagem moderna da cidade do Lobito, onde são visíveis edifícios administrativos, restaurantes, avenidas e praças amplas, década de 1960; Fonte: (Oldpaperandmore, 2017).	59
Figura 26. Casa Sol, Lobito, 1963, Fonte: (Milheiro, 2012).	62

Figura 27. Castro Rodrigues apresentando o Plano da Cidade do Lobito, s.d; Fonte: (Milheiro, 2009).	63
Figura 28. Capa do catálogo da exposição sobre “Arquitetura Moderna Brasileira”, 1961; Fonte: (Milheiro, 2008).	64
Figura 29. Aerogare do Lobito, 1956; Fonte: (Fonte, 2007).....	65
Figura 30. Igreja do Sumbe, 1966; Fonte: (Bonito, 2011).	66
Figura 31. – Igreja do Sumbe. Aspeto do interior, 1966; Fonte: (Bonito, 2011).	66
Figura 32. Localização dos edifícios em estudo, Lobito; Fonte [adaptado a partir de]: (Microsoft, 2017).	69
Figura 33. Bloco habitacional universal. Anteprojeto do edifício, piso rés do chão, 1957. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.	70
Figura 34. Bloco habitacional universal. Estudo da fachada apresentado no anteprojeto. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.	70
Figura 35. Bloco habitacional universal. Estudo de volumes do edifício. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	71
Figura 36. Bloco habitacional universal. Planta do piso 0, onde estão localizados os espaços de comércio e serviços. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.	71
Figura 37. Bloco habitacional universal, vista a partir da Praça Patrice Lumumba; Fonte: Autor.	72
Figura 38. Bloco habitacional Universal. Fonte: (Oliveira, 2008).	73
Figura 39. Bloco habitacional universal. Planta do piso 1, destinado a escritórios. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.	73
Figura 40. Bloco habitacional universal. Planta dos pisos 2, 3. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	74
Figura 41. Bloco habitacional universal. Planta dos pisos 4, 5, 6. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	74
Figura 42. Cine-esplanada Flamingo. Estrutura que funcionava como cobertura de sombreamento; Fonte: (Oliveira, 2008).....	76
Figura 43. Cine-esplanada Flamingo. Planta Geral, onde se percebem todos equipamentos de apoio existentes e as paredes ondulantes que limitam o espaço. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	77
Figura 44. Cine-esplanada Flamingo. Corte, onde é perceptível a cabine de projeção levantada do solo. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.	77
Figura 45. Cine-esplanada Flamingo. Vista aérea.	78
Figura 46. Cine-esplanada Flamingo. Pormenor da estrutura do betão e da cabine de projeção; Fonte: Autor.	79

Figura 47. Cine-esplanada Flamingo. Alçado; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	79
Figura 48. Liceu do Lobito. Implantação, dos 4 edifícios construídos do Liceu do Lobito; Fonte: (Milheiro, 2012).....	81
Figura 49. Liceu Salazar, Maputo, 1960; Fonte: (Melo, 2012).....	82
Figura 50. Liceu do Lobito. Edifício Administrativo; Fonte: Autor.	83
Figura 51. Liceu do Lobito. Vista aérea do recinto, onde é possível perceber o alinhamento dos blocos das salas de aulas.	84
Figura 52. Liceu do Lobito. Primeiro bloco, correspondente ao núcleo de salas de aulas do 1º ciclo; Fonte: Autor.	85
Figura 53. Liceu do Lobito. Segundo bloco, correspondente as salas de aulas do 2º e 3º ciclo; Fonte: Autor.....	85
Figura 54. Liceu do Lobito. Ginásio; Fonte: Autor.	86
Figura 55. Liceu do Lobito. Pormenor do rendilhado na fachada do segundo bloco; Fonte: Autor.....	87
Figura 56. Nimas 500; Fonte: Autor.	88
Figura 57. Nimas 500. Implantação; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	89
Figura 58. Nimas 500. Planta do piso 0 casa de espetáculo; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	89
Figura 59. Nimas 500. Planta do piso 1; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	90
Figura 60. Nimas 500. Planta do piso 3 pertencente ao bloco de habitação; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	90
Figura 61. Nimas 500. Corte da casa de espetáculo; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	91
Figura 62. Nimas 500. Planta do piso 2 casa de espetáculo; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	92
Figura 63. Nimas 500. Planta dos pisos 4, 5 e 6; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	92
Figura 64. Nimas 500. Planta do piso 7; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.....	93
Figura 65. Nimas 500. Casa de espetáculo; Fonte: Autor.	93
Figura 66. Liceu Muto-ya-Kevela antes da reabilitação; Fonte: (Agency, 2018).....	95
Figura 67. Liceu Mutu-ya-Kevela atualmente; Fonte: (Agency, 2018).....	95

Introdução

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tem como objetivo debater os valores e as formas de preservação dos edifícios modernistas da cidade do Lobito, em Angola. Pretende-se com este estudo contribuir para o aumento do conhecimento sobre o património arquitetónico moderno presente na cidade do Lobito, servindo a posteriori como base para a sua divulgação e proteção.

O conhecimento adquirido, como estudante de arquitetura, sobre o Movimento Moderno e os seus principais precursores, surtiu em mim a curiosidade de estudar e analisar alguns edifícios emblemáticos construídos na fase do modernismo, na minha cidade. Assim surgiu o tema desta dissertação, movido por um sentimento nostálgico na busca de compreender as semelhanças e diferenças em relação aos modelos europeus e brasileiros, e as intenções de projeto por trás de cada edifício, com particular destaque para as obras do arquiteto Francisco Castro Rodrigues, que teve um papel importante na cidade do Lobito marcando a sua fisionomia e que permaneceu, até há pouco tempo, relativamente desconhecido.

A investigação baseou-se em trabalho de campo, tendo realizado uma viagem ao Lobito no ano de 2017. Desta forma foi possível uma percepção pormenorizada do estado de conservação de cada edifício estudado. Infelizmente, na visita aos edifícios habitacionais não foi permitida a entrada em nenhuma das residências, mas foi possível aceder às áreas comuns e perceber o funcionamento destes espaços. O registo fotográfico dos edifícios escolhidos e a recolha de documentação nos arquivos da Administração Municipal do Lobito, nomeadamente o acesso às memórias descritivas e aos desenhos técnicos dos projetos, apesar de alguns não se encontrarem completos, foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Embora existam, em Angola, instituições públicas e legislação apropriadas que atuam e apelam para os princípios éticos, morais e cívicos que dizem respeito à preservação do património histórico, cultural, artístico, arqueológico e natural com o propósito de tornar conhecido o património existente, verifica-se ainda um grande desinteresse de vários agentes e intervenientes, nomeadamente das instituições públicas e organizações da sociedade civil com responsabilidades implícitas ou explícitas nesse processo de preservação e valorização deste património. Assim, vários bens que contribuem para o carácter e identidade da cidade do Lobito, e estão presentes na memória coletiva, continuam condenados ao esquecimento até o seu desaparecimento físico.

Apesar de se ter atingido um avanço em matéria de inventariação e identificação da arquitetura modernista em Angola, que na verdade, são os primeiros instrumentos que poderão levar à proteção administrativa e legal e a criação de alguns mecanismos complementares que propiciam a sua salvaguarda e promoção, falta ainda uma vontade maior que desperte nos proprietários e na população o interesse de preservação desse património. A proteção do património implica que exista uma comunidade que sinta os objetos como seus, é um trabalho que passa pela sensibilização e envolvimento de toda comunidade na preservação e conservação desses mesmos objetos, e não um diálogo somente entre arquitetos e especialistas na matéria.

A arquitetura desenvolvida em África, principalmente em Angola e Moçambique, apresenta grande influência da arquitetura moderna brasileira. Os arquitetos que atuaram nesses territórios, encontraram condições favoráveis de trabalho e liberdade, que os permitiu experimentar e explorar novos conceitos. Um dos grandes sucessos da arquitetura moderna em contexto africano foi a adaptação ao clima e às condicionantes locais.

Preservar o património arquitetónico moderno significa lidar com edifícios e ambientes construídos que estão desprotegidos. O grande desafio da conservação deste património é o confronto entre o estatuto de património numa sociedade que transforma constantemente os seus valores, como o contexto físico, económico e funcional. Nesse contexto, o DOCOMOMO (Comissão Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno) tem tido um papel importante na promoção de projetos e pesquisas sobre arquitetura moderna, apresentando técnicas e métodos adequados assentes nos conceitos do modernismo internacional para a conservação e luta contra a destruição de obras significativas.

Os levantamentos e estudos feitos sobre o património arquitetónico moderno em território angolano, têm vindo a ser cada vez mais frequentes nos últimos anos, dado a sua grande qualidade construtiva e estilística. Refiram-se as diversas fontes consultadas em bibliotecas académicas e pela internet, que vão desde teses de doutoramento a dissertações de mestrado e estudos e artigos publicados sobre a evolução da cidade e a sua arquitetura.

Importa referir as seguintes obras que tiveram grande importância para a realização deste trabalho: *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique* (2014) da autora Ana Tostões; *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, (2009) do autor José Manuel Fernandes; *Nos Trópicos sem Le Corbusier* (2012) da autora Ana Vaz Milheiro; *Moderno Tropical Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975* (2009), da autora Ana Magalhães; *Arquitecturas de Luanda* (2010) dos autores Isabel Martins, Maria

Grilo e Roberto Machado; as teses de doutoramento *Urbanismo em Angola: de Norton de Matos à Revolução* (2007) da autora Manuela da Fonte; *Arquitectura portuguesa anos 30-50: atitude e crise de identidade: elementos para a construção de um percurso* (2011) do autor Luís Pereira, e alguns trabalhos académicos significativos, como as seguintes dissertações de mestrados: *Arquitectura Moderna na África Moderna Lusófona: Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique* (2011) da autora Jessica Bonito; *Adaptações informais na arquitetura moderna: a obra do arquiteto Simões de Carvalho nos bairros de Luanda* (2016) da autora Catarina Ribeiro e por fim *Memórias de um Mercado Tropical* (2012) do autor Diogo Cruz.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos que por sua vez são compostos por subcapítulos: o primeiro é dedicado ao enquadramento do tema em debate; o segundo aborda o Modernismo na cidade do Lobito; o terceiro é dedicado aos casos de estudo, e o último apresenta pistas para o Futuro, que podem ser traduzidas como linhas de trabalho.

O Capítulo 1 – Enquadramento, divide-se em três subcapítulos; sendo o primeiro sobre o Modernismo e o seu valor internacional, onde se aborda o seu surgimento e internacionalização, suas características e uma breve abordagem sobre alguns arquitetos de referência que contribuíram para o sucesso e afirmação do estilo. De seguida, aborda-se a importância do DOCOMOMO para a preservação e conservação do património arquitetónico moderno. Por último, o Modernismo em Angola, mostrando o seu início em Luanda e a progressiva introdução nas restantes províncias do país.

O Capítulo 2 – Modernismo no Lobito, divide-se em dois subcapítulos. O primeiro é sobre a sua importância, no qual aborda o valor que os ideias modernistas tiveram para o desenvolvimento urbano da cidade. O segundo evidencia o papel do arquiteto Francisco Castro Rodrigues, apresentando uma breve biografia que permite a compreensão do seu percurso como pessoa, e a influência que teve para desenvolvimento da cidade do Lobito.

O Capítulo 3 – Casos de estudo, divide-se em quatro subcapítulos, correspondendo cada um deles ao edifício analisado, com o apoio das peças escritas e gráficas dos projetos e das visitas efectuadas, documentadas pelas fotografias tiradas pelo autor.

O Capítulo 4 – Futuro: Linhas de trabalho, divide-se em dois subtemas, Inventariação e Proteção Legal, os quais, de uma forma geral, apontam possíveis caminhos a seguir em matéria de preservação e conservação do património arquitetónico modernista no país, baseando-se nas recomendações técnicas do DOCOMOMO, e tendo presente a

Recomendação sobre Património Arquitetónico do Século XX, elaborada pelo Conselho da Europa, a qual, apesar de ser dirigida à Europa, permite extrair ensinamentos universais.

No final apresentam-se as conclusões obtidas nesta investigação, juntando-se a lista de referências bibliográficas.

Capítulo 1 Enquadramento

Neste capítulo enquadra-se o tema da investigação, começando pelo surgimento do Modernismo ou Movimento Moderno na última década do século XIX e princípios do século XX na Europa, com a finalidade de proporcionar nas artes uma nova identidade, desligando-se dos estilos do passado e dos temas clássicos da arquitetura, da pintura e da escultura, de forma a ser aplicada em vários campos de produção económica e tecnológica, em busca de uma linguagem internacional a ser praticada com criatividade e liberdade. Abordam-se também as obras de arquitetos influentes, que contribuíram para a afirmação do estilo e da importância que os materiais de construção tiveram na transformação da arquitetura do século XX.

Em todo o texto se evidencia a importância que o DOCOMOMO tem para a inventariação e preservação do património arquitetónico moderno existente pelo mundo, por se constituir na organização internacional especialista na salvaguarda deste tipo de património. O propósito dessa organização é o de promover projetos e pesquisas sobre arquitetura moderna, que se traduzam numa documentação que incentive o desenvolvimento de técnicas e métodos adequados para conservação de obras significativas. E por fim, é analisada a importância que o movimento teve no desenvolvimento e modernização das cidades em Angola.

1.1 Modernismo – Valor internacional

O Modernismo ou Movimento Moderno, foi a corrente artística da última década do século XIX e princípios do século do XX, que surgiu na Europa com o propósito de proporcionar nas artes uma nova identidade, desligando-se dos estilos do passado, e os temas clássicos, da arquitetura, da pintura e da escultura, de forma a ser aplicada em vários campos da produção económica e tecnológica, em busca de uma funcionalidade e com aspiração de se formar numa linguagem internacional ou europeia e ser praticada com criatividade e liberdade.

No início do século XX a cultura ocidental, manifestava um desejo de renovação, apoiada na crença das vantagens e das potencialidades da tecnologia, como característica para as transformações progressistas. Surge, assim, a necessidade de se criarem modelos exemplares com um conjunto de princípios culturais, sociais, formais e teóricos para dar resposta a esse desejo. Esses princípios originaram o pensamento modernista que teve consequências em diversas áreas artísticas, incluindo a arquitetura. O desenvolvimento da indústria, principalmente na Alemanha, e o fim da Primeira Guerra Mundial fizeram com que a sociedade reformulasse os seus valores e os artistas fossem em busca de novas técnicas e teorias a serem experimentadas na arquitetura e nas restantes artes. Neste período, surgem as primeiras vanguardas artísticas. Estes movimentos tiveram como base de pensamento, a mudança no comportamento da sociedade e na forma de produzir arte em todas as suas vertentes, passando para elas uma nova forma de ver o mundo. (Pereira, 2011) & (Benevolo, 1976)

O período moderno viria a definir-se como um campo de projetos baseados na capacidade de transformação que a arte tem apoiada pela sua capacidade de alterações sociais, visando critérios de democracia e universalismo. A esses projetos, juntam-se crenças progressistas que determinam a evolução e o avanço de uma nova era.

A denominação “*Arquitetura Moderna*” é uma designação genérica para um conjunto de movimentos e escolas arquitetónicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida durante grande parte do século XX (especialmente entre as décadas de 1920 e 1960), inseridas no contexto artístico e cultural do modernismo. Como consequência, o termo modernismo será uma referência genérica que não traduz diferenças importantes entre arquitetos de uma mesma época, apesar de não ter havido um ideário moderno único. As suas características podem ser encontradas em origens diversas como a Bauhaus¹ [Fig. 1], na

¹ É uma escola de design, artes plásticas e arquitetura de vanguarda que funcionou entre 1919 e 1933 na Alemanha, foi uma das maiores e mais importantes expressões de que é chamado Modernismo no design do

Alemanha; em Le Corbusier (1887 – 1965)², na França, e em Frank Lloyd Wright (1869 – 1959)³ nos EUA. Um dos princípios básicos do modernismo era renovar a arquitetura de modo a rejeitar toda arquitetura anterior ao movimento. Considera-se terem existido duas grandes vertentes do movimento moderno: o Estilo Internacional⁴, de origem europeia; e a Arquitectura Orgânica⁵, de origem americana. (Pereira, 2011) & (Coelho & Odebrecht, 2007)

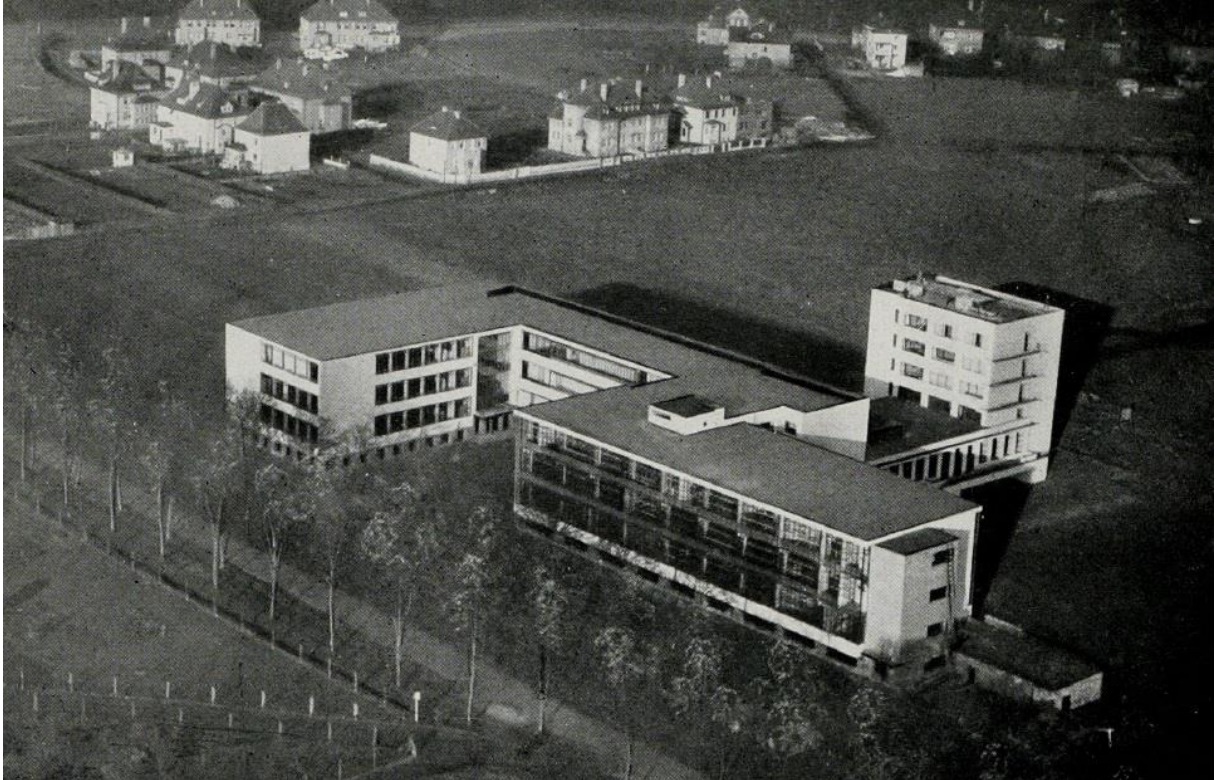


Figura 1. Bauhaus, 1925/26; Fonte: (Gropius, 1925).

mundo. Um dos seus principais objetivos era unir artes, artesanato e tecnologia. A máquina era valorizada, e a produção industrial e o desenho básico, fundamental em escolas de arquitetura por todo mundo.

² Arquiteto francês, foi uma das figuras de maior destaque da arquitetura moderna, dedicou grande parte de sua vida não só na arquitetura e o urbanismo, mas também na escultura e pintura. Os seus contributos no mundo arquitetónico proporcionaram grandes inovações que permitiram-lhe ganhar mérito e admiração da comunidade internacional.

³ Arquiteto americano e também escritor de ascendência galesa iniciou a sua carreira, trabalhando com Louis Sullivan (1856 – 1924), um dos pioneiros em arranha-céus da Escola de Chicago. Responsável por muitos projetos, Wright influenciou os rumos da arquitetura moderna com suas ideias e obras.

⁴ Estilo Internacional ou International Style é um estilo arquitetónico da arquitetura moderna enquadrado dentro do funcionalismo arquitetónico, que propunha uma forma de projetar universal desprovido de características regionais.

⁵ Foi uma escola da arquitetura moderna influenciada pelas ideias de Frank Lloyd Wright, que se desenvolveu ao redor do mundo. Wright dizia que uma arquitetura orgânica significava uma sociedade orgânica e que o ideal era um edifício integral com o contexto.

Estas fontes tão diversas encontraram nos CIAM's (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)⁶, meios de convergência, procurando uma homogeneidade na formulação de um ideário através da definição de pontos comuns. Com a criação da noção de que os princípios da arquitetura moderna seguiam uma linha única e coesa, tornou-se mais fácil a sua divulgação e reprodução pelo mundo, homogeneizando assim, um conjunto de vertentes essencialmente europeias, que foram seguidas por vários arquitetos, das mais variadas escolas e tendências. A primeira e mais clara característica foi a rejeição, por parte dos modernos, das ideias formais do passado e aversão à ideia de estilo, e colocando a arquitetura na vanguarda dos processos de desenvolvimento económico e social da cidade, ligando-a à criação de novos espaços e de uma nova imagem para a sociedade moderna. (Pereira, 2011)

Os arquitetos modernistas viam no ornamento um elemento típico dos estilos históricos, um inimigo a ser combatido: produzir uma arquitetura sem ornamentos tornou-se um desafio constante. Outra característica importante eram as ideias de industrialização, economia e a recém-descoberta noção de design. Acreditava-se que o arquiteto era um profissional responsável pela correta, e socialmente justa, construção do ambiente habitado pelo homem, carregado assim, um fardo pesado. *Os edifícios deveriam ser económicos, simples, úteis.* Nesse sentido, duas célebres máximas transcenderam, o período moderno: “*Menos é Mais (less is more)*” frase criada pelo arquiteto Mies Van der Rohe (1886 – 1969)⁷ e “*A Forma Segue a Função*”, do arquiteto Louis Sullivan (1856 – 1924)⁸. Estes conceitos sintetizam bem o ideal moderno. (Coelho & Odebrecht, 2007)

É possível identificar três principais linhas evolutivas nas quais se pode encontrar a criação da Arquitetura Moderna. O que une essas três linhas é o facto de que elas terminam naquilo que se designa por Movimento Moderno na Arquitetura, considerado o ponto alto de uma trajetória histórica que convergiu na arquitetura realizada na maior parte do século XX. (Coelho & Odebrecht, 2007)

A primeira dessas origens é a que leva em consideração que o ideário arquitetónico moderno está absolutamente ligado ao projeto da modernidade e, em particular, à visão do mundo

⁶ Era uma Organização importante através da qual se comunicavam internacionalmente ideais sobre arquitetura moderna que serviam para manter uma rede internacional de arquitetos progressistas. Foi iniciada em 1928, cada congresso abordava questões específicas, nomeadamente as preocupações sociais da arquitetura e o urbanismo, publicando documentos que registam os assuntos debatidos.

⁷ Foi um arquiteto alemão naturalizado americano, considerado um dos principais nomes da arquitetura do século XX, foi professor da Bauhaus e um dos precursores do Estilo Internacional, onde deixou a marca de uma arquitetura que prima pelo racionalismo, pela utilização de uma geometria clara e pela sofisticação.

⁸ Considerado Pai dos Arranha-Céus, foi um importante arquiteto modernista. Incorporou o ornamento em novos edifícios em altura, para enfatizar a verticalidade de suas obras.

iluminista. Essa linha localiza o momento de início na arquitetura realizada com as inovações tecnológicas obtidas com a Revolução Industrial e com diversas propostas urbanísticas e sociais realizadas por teóricos como os socialistas utópicos e os partidários das cidades-jardins. Segundo esta interpretação, o problema estético é secundário: o moderno tem muito mais a ver com uma causa social que com uma causa estética. (Coelho & Odebrecht, 2007)

A segunda linha leva em consideração as alterações que se deram nos diversos momentos do século XIX relativamente à definição e teorização da arte e do seu papel na sociedade. Esta interpretação dá especial destaque ao movimento Arts & Crafts⁹ e ao Art Nouveau¹⁰ de uma forma geral, consideradas visões de um mundo que, ainda que presas às formas e conceitos do passado, de alguma forma propunham novos caminhos para a *estética* do futuro. (Coelho & Odebrecht, 2007)

A terceira linha, normalmente a mais comum entendida como sendo a base do modernismo, é a que afirma que a arquitetura moderna surge justamente com a criação do movimento moderno, sendo as interpretações anteriores apenas consequências desta forma de pensamento. A Arquitetura Moderna surge, portanto, com as profundas transformações estéticas propostas pelas vanguardas artísticas das décadas de 1910 e 1920, em especial o Cubismo¹¹, o Abstracionismo¹², com destaque para os estudos realizados pela Bauhaus e pela vanguarda russa e o Construtivismo¹³. (Coelho & Odebrecht, 2007)

A Arquitetura Moderna internacional teve grandes nomes de referência, entre eles destacam-se: Mies van der Rohe, Frank Lloyd Wright e Le Corbusier.

Mies Van der Rohe procurou sempre uma abordagem racional que pudesse guiar o processo do projeto arquitetónico. Na sua conceção dos espaços arquitetónicos envolvia uma profunda purificação da forma, voltada sempre às necessidades impostas pelo lugar, segundo o seu

⁹ Movimento estético surgido em Inglaterra, na segunda metade do século XIX, defendia o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em massa e pregava o fim da distinção entre o artesão e o artista. Buscava uma arquitetura autêntica com valores morais puros.

¹⁰ É um estilo internacional de arquitetura e de artes decorativas, que foi muito apreciado de 1890 até os anos de 1920. Foi mais popular na Europa, mas a sua influência foi global. Foi o primeiro movimento a regenerar o historicismo em arquitetura, e teve uma grande importância para a emancipação intelectual e estilística rumo à arquitetura moderna. Inspirava-se nas novas formas da natureza, e propunha inovações na forma por meio da leveza e delicadeza e com grande expressividade dos elementos.

¹¹ Movimento artístico que surgiu no século XX, nas artes plásticas, que se caracteriza pela utilização das formas geométricas, como cubos, triângulos e retângulos, para retratar a natureza.

¹² Foi um movimento artístico vanguardista em que a representação da realidade é feita de maneira desconstruída, com o uso de cores, linhas e formas abstratas.

¹³ Foi um movimento estético-político iniciado na Rússia a partir de 1919, como parte do contexto dos movimentos de vanguarda no país, de forte influência na arquitetura e na arte ocidental. Ele negava uma arte pura e procurava abolir a ideia de que a arte é um elemento especial da criação humana, separada do cotidiano.

princípio *less is more* (menos é mais). Foi professor da Bauhaus e foi um dos formadores do estilo que ficou conhecido por International Style, onde deixou a marca de uma arquitetura que prima pela clareza e aparente simplicidade. Os edifícios da sua autoria fazem uso de materiais representativos da era industrial, como o aço, e o vidro, que estão presentes na maioria das obras moderna. As grandes obras de referência de sua autoria são a Farnsworth House [Fig. 2] e o Pavilhão Alemão da Feira Mundial de Barcelona [Fig. 3]. (Coelho & Odebrecht, 2007) & (Pereira, 2011)



Figura 2. Farnsworth House, 1951; Fonte: (Admin, 2016)



Figura 3. Pavilhão Alemão da Feira de Barcelona, 1929; Fonte: (Casals, 1997)

Frank Lloyd Wright, considerado um importante arquiteto do século XX, foi figura chave da arquitetura orgânica, um desdobramento da Arquitetura Moderna que se opunha ao Estilo Internacional Europeu. Wright distinguia-se por ter sempre a preocupação em criar harmonia entre a natureza, a paisagem local e a luz natural com os seus projetos, recorria às formas orgânicas e materiais locais, atuando de forma a produzir arquitetura que utilizasse novos estudos e técnicas de construção, como adopção de grandes balanços. Também influenciou os rumos da Arquitetura Moderna com suas ideias e obras. Seus principais trabalhos foram a casa da Cascata [Fig. 4], e a sede do Museu Solomon R. Guggenheim [Fig. 5], em Nova Iorque. (Coelho & Odebrecht, 2007) & (Pereira, 2011)



Figura 4. Casa da Cascata, 1937; Fonte: (González, 2017)



Figura 5. Museu Solomon R. Guggenheim, 1959; Fonte: (Howe, s.d.)

Le Corbusier, um dos principais representantes da arquitetura e do urbanismo moderno, deixou grandes contribuições, tanto através de seus estudos da história da arquitetura como nas pesquisas que realizou envolvendo uma nova forma de ver o espaço arquitetónico baseado nas necessidades humanas (estudo das proporções métricas). O seu pensamento revolucionou a cultura arquitetónica do mundo inteiro. Defendia que, “por lei, todos os edifícios deviam ser brancos”, criticando qualquer esforço artificial de ornamentação. A sua influência estendeu-se principalmente ao urbanismo, onde defendia a cidade do futuro que, na sua perspectiva, deveria consistir em grandes blocos de apartamentos assentes sobre pilotis, deixando o terreno fluir sob a construção. (Pereira, 2011) & (Coelho & Odebrecht, 2007)

Entre as suas contribuições à formulação de uma linguagem arquitetónica para o século XX, encontram-se os *Cinco Pontos* para uma nova arquitetura, tais como: a elevação do edifício em *pilotis* – ao tornar as construções suspensas, cria-se uma nova relação entre o interior e o exterior, ou seja, entre o observador e o morador; a *fachada livre* – sem paredes estruturais visíveis; a *planta livre* – que resulta de um espaço fluído, é o resultado da utilização de um sistema estrutural independente que permite a livre organização funcional e plástica, possibilitando ambientes de diferentes dimensões e formas; o *terraço-jardim* – com o avanço técnico do betão armado, seria possível aproveitar o ultimo piso do edifício como espaço de lazer; e por fim a *janela em comprimento* – permite a visualização sem obstáculos da envolvente, de acordo com a melhor orientação solar. Esses pontos marcaram profundamente a produção arquitetónica moderna no mundo inteiro. Suas principais obras são a Villa Savoye [Fig.6], na qual, conseguiu resumir os *Cinco Pontos* para uma nova arquitetura, e as Unidade de Habitação de Marselha [Fig. 7], onde estabeleceu a prática da construção modular, possibilitando ao arquiteto estudar as proporções humanas aplicadas ao projeto de edificações. (Coelho & Odebrecht, 2007)



Figura 6. Villa Svoje, 1928; Fonte: (Gherardini & Olmo , 2015).



Figura 7. Unidade Habitacional de Marselha, Fonte: (Sbriglio, Le Corbusier: L' Unité d'habitation de Marseilles, 2004).

Em 1928, Le Corbusier contribuiu para a criação dos CIAM, que ocorreu no Chateau de La Sarraz, na Suíça. O grupo original era constituído por 28 arquitetos europeus, aos quais se foram juntando vários outros ao longo dos anos. Os CIAM realizaram-se onze vezes, com o objetivo de estabelecer as premissas do Movimento Moderno, para divulgar a arquitetura como uma ferramenta económica e política capaz de melhorar as condições dos edifícios e do planeamento urbano por todo o mundo. Destaca-se o IVº Congresso, em 1933, onde foram

discutidos os princípios da Cidade Funcional, os quais dariam origem à Carta de Atenas¹⁴. Em 1959 realiza-se o último CIAM, pois, os seus membros já não tinham visões unânimes, sendo criada, a posteriori o Team X¹⁵.

Em 1933, escreve sobre a necessidade de adaptação da arquitetura moderna ao clima e às especificidades locais, a propósito de um projeto para a Argélia. Dando o exemplo da janela marroquina, Corbusier reforça a ideia de que arquitetura moderna deveria encontrar as mesmas soluções através de técnicas modernas. A procura por um modelo e estilo regional por parte da arquitetura moderna começa a desenvolver-se, resultando em abordagens conotadas como regiões tropicais, com o clima como um dos elementos determinantes para um desenho funcional e positivista. (Milheiro, 2012)

As transformações no mundo da arquitetura do século XX têm origem principalmente nos progressos técnicos e de aperfeiçoamento dos sistemas aplicados aos materiais de construção. Neste sentido, a arquitetura moderna foi edificada em betão armado, ferro, aço e vidro, sendo o betão armado, um dos elementos principais da revolução tecnológica da era modernista, devido às suas possibilidades estruturais e plásticas. (Pereira, 2011)

Estes materiais permitiram o desenvolvimento de novas formas de edificação, que por sua vez respondiam também às novas necessidades de um mundo em modernização. Na mesma ordem de ideias se pode referir que as diferenças climáticas foram progressivamente atenuadas porque, quer os equipamentos, quer os materiais, foram desenvolvidos no sentido de moderar o efeito das condições externas no interior dos edifícios. (Tostões, 2004)

O betão armado, como integrante de um novo sistema construtivo, começa assim a ser utilizado pelos arquitetos, sendo-lhe reconhecido um valor cultural, assumindo um papel de grande importância no modelo de linguagem plástica, que os modernistas perseguiram. A utilização deste material, pela sua capacidade de ser um elemento modelador da forma, permitia a construção de coberturas em terraço, grandes e variados vãos com extensos envidraçados, e consequentemente volumes cúbicos e puros. (Pereira, 2011)

¹⁴ A Carta de Atenas, instrumento doutrinário de planeamento urbano, foi redigida em 1933, e apenas publicada em 1942. O documento divide-se em 5 temas principais: habitação, lazer, trabalho, circulação e património histórico das cidades, que condicionam o desenho urbano e regem o planeamento das cidades. Estabelecendo quatro funções-chaves do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.

¹⁵ O Team X formou-se no quadro do CIAM, durante o Congresso de Dubrovnik, 1956. Era constituído por uma nova geração de arquitetos que pretendia o rejuvenescimento dos CIAM no contexto do pós-guerra, propondo a extinção dos CIAM em 1959.

Um dos grandes méritos da nova técnica de construção foi a eliminação da função da parede. Estas deixaram de ser o elemento de apoio, fazendo com que o novo espaço de construção transferisse toda a carga da estrutura para o elemento de aço ou betão. Assim, o papel das paredes torna-se restrito ao de simples planos verticais de divisão. (Pereira, 2011)

A arquitectura moderna, condicionada por novas exigências sociais e pela descoberta de novas soluções técnicas, ao utilizar novos materiais, encontrou uma nova expressão formal. No entanto, a mudança não foi repentina, pelo contrário, durou muitas décadas, num lento processo de definição, estruturação, experimentação e crítica.

Talvez a característica essencial da arquitetura moderna seja a clara assimilação do conceito de funcionalidade, em que o sistema de materiais empregues numa obra deve facilmente adequar-se aos fins de utilitários que o edifício pretende atingir, de modo a que a expressão formal desse sistema reflita a sua finalidade. O funcionalismo parte da base de utilização adequada de certos meios materiais a certos fins ou funções que podem ser considerados como medida de excelência ou perfeição técnica. (Tostões, 2004)

A utilização dos materiais seguiu três padrões. Em primeiro lugar, o processo de industrialização aplicado a alguns materiais (tais como a alvenaria de pedra, a madeira ou o vidro) sem alterar significativamente a sua natureza potenciou quer o acesso destes materiais ao mercado, quer uma surpreendente eficácia na sua utilização. Em segundo lugar, a crescente utilização do tijolo e depois do cimento sob a forma de betão conduziu a que rapidamente substituíssem os materiais tradicionais. Finalmente, a mais importante influência foi protagonizada pelos materiais estruturais: o ferro, o aço e o betão armado. Foram eles que permitiram o desenvolvimento de novas formas de edificação que, por sua vez respondiam às também novas necessidades de um mundo em modernização. (Tostões, 2004)

Contudo, pode dizer-se que a arquitetura moderna surgiu como um resultado do progresso da engenharia que, com a utilização dos novos materiais e técnicas, permitiu novas possibilidades na construção, colocando em causa as velhas fórmulas arquitetónicas usadas até aí. A construção passou, então, a centrar-se na simplicidade das formas, substituindo os complexos ornamentos que haviam formado o paradigma arquitetónico durante grande parte do século XIX.

1.2 A importância do DOCOMOMO

O legado do Movimento Moderno ganhou relevância e maior reconhecimento, em grande parte devido a apreciação dos conceitos arquitetónicos e visionários criados nesse período, que resultaram em grandes obras arquitetónicas. Contra as realidades da vida quotidiana, no entanto, tem sido difícil manter as criações arquitetónicas do Movimento Moderno conservadas de tal forma que ainda reflitam as intenções originais de seus autores. Sabendo que muitos arquitetos modernos buscaram novos conceitos de funcionalidade e mudança, o desafio atual é saber lidar com o património constituído pelas obras de maior representatividade deste movimento atendendo às contínuas mudanças, incluindo alterações físicas, económicas e funcionais, bem como socioculturais, políticas e científicas. (Heuvel, Mesman, Quist, & Lemmens, 2008)

Não há dúvida de que, nesta sociedade globalizada, parece um pouco estranho falar sobre a importância desse legado e ainda mais problemático pensar em preservar essas obras arquitetónicas respeitando as intenções dos seus autores e as suas características físicas. Estamos diante de uma revolução cultural gerada pelo paradoxo do Movimento Moderno, que abriu a porta a esse assunto tão discutido, tanto em termos teóricos como práticos, em torno das principais questões de conservação e restauro, remodelação e transformação da arquitetura do Movimento Moderno. (Casciato, 2008)

O desafio que a conservação gera é o confronto entre o estatuto de património (como bens para transmitir às gerações futuras) numa sociedade que modificou a sua própria escala de valores (por exemplo, a condição pós-colonial) como o contexto físico, económico e funcional. Para conservar os meios, devemos reconhecer essas mudanças estruturais, ao invés de tentar manter todo o património moderno em seu estado original. Assim, o objetivo passa por se criar uma base de critérios levando em consideração todas as características significativas da arquitetura moderna, respeitando as intenções do arquiteto, a sua relação com o tempo, os materiais e o compromisso com a memória coletiva, enquanto permanece compatível com o projeto de conservação ou restauro. (Casciato, 2008)

Os bens do património mundial estão cada vez mais ameaçados de destruição, não só pelas causas naturais de decadência, mas também pela mudança das condições sociais e económicas. Esta realidade foi uma das principais razões do início, em 2001, do Programa sobre o Património Moderno, uma iniciativa conjunta do Centro do Património Mundial da UNESCO, do ICOMOS e do DOCOMOMO. A fraca proteção legal e a indiferença do público em geral tornam esse património particularmente desprotegido. (Bandarin, 2005)

Neste contexto, em 2001 realizaram-se duas reuniões na sede da UNESCO, que se concentraram no estabelecimento de diretrizes e objetivos para um programa sobre o Património Moderno. Como resultado, foi acordado que, atualmente, há uma clara falta de compreensão do carácter e valor do património moderno; por conseguinte, devem ser desenvolvidas metodologias adequadas para avaliação e seleção deste tipo de património, prevendo uma representação temática e geográfica equilibrada, bem como para informar os Estados e o público, em geral, sobre a sua importância, proteção e conservação. (Bandarin, 2005)

A parceria com o DOCOMOMO foi estabelecida com o propósito de aproveitar a sua experiência a nível internacional no que se refere à salvaguarda do património do Movimento Moderno. Com a sua vasta rede de especialistas e profissionais de todo mundo, esta organização revelou-se um parceiro importante para identificar e aumentar a representação do Património Moderno na Lista do Património Mundial da UNESCO. (Bandarin, 2005)

A DOCOMOMO, foi criada na Holanda, em 1988, para se tornar uma pequena rede de especialistas, principalmente europeus, sobre a conservação da arquitetura do Movimento Moderno. Os estatutos da fundação desta organização logo consideraram que, para que o passado recente fosse salvaguardado, deveriam ser reunidos os inventários nacionais ou internacionais que documentassem quais os edifícios mais importantes a serem preservados como elementos valiosos para as futuras gerações.

O propósito dessa documentação é promover projetos e pesquisas sobre arquitetura moderna, atrair a atenção do público, promover o levantamento e documentação do património arquitetónico do século XX, incentivar o desenvolvimento de técnicas e métodos adequados de conservação e lutar contra a destruição de obras significativas.

A DOCOMOMO estabeleceu-se como a organização mundial nos domínios da documentação e conservação, mas também no campo mais amplo da cultura arquitetónica. Através de uma rede ativa e interdisciplinar de especialistas, que reúne arquitetos, urbanistas, paisagistas, designers, engenheiros, historiadores, professores, artistas, estudantes, o DOCOMOMO Internacional procura trabalhar sobre a atualidade do Movimento Moderno e o seu valor como património à escala mundial, promovendo a reutilização das estruturas da cidade contemporânea. (Costa, 1997)

Preservar o Património Moderno significa lidar com edifícios e ambientes construídos que são desprotegidos. Por um lado, parece ser difícil de assimilar os conceitos modernistas de flexibilidade, funcionalidade e transitoriedade, por outro lado, o principal dilema é sobre como

preservar uma estrutura feita de detalhes experimentais, novos materiais e soluções de curto prazo. Essas dificuldades têm sido realmente desafiadoras para práticas e teorias de restauro convencionais, com base em suas próprias práticas de conservação. (Canziani, 2008)

A história do DOCOMOMO mostra, que os problemas de conservação da herança da arquitetura do Movimento Moderno são muito mais complexos e nunca redutíveis ao simples problema da técnica. Da mesma forma que o Modernismo não é redutível, os problemas de preservação devem ser considerados em conjunto com a mudança dos contextos políticos, sociais e económicos e, muitas vezes, a arquitetura moderna e a arte são tratadas com um baixo nível de conscientização. (Canziani, 2008)

Não há dúvida de que grande parte da arquitetura modernista pertence ao domínio da história, às vezes mesmo antes de ser sido reconhecido por lei. Mas a questão que se coloca, é a principal razão de um edifício moderno fazer parte do nosso Património Cultural. O sentimento de pertença de um objeto ao Património Cultural requer um ato de reconhecimento (consciente): o objeto participa na construção de nossa memória/história e, portanto, faz parte da nossa identidade. Esse reconhecimento implica que aceitemos um reconhecimento contemporâneo que dá ao objeto um novo presente. De edifícios únicos a paisagens, passando por bairros e cidades, esses aspectos culturais intangíveis de um património material assumem valores simbólicos específicos que contribuem para a memória coletiva. Esse valor transcende qualquer intenção original. (Canziani, 2008)

Na verdade (exceto alguns arquitetos, historiadores e docomomianos), persiste uma mentalidade diferente para abordar os edifícios modernos em oposição aos pré-modernos. Isso se relaciona com a questão de uma ética de conservação diferente, onde se sugere que o valor ou o significado da arquitetura moderna não pode residir tanto na sua materialidade como na sua realização intelectual, e essa é essência e não substância que deve sustentar qualquer consideração sobre o seu futuro no momento da mudança. A simples soma de elementos substitui a complexidade e as relações entre os valores materializados. A reprodução de uma intenção original é a consequência lógica de tal separação de atributos, sua tarefa é preservar a memória histórica removida de outro lugar. (Canziani, 2008)

O conceito de Conservação baseada em manutenção realizada de forma permanente foi destacado pela *Carta de Veneza*¹⁶ em 1964. As ideias iniciais de Conservação Preventiva no final dos anos 70 era focada na ideia de controlar e, se possível, evitar alterações, ou seja,

¹⁶ Criada em 1964, é uma Carta Internacional Sobre A Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, tem como objetivo promover novos princípios para a preservação de edifícios históricos, criando o entendimento de que um monumento histórico não é apenas importante individualmente, mas influencia todo seu contexto.

manter um estado de equilíbrio entre o projeto original e a nova intervenção. Ainda era uma estratégia defensiva, onde a principal tarefa do restauro era realizar ações destinadas a parar ou melhor limitar e diminuir o processo de degradação. O conceito contemporâneo de Conservação, bem como o de Conservação Planeada, abrange as noções de compatibilidade e sustentabilidade, identidade dinâmica e co-evolução entre o edifício e as necessidades dos usuários. (Canziani, 2008)

Conservar, portanto, pode significar apenas a pesquisa de uma regulamentação de transformação que, na consciência da singularidade de todas as evidências e da multiplicidade de seus significados documentais, fará o máximo de permanência, acrescentará seu próprio sinal, dará novas interpretações sem destruição. A eficácia da estratégia de conservação planeada só pode ser assegurada por uma atividade de pesquisa coerente, coordenada e planeada. A qualidade das intervenções de prevenção, manutenção e restauro – se e quando necessário – é a gestão do conhecimento proveniente de estudos transdisciplinares e sistemáticos feito ao edifício. Somente do conhecimento vem o cuidado. E, de facto, a eficácia pertence também à esfera do reconhecimento. A vida contínua de um objeto emblemático num mundo económico, depende do reconhecimento compartilhado do seu valor cultural e social, bem como da sua viabilidade económica contínua. (Canziani, 2008)

O DOCOMOMO Internacional representa de igual forma uma importante plataforma valorizadora e catalisadora da atenção do público, governos e profissionais, para a importância da arquitetura moderna e da sua reutilização, bem como, identifica e promove o levantamento das obras relevantes como suporte para uma reabilitação informada.

Em Setembro de 1994, realizou-se em Barcelona a III Conferência Internacional DOCOMOMO, cujo tema central foi o legado cultural do Movimento Moderno e a sua incidência na arquitetura contemporânea. Nessa conferência, foram debatidos o valor e a atualidade da arquitetura moderna, os valores estéticos e ideológicos e a sua incidência na formação da cidade do final do século XX. O debate destas questões, os critérios de intervenção e a aplicação de meios adequados para a conservação da arquitetura moderna constituem a base da criação de programas de trabalho que impulsionam o estudo deste extenso e valioso património. (Hortet, Costa, Fernandes, & Henket, 1997)

Em 2014, a sede do DOCOMOMO International foi transferida para Lisboa, com o apoio logístico do Instituto Superior Técnico e financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, reforçando a capitalidade da cidade de Lisboa, chamando a atenção internacional para a inovação da arquitetura portuguesa contemporânea, colocando Portugal no centro das redes

internacionais mais ativas e assim afirmando o prestígio internacional de ter uma organização com representação em mais de 70 países dos 5 continentes.

O evento de lançamento do DOCOMOMO International em Portugal [Fig. 7], que aconteceu em Março de 2015, constituiu um momento importante para demarcar a excelência do património moderno em Portugal. O evento de lançamento contou com a organização do Seminário Internacional “Reabilitação e Re-uso de Arquitectura do Movimento Moderno”.



Figura 8. Cartaz do evento de lançamento do Docomomo International Portugal; Fonte: (International, 2015)

Vários membros documentaram centenas de edifícios e lugares em todo o mundo, utilizando um formato padrão. A partir desses documentos, foi realizada a seleção do DOCOMOMO Internacional, que se converteu na proposta final para a elaboração da lista dos objetos mais importantes do Movimento Moderno. Além dos objetos formais e da satisfação pela descoberta de obras arquitetónicas desconhecidas, os inventários também constituem uma fonte de debate (dentro e fora do grupo DOCOMOMO) sobre o conceito de modernidade, as suas intenções universais e soluções regionais surpreendentemente diversas, a reinterpretação do significado de autenticidade e os ensinamentos proporcionados pelas radicais inovações sociais, técnicas e estéticas do passado para o contexto atual. (Hortet, Costa, Fernandes, & Henket, 1997)

Preservar o património arquitetónico do século XX exige que tenhamos em conta tanto a oportunidade como o dever de reutilizar os edifícios que perderam sua função original, fisicamente ou se tornaram tecnicamente obsoletas, e que já não atende aos padrões exigentes atualmente. Questões, como a demanda por utilização física, transformação espacial ou funcional, e a resposta às exigências contemporâneas de conforto e segurança no âmbito da sustentabilidade ambiental fazem parte da agenda contemporânea. Isso inevitavelmente destaca a questão do valor do tecido construído existente, que pode ser um recurso forte que exige a nossa atenção em termos de sustentabilidade social e ambiental. (Tostões, 2016)

Nas conferências do DOCOMOMO os temas debatidos geralmente têm sido: 1 – *Paisagens*: neste tema abordam-se os desafios colocados pelo restauro e reutilização em uma questão muito mais efémera do que a construção, questionando o futuro do património paisagístico nos atuais contextos de constante mudança. Abordam-se também questões como a marginalidade geográfica, política e cultural, o surgimento do turismo de massas na transformação da paisagem, o valor vital do local e a terra pré-existente, considerando o papel insubstituível da terra, em moldar um mundo melhor para todos; 2 – *Cidades*: onde se revelam estratégias de reutilização e políticas públicas que abordam a conservação urbana para uma abordagem responsável e sustentável; 3 – *Espaços Públicos*: onde se chama a atenção para as possibilidades de conversão de grandes áreas em espaços culturais específicos e na reinvenção de parques infantis modernos; 4 – *Complexos*: centra-se nos desafios da renovação de complexos industriais, campus universitários e moradias, analisando a sua adaptação aos padrões ambientais contemporâneos; 5 – *Edifícios*: este tema é dedicado à discussão da conservação e reutilização das construções do Movimento Moderno através da análise de igrejas, arquitetura hospitalar e edifícios brutalistas; 6 – *Construção e Tecnologia*: examina os processos de seleção de materiais em intervenções de conservação, experiências de construção inovadoras realizadas em projetos de reutilização e os desafios abordados na adaptação de estruturas em sociedades pós-coloniais; 7 – *Design de Interiores e Mobiliário*: analisa a forma como se podem adaptar o mobiliário de interiores modernos, encontrando um equilíbrio entre o interior e o exterior, a escala de detalhes e o conceito de design universal. (Tostões, 2016)

Finalmente, um tema abrangente sobre Teoria inclusiva trata de um grande número de questões conjecturais focadas em diferentes campos relacionados com a reutilização adaptativa: teorias e práticas de conservação e transformação; a exploração da noção de adaptabilidade no design arquitetónico, educação e conservação; se arquitetura moderna e comum deve ser preservada num estado de inércia protegida ou se deve ser parte das

mudanças dinâmicas. Também aborda projetos de reutilização adaptativa analisados à luz da doutrina dos CIAM ou focando a estética do crescimento e mudança e o poder de reutilização como ativismo social. (Tostões, 2016)

Desde o final da década de 1990, os historiadores da arquitetura moderna descobriram em África um grande património moderno que despertou um interesse pelo estudo da arquitetura moderna e do planeamento urbano produzido como parte de uma cultura relacionada com o colonialismo. Recentemente, o desenvolvimento de conceitos como híbridos ou alteridade vem promovendo uma análise histórica materializada sobre arquitetura e política do século XX na África.

A historiografia da modernidade na arquitetura africana é até agora dominada pelo foco no aparecimento e desenvolvimento do Movimento Moderno Europeu no continente. Esta modernidade começou hesitantemente na década de 1930 e ganhou grande impulso após a 2ª Guerra Mundial e o aparecimento das primeiras nações independentes. No entanto, apesar da aparente abnegação da cultura africana nos séculos XIX e XX, afirmou-se que a arquitetura moderna não é um projeto exclusivamente europeu, o projeto da Modernidade é tão africano quanto europeu. (Folkers, 2013)

O reconhecimento de uma consciência generalizada de que a arquitetura do Movimento Moderno sempre serviu a colonização envolve repensar o princípio básico de bem-estar em que a sociedade moderna assenta a ser assegurado por uma arquitetura praticada como missão, ou seja, um serviço social capaz de garantir um futuro melhor para todos. Além disso, deve-se dizer que o caso da África lusófona subsaariana só agora começou a ser estudada com profundidade. A recepção e, hoje em dia, a reinterpretação da arquitetura do Movimento Moderno implicam a preservação da identidade física, conceitual e cultural. O paradoxo reside no facto de que a arquitetura do Movimento Moderno trata e enfatiza um momento especial de afirmação política, liberdade de expressão e valores democráticos. (Tostões, 2013)

Longe da produção europeia, as colónias africanas criaram uma nova arquitetura que dá forma a uma marca, a da *Arquitetura Tropical*¹⁷. Durante este período, pioneiros do Movimento Moderno em África demonstraram como o projeto moderno podia ser interpretado,

¹⁷ O termo “arquitetura tropical”, é frequentemente associado a Maxwell Fry (?) e Jane Drew (?), graças à difusão internacional da publicação *Tropical Architecture in Humid Zones* (1956) seguido de *Tropical Architecture in Dry and Humid Zones* (1964). Distantes da produção europeia Fry e Drew conceberam uma nova arquitetura e deram corpo a uma nova marca, a da arquitetura tropical: “Architecture in the Humid Zones é uma colaboração com a natureza para estabelecer uma nova ordem em que os seres humanos possam viver em harmonia com o seu meio envolvente”. Além disso, desempenharam um papel muito importante no desenvolvimento da questão de projetar com clima.

transcendido, e enriquecido de conteúdos. De facto, foram capazes de enfrentar e responder a diversas condições em termos físicos e sociais, experimentando soluções audazes e inovadoras que permanecem até hoje válidas e estimulantes. A sustentabilidade ambiental, era chave conceptual do projeto. Os edifícios modernos estavam a ser pensados para oferecer melhores condições de vida mais e confortáveis. Foram concebidas soluções económicas e flexíveis, capazes de responder às novas situações, utilizando quer as técnicas disponíveis na altura ou técnicas construtivas locais. (Tostões, 2014)

A nova arquitetura deveria ser construída usando materiais e processos de construção industrializados de grande consistência, preocupações climáticas e dignidade espacial tectónica, ideias que justificam a sua sobrevivência ao longo do tempo. Quando a onda de migração de arquitetos europeus treinados para Angola e Moçambique começou, no final da década de 1940, a experiência da adaptação da arquitetura moderna aos climas tropicais já havia sido lançada no Brasil, dez anos antes. (Tostões, 2014) & (Caldas, 2011)

A arquitetura moderna Brasileira seguiu de perto os princípios de Le Corbusier, adaptando-os às condições climáticas e territoriais do país, sem esquecerem a sua herança arquitetónica. Os jovens arquitetos brasileiros contribuíram com várias inovações na nova arquitetura e, com o objetivo de evitar o calor e os reflexos dos raios solares nas superfícies de vidro, criaram quebra sol (*Brise-soleil*) externos especiais. Esses elementos foram bem integrados no edifício do Ministério da Educação e Saúde [Fig. 9] no Rio de Janeiro, revestindo toda a fachada norte. Complementam a solução construtiva, o prolongamento (1.5m) para o exterior das lajes de cada piso. Podendo ser regulados de acordo com a posição do Sol, permitem em simultâneo a entrada de ar e evitam a incidência direta da luz. Juntamente com outras saliências verticais, a fachada tem um aspeto de grelha rectangular. (Caldas, 2011)



Figura 9. Edifício do Ministério da Educação e Saúde, 1936, Fonte: (rjarquitetura, 2012).

As aprendizagens adquiridas com a arquitetura brasileira vão ser experimentadas nas colónias portuguesas, sobretudo Angola e Moçambique, levadas pela geração pós-Congresso que para lá vai viver e exercer a profissão de arquiteto. Este facto deve-se aos precedentes paralelismos que se pode encontrar entre estas colónias africanas e o Brasil, tais como a vastidão do território, o desafio da sua ocupação e a semelhança climática. Por outro lado, embora os aspectos físicos semelhantes, politicamente as realidades são bem diferentes, pois enquanto no Brasil a arquitetura moderna se desenvolve sob o desejo de afirmação da autonomia do país, em Angola e Moçambique esta chega de um poder colonial.

Como no Brasil, o material construtivo de eleição nas colónias era o betão armado. As soluções construtivas criadas para responder às exigências climáticas também puderam ser copiadas, como os *brise-soleil*, para proporcionar sombreamento e ventilação. A união das artes é outro aspeto em comum, podendo encontrar-se vários projetos africanos com obras de artistas plásticos, como painéis de azulejos e esculturas. Por último, também em Angola e Moçambique se pretendia ocupar o interior do território, como havia acontecido com Brasília. Como se pode comprovar com a proposta, em 1948 – 49, do arquiteto Vasco Vieira da Costa para o Plano para uma Cidade Satélite de Luanda, que seguia de perto os princípios da Carta de Atenas e aprontava para o desenvolvimento de Luanda em direção ao interior. (Caldas, 2011)

Em 2014, foi criada a DOCOMOMO Angola. A cerimónia de apresentação [Fig. 10] realizou-se em Luanda. Os objetivos dessa organização incluem a realização de pesquisas extensivas que resultem numa compilação de um dossier onde serão divulgados todos edifícios modernos de maior significância em Angola. A metodologia usada implica o levantamento de várias tipologias, quer de equipamentos quer de habitação, seguida da identificação dos arquitetos protagonistas, bem como a criação de estratégias para o seu inventário e catalogação. A pesquisa basear-se-á nos cinco campos de estudos de análise arquitectónica, urbanística e patrimonial previamente definidos. Este processo conta com a colaboração de instituições como o INPC (Instituto Nacional do Património Cultural) e Instituições de Ensino Superior.



Figura 10. Cartaz de Apresentação Docomomo Angola.

A constituição do DOCOMOMO Angola, trouxe uma posição mais institucional e internacional sobre o reconhecimento social da arquitetura moderna no país. Os seus membros são apoiados por diversos académicos, não só angolanos, e criticam a ausência de uma política estatal sobre o património moderno e o crescimento imobiliário descontrolado que deixa as cidades angolanas sem identidade. Eles sustentam que as iniciativas institucionais para proteger a arquitetura moderna são isoladas e carecem de critérios apropriados e, portanto, exigem ações efetivas para manter a memória histórica associada a esta herança. No entanto, existem alguns sinais de mudança no aspecto oficial dos ativos modernos, destacando-se o “Seminário de Reflexão sobre a Arquitectura do Movimento Moderno” promovido pelo instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, em 2015. Espera-se que essas acções sejam refletidas em legislação e financiamento eficazes para a proteção da arquitetura Moderna do século XX. (Carughi & Visone, 2017)

O património arquitetónico do Movimento Moderno existente no território angolano é em grande parte, de origem portuguesa, dado o modo de produção unitário, a partir de Portugal Ibérico, por autores portugueses que, radicados nos territórios ultramarinos, em

especialmente Angola, eram formados em escolas portuguesas. De facto, nesses territórios foi edificado ao longo de décadas uma arquitetura que aí ensaiou pela primeira vez a experiência da modernidade. Esta arquitetura era agenciada diretamente, de modo centralizado, através de uma encomenda pública (Estado ou Município), traduzida sobretudo em programas de uso coletivo, expressa sobretudo em projetos de habitação e comércio. É nas décadas de 1950 e 1960 que irão nascer obras notáveis, principalmente em Luanda. Incluímos neste grupo as obras de Vasco Vieira da Costa (1911 – 1982)¹⁸, com o emblemático mercado do Kinaxixe¹⁹ [Fig. 11], atualmente demolido ou o Bloco Habitação Coletiva [Fig. 12], situados na Av^a Amílcar Cabral, mas também com colegas como José Pinto da Cunha (1921 – 1985)²⁰, ou Fernão Lopes Simões de Carvalho²¹, entre outros. (Fernandes, 1997)



Figura 11. Mercado de Kinaxixe, 1950 - 52; Fonte: (Fernandes, 1997)

¹⁸ Arquiteto português, naturalizado angolano, formou-se na Escola de Belas Artes do Porto (EBAP), como bolseiro do Governo de Angola, foi um dos grandes precursores do Movimento Moderno em Angola, foi um dos grandes pioneiros do urbanismo moderno em Portugal com o projeto para a cidade-satélite de Luanda, devido a ter estagiado no escritório de Le Corbusier.

¹⁹ Era considerado o edifício que marcou o início da modernidade no país e um exemplo perfeito da interpretação africana do modernismo europeu, feito com muita inteligência.

²⁰ Arquiteto português formado na Escola de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), formou-se em 1955, no seu trabalho defendeu o conceito de ventilação natural para África, após a conclusão partiu para Angola onde desenvolveu projetos de escalas variadas, desde planos de urbanização a moradias.

²¹ Nascido em Luanda em 1929, frequentou o curso de arquitetura Na Escola de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), e formou-se em 1955, trabalhou no atelier de Le Corbusier. Regressou a Luanda em 1959 concorrendo à Câmara Municipal como arquiteto urbanista. Grande defensor da arquitetura moderna, juntamente com outros profissionais elaborou o Plano Diretor de Luanda.



Figura 12. Bloco Habitação Coletiva, 1995; Fonte: (Fernandes, 1997)

O restauro de edifícios modernos representa um desafio para a indústria de construção angolana. No entanto, o impulso para o desenvolvimento vem promovendo a demolição de edifícios modernos nos centros da cidade, apesar da sua relevância histórica e artística. Esta atividade de construção é baseada na importação maciça de materiais e equipamentos, porque as indústrias de fabrico no país são poucas ou quase não existem. Do mesmo modo que boa parte das novas obras seguem tendências internacionais, frequente despreocupadas com as questões locais. As exigências contemporâneas sobre o conforto térmico interior, levaram ao abandono de métodos passivos de controle ambiental. Grande parte dos edifícios estão sendo remodelados para introduzir sistemas de ar condicionado [Fig. 13], isso também devido à falta de manutenção. Com isso os conceitos técnicos de controle ambiental tendem a desaparecer.



Figura 13. Edifício Habitacional, Luanda; Fonte: (Freches, 2012)

Para reverter a crescente destruição do legado moderno angolano, é urgente afirmar o valor patrimonial dos edifícios. Ao mesmo tempo, também é necessário definir um método de intervenção que oriente a renovação do património arquitetónico do século XX em Angola. Por essa razão, é obrigatório desenvolver uma ampla compreensão das técnicas modernas de construção, materiais e sistemas passivos de controle ambiental. (Quintã, 2013)

Muito além de qualquer discussão sobre a falência ou sobrevivência do projeto moderno na idade contemporânea, a cultura arquitetónica viveu uma complexa mudança, aproximadamente entre os primeiros anos da década de 1920 e meados da de 1960, devido ao surgimento de novos valores e à configuração de novas determinações técnicas, funcionais e formais. Desta forma, a crescente internacionalização desses valores e determinações, favorecida pela intensificação das comunicações e das instituições profissionais, irradiou essa arquitetura cuja suposta unidade integrada sob o nome de Movimento Moderno. (Escolano, 1997)

Tal como demostram os estudos mais recentes de interpretação do fenómeno do Movimento Moderno, a sua significação e impacto ao longo do nosso século estão mais relacionadas com a difusão de uma determinada cultura arquitetónica do que com uma ampla atividade construtiva. (Costa, 1997)

Nas primeiras décadas de século XX, esta cultura estava vinculada a redes e vias de difusão que, apesar de terem sido geradas no contexto das metrópoles do final do século XIX, permitiram-lhe atingir um primeiro momento de esplendor nos anos que separam as duas guerras europeias. O surgimento de uma ordem internacional, através da qual as intenções colonialistas de construir uma verdadeira cultura apoiada nos meios de comunicação e reprodução de informação e imagens, além da formação de grupos e instituições internacionais, fizeram com que a arquitetura do Movimento Moderno se inserisse nesse contexto. (Costa, 1997)

As obras e projetos realizados durante as décadas de 1920 e 1930 devem ser, inevitavelmente, interpretados a partir do seu contexto cultural. Desta forma, observamos a arquitetura do Movimento Moderno como algo inseparável da sua intenção de se auto-apresentar e difundir, o que a distingue radicalmente da arquitetura de qualquer outro período. (Costa, 1997)

O Movimento Moderno como construção da historiografia canónica da arquitetura do século XX. Esta afirmação é aceite hoje em dia, da mesma forma que esta construção existiu, produziu os seus frutos, negativos e positivos, e possui o seu lugar no desenvolvimento temporal de um período susceptível de ser determinado e, portanto, a arquitetura produzida

sob essa denominação foi, é e será objeto de estudo. Um estudo que já é histórico. O DOCOMOMO foi constituído com o objetivo de promover o desenvolvimento desse estudo, documentar essa arquitetura e aplicar-lhe os critérios de natureza patrimonial dirigidos à sua conservação. (Escolano, 1997)

Contudo, o DOCOMOMO se constitui como uma importante organização mundial para conservação e preservação do património arquitetónico moderno, dado aos ideais que defende na valorização dos conceitos modernistas, de acordo a sua dimensão social, técnica e estética, afirmando que a ideia não é apenas a troca de ideias e de conhecimentos sobre edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno, mas também a formulação de novos conceitos para o futuro do ambiente construído com base nas experiências passadas do Movimento Moderno.

1.3 Movimento Moderno em Angola

A difusão de modelos arquitetónicos, que se observa ao longo da História da Arquitetura, dá um grande avanço ao longo do século XX e muito especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Se, por um lado, o mapa geopolítico então definido conduziu a um novo paradigma de globalização, por outro, a própria consistência doutrinária e muitas vezes dogmática do pensamento e da produção arquitetónica desde os primórdios do Movimento Moderno permitiu a construção de modelos que facilitaram a sua divulgação. (Magalhães, 2016)

Nos vinte e cinco anos após a 2ª Guerra Mundial, Angola tornou-se num território fértil para o início de novos projetos urbanísticos e arquitetónicos, de acordo com os princípios do Movimento Moderno. Nos primeiros trabalhos desenvolvidos pelos arquitetos que se deslocaram para o país no final da década 1940, percebe-se uma séria preocupação com as condições adversas do clima quente e húmido característico do país.

No entanto, as cidades de Angola apresentam, ainda hoje, traços de um laboratório urbano e duma utopia experimental, apesar do processo violento e rápido de transformação pelo qual está passar. O país sofreu um significativo desenvolvimento no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970 com um fundo de pano colonial supervisionado por um império centralizador provindo a partir do regime político de matriz fascista que desperta tardiamente a necessidade da aplicação de uma estratégia desenvolvimentista que afinal ocorre em paralelo com o crescimento e manutenção da Guerra Colonial. (Tostões, 2014)

Os ideais do Movimento Moderno foram impulsionadores de variáveis e infindáveis ações de transformação da cidade e do seu habitat, traduzida em várias estruturas urbanas e edifícios singulares, onde o edifício era um objeto que deveria manter-se isolado, transbordando liberdade e desafogo em toda a sua plenitude, assente na trilogia “sol, espaço, vegetação”. Em Angola a experiência fez-se mais pela prática do que pela teoria. (Fonte, 2007)

O Movimento Moderno teve aceitação no país na arquitetura e no urbanismo. Pelo mundo, as experiências sucediam-se, e o seu reflexo em Angola, encontrou eco nos jovens arquitetos, preocupados com adaptação da arquitetura aos trópicos. A partir das décadas de 1940 e 1950, a chegada de alguns arquitetos ao território, o crescimento económico e demográfico e o seu impacto num acréscimo de investimento financeiro com reflexos também na construção civil, tiveram especial importância na arquitetura, sobretudo de encomenda privada. O apelo dos trópicos e a noção de que iam encontrar em Angola uma liberdade impossível de conseguir

em Portugal, serviu de grande motivação para aliciar quem se propusesse aí viver novas experiências. (Fonte, 2007)

A década de 1950 foi reveladora e expressiva na procura de novas soluções, quer ao nível dos grandes edifícios de equipamento colectivo quer ao das novas tipologias de habitação, individual ou colectiva, valorizando-se sempre a relação entre o sítio e o seu clima, elemento fundamental dos princípios modernos. O vocabulário moderno foi apreendido e interpretado, mas também copiado fora da classe dos arquitetos, por desenhadores, engenheiros e até por construtores civis. A clareza do discurso formal da arquitetura moderna alastrou-se rapidamente aos vários atores do processo de construção. (Fonte, 2007)

Se por um lado, as colónias africanas do hemisfério sul estavam geograficamente afastadas do controlo repressivo de Lisboa, por outro lado, estes territórios constituíam um novo mundo, em que a dimensão e a necessidade de desenvolvimento promoveram um vasto campo de experimentação e inovação no âmbito do planeamento e da construção. Finalmente, a linguagem da arquitetura do Movimento Moderno despertou uma resposta criativa e especialmente apropriada para responder ao clima e ao ambiente tropical. (Tostões, 2014)

A relação entre arquitetura e revolução tornou-se clara para muitos. Neste quadro, a afirmação da arquitetura moderna foi encarada como um compromisso político, encarado como um meio para resolver não só o problema da habitação, mas também para alargar a ação do desenho urbano e ao planeamento do território. Este período constituiu um desafio extraordinário para a geração africana, que não só teve a oportunidade de trabalhar de acordo com um sistema baseado num discurso progressista, como também abraçou a conceção de obras de grande escala. Motivados pela vastidão da paisagem africana, puderam acreditar que estavam envolvidos na construção de um novo lugar, um novo mundo capaz de responder à ambição de uma transformação progressista. (Tostões, 2014)

Na modernização das cidades e territórios de Angola e em paralelo de Moçambique, foi essencial o papel desempenhado pela nova geração de arquitetos recém-formados nos inícios dos anos 50. Efetivamente, a geração do Congresso de 1948, veio marcar não só a entrada em cena dos profissionais em vias de formação ou recém-formados nessa época como também a afirmação e gradual preponderância da cultura política de esquerda, como caminho de progresso e futuro, aplicada à arquitetura e ao urbanismo. (Fernandes, 2009)

É importante considerar a situação político-social de Portugal de 1940 a 1950, para melhor perceber as razões das sucessivas idas e fixações profissionais e pessoais de muitos arquitetos portugueses em Angola e Moçambique, sobretudo no início da década de 1950. A

década de 1940 foi importante no âmbito da arquitetura moderna em Portugal. O desfecho da Segunda Guerra Mundial e a consequente democratização dos países europeus teve um grande impacto na estabilidade política e social do Estado Novo²². Perante esse clima de grande agitação cultural associada a um crescente descontentamento com o regime Salazarista, o governo recorreu a uma máquina de propaganda, que já tinha dado provas da sua eficácia durante a exposição do Mundo Português (1940)²³, de maneira a considerar as suas diretrizes políticas de âmbito cultural. Para esse efeito, o Estado Novo promoveu a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitetura em 1948, realizado em Lisboa, para se discutir a situação da arquitetura praticada em Portugal e nas suas colónias. Contudo, com a entrada na década de 1950, assistiu-se a uma nova mudança no comportamento do regime, no sentido de obter aprovação internacional. (Fernandes, 2009) & (Cruz, 2012)



Figura 14. Guia e Bandeiras Oficiais da Exposição, 1940; Fonte: (Leite, 2012).

²² Estado Novo foi o regime político autoritário e autocrata de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até o seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

²³ A Exposição do Estado Português, que se realizou de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940, foi um evento realizado em Lisboa durante o regime do Estado Novo, com o propósito de comemorar simultaneamente as datas da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640), constitui-se na maior de seu género realizada no país até à data.

As dificuldades sentidas nessa época, na transição dos anos de 1940-50, por esses profissionais, foram inúmeras. A implantação das novas teorias urbanísticas segundo a Carta de Atenas esbarrava com a enraizada prática oficial dos planos de urbanização, ainda seguindo os modelos das “cidades-jardim” divulgados nos anos 1920-30. Contra este estado de coisas, a luta da nova geração, na busca pelo ingresso no mercado de trabalho privado e nas instituições públicas foi enorme, mas quase sempre processada com grande esforço e uma enorme crença nos ideais do progresso social e tecnológico, com o propósito de expandir os limites da sua arquitetura. (Fernandes, 2009)

No contexto da sociedade colonial coexistem dois modelos de adoção das linguagens arquitetônicas: um modelo de carácter mais historicista ou monumental, presente especialmente na obra pública produzida em Lisboa, e o predomínio de um vocabulário formal moderno, de carácter internacional, mais associado à iniciativa privada. Aparentemente, estes dois modelos opõem-se do ponto de vista ideológico. Mas as ideologias, mesmo as mais dogmáticas, são, em si, também contraditórias. E a produção da arquitetura que corresponde a essas ideologias também o é muitas vezes. (Magalhães, 2016)



Figura 15. Banco de Angola, Luanda, 1952; Fonte: (Fernandes, 2009).



Figura 16. *Palácio de Vidro, Luanda, 1963; Fonte: (Fernandes, 2009).*

Nos equipamentos coletivos de iniciativa privada devem ser destacadas as tipologias dedicadas ao turismo e ao lazer. Porque se destinavam a funções mais formais, estas obras eram ideais para a livre aplicação dos princípios modernos. Os cinemas ou as cine-esplanadas, os hotéis e os clubes, eram equipamentos importantes para atração da população e exprimiam exemplarmente a ideia de prosperidade e bem-estar que se sentia na burguesia urbana das colónias portuguesas, especialmente no período anterior ao endurecimento da guerra colonial. Estes traduzem bem a vontade de modernidade da sociedade. (Magalhães, 2016)



Figura 17. Cine Esplanada Impala, Namibe, 1960; Fonte: (MariaNJardim, 2011).



Figura 18. Hotel Mombaka, Benguela; Fonte: (Celorico, 2012).

Se a iniciativa privada funcionou como catalisador do projeto moderno, por outro lado, no caso da encomenda dos organismos locais, da igreja ou das autarquias (na altura), por exemplo, o carácter mais tradicional e historicista das instituições públicas dá lugar a uma crescente abertura na aplicação do vocabulário moderno. Na linhagem da nova monumentalidade defendida pelos arquitetos modernos do pós-guerra, a obra pública procura assim uma nova relação com a cidade e ganha um sentido mais simbólico e humano. (Magalhães, 2016)



Figura 19. Igreja da Sagrada Família, Luanda, 1974; Fonte: (Patrício, 2013).

É precisamente ao longo da década de 1950 que se vai sentir em Angola e Moçambique uma profunda diferença por comparação com as duas décadas anteriores. Os anos da guerra de 1939-45 e do pós-guerra foram de uma forte continuidade do urbanismo e da arquitetura, segundo modelos tradicionalistas. Já nos inícios dos anos 50, uma nova fase, emergente e dinâmica, surge com toda a evidência. Por um lado, dá-se gradualmente a transposição cultural do conflito moderno-tradicional, no âmbito do urbanismo/arquitetura, da Europa para África, por via da nova geração de arquitetos portugueses e luso-africanos, que procurava na ida profissional para África um modo de afirmação de vida, com os seus ideais, propostas e criatividade; por outro, é a própria iniciativa privada, geradora de uma renovada dinâmica económica e social, que também aparece e procura afirmar os seus novos espaços, estruturas e símbolos. (Fernandes, 2009)

Verificam-se assim duas situações distintas entre os arquitetos que optaram por ir à Angola para aí exercerem suas atividades profissionais: os que escolheram este território para lá se radicarem, integrando os Serviços de Obras Públicas, Monumentos Nacionais, Câmaras, ou profissionais liberais que, sendo filhos de colonos, e que, por sua vez, já lá tinham nascido, vinham fazer o curso a Portugal, acabando depois por regressar à sua terra, o que aconteceu mais tarde, já nos anos 50, por exemplo Antonieta Jacinto e Fernão Lopes Simões de

Carvalho, que nasceram em Angola, vieram estudar a Lisboa, e regressaram a Angola para lá trabalhar. (Fonte, 2007)

A integração dos arquitetos, na sua maioria jovens, que decidiram ir para Angola foi como funcionários públicos nos órgãos do Governo ou nos municípios, quer em câmaras quer mesmo na delegação das obras públicas, ou como profissionais liberais. No final, muitos deles procurariam estar ligados à produção privada, mas em vários casos mantiveram a ligação pública, desempenhando as duas atividades. Foi o caso de Francisco da Silva Dias, António Campino, António Veloso, José Pinto da Cunha, João Luís Garcia de Castilho, João José Tinoco (1924 – 1983) e Carlota Quintanilha, Francisco Castro Rodrigues (1920 – 2015) e outros. (Fonte, 2007) & (Fernandes, 2009)

Pela mão dos arquitetos, alterou-se e reajustou-se o perfil e a imagem do território nacional, quer ao serviço do Estado, quer da Administração Local ou até de particulares. Eles foram os responsáveis por uma nova terra, com um novo carácter. Todos os agentes da transformação do território foram relevantes, marcaram o registo de atuação e tiveram o seu papel neste processo, mas aos arquitetos foi dado o papel da mudança da imagem e da forma como se fazia a apropriação dos sítios. (Fonte, 2007)

Nos finais de 1944, foi criado em Lisboa, dependente do Ministério das Colónias²⁴, um organismo exclusivamente dedicado à execução de projetos de arquitetura e urbanismo, para os territórios coloniais, o chamado Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), mais tarde denominado Gabinete do Ultramar. Sediado em Lisboa, este organismo, independentemente das várias alterações da sua designação e do aparecimento, sobretudo em Angola e Moçambique, durante a década de 1960 de outras estruturas com sede local ligadas ao fomento de projetos arquitetónicos e ao planeamento urbano manteve-se em funcionamento até a conquista da independência destes países e foi responsável por grande parte dos planos de urbanização que tiveram um papel importante no processo de ocupação planificada e das infraestruturas construídas entre 1944 e 1974. (Milheiro & Dias, 2009) & (Fonte, 2007)

Assim se iniciou a elaboração sistemática dos Planos Gerais de Urbanização ou Anteplos de urbanização e projetos de arquitetura para os principais centros urbanos do país. Foi a partir da ação deste gabinete, figura titular dos planos e projetos para as colónias, que muitas cidades se foram organizando. O início da elaboração sistemática dos planos de urbanização

²⁴ O Ministério das Colónias (1911-1951) foi departamento ministerial do Governo de Portugal que tinha como responsabilidade a condução das políticas civis especificamente dirigidas aos territórios sob domínio colonial português, incluindo a adaptação a esses territórios das políticas que no então território metropolitano da República Portuguesa eram de outros ministérios.

para os principais centros, viria a desdobrar-se, dentro dos Serviços de Obras Públicas e na Secção de Urbanização de cada província, mas na dependência técnica do gabinete central para a tomada de decisões. Em 1950, cria-se uma delegação deste gabinete em Angola, surgida da necessidade de proximidade entre o projeto e o sítio, para que daí resultasse um conhecimento efetivo das situações. Este serviço funcionou em Luanda, sob a responsabilidade do arquiteto Fernando Batalha (1908 – 2012). No Gabinete fez-se a maioria dos planos de Urbanização para algumas das cidades do ultramar, bem como um grande conjunto de projetos de obras públicas, nomeadamente escolas, hospitais, edifícios públicos, religiosos e alguns edifícios de habitação elaborados a partir de 1948. (Fonte, 2007)

Os projetos de arquitetura oriundos deste gabinete mantiveram-se, fundamentalmente, até ao final da década de 60. A partir de 1958, os planos passaram a ser também elaborados em Angola, especialmente na Direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, integrada na Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. (Fonte, 2007)

Embora se possa afirmar que o que moveu os arquitetos portugueses que viviam e trabalharam nas colónias africanas foi o grande ideal do Movimento Moderno, a verdade é que estas ideias foram temperadas pela experiência da construção da arquitetura moderna no Brasil e de um modo geral de toda produção latino-americana. De facto, os necessários dispositivos climatéricos estão já presentes em muitos diferentes tipos de estruturas arquitetónicas, de edifícios de serviços a blocos de habitação social, desde que estes arquitetos modernos chegaram a Angola. (Tostões, 2014)

A aplicação de meios para controlar as condições adversas do clima quente e de um modo geral os sistemas de adaptação climática foram utilizados recorrentemente com inovação. Esta nova vaga de arquitetos operou nos territórios africanos, longe da ação censória do regime centralizada em Lisboa. Os princípios do Movimento Moderno foram aplicados sem referência a qualquer reminiscência do passado colonial, ou qualquer concessão ao gosto nacionalista oficial importado de Lisboa. Pelo contrário, o lugar e o clima revelaram-se fontes de inspiração para a criação de dispositivos reguladores bem imaginativos e que simultaneamente constituíram álibis estimulantes para o fundamento e desenvolvimento de uma linguagem moderna exuberante, plena de plasticidade nos jogos de volumes e efeitos claro-escuro. (Tostões, 2014)



Figura 20. Rádio Nacional de Angola, Luanda, 1967; Fonte: (Prado & Martí, s.d.).

A arquitetura produzida nesta fase, em Angola, teve uma nítida influência da prática profissional de Lisboa e Porto. A situação cultural da metrópole ao longo das décadas de 1930 a 1970 vai-se refletir profundamente nas linguagens, gostos e estilos da arquitetura praticada em Angola. Mesmo longe, de Portugal e especialmente da Europa, na distância e no modo de vida, no urbanismo e arquitetura, essa distância não se refletia. Com efeito, encontra-se aí a identificação de modelos europeus, nomeadamente o da cidade-jardim e um urbanismo formal, ajustado à realidade angolana, onde as cidades e aglomerados eram pequenos núcleos de génese espontânea. (Fernandes, 2009) & (Fonte, 2007)

No entanto, era clara a diferença entre a arquitetura de iniciativa privada e pública. A burocracia dos vários Ministérios apostava em controlar as inovações à linguagem arquitetónica, defendendo a criação de projetos tipificados, preferencialmente anónimos, para todos os tipos de equipamentos: escolas, hospitais, tribunais, correios, quartéis e, inclusivamente, para os bairros de cariz económico que iam sendo feitos em Lisboa. Este clima que se vivia em Portugal, com o seu pesado fardo, terá sido uma das razões para levar arquitetos para Angola, na esperança de aí encontrarem algo de novo, como efetivamente viria a acontecer. (Fonte, 2007)

Angola constituiu um laboratório ideal de experimentação, não apenas na interpretação mais ortodoxa ou mais híbrida do vocabulário moderno, mas também nas técnicas de construção

e da adaptação à geografia e ao clima, a especificidade desta produção arquitetónica foi permitida pelo franco domínio das capacidades técnicas e estruturais do betão armado enquanto elemento standardizado e de produção industrial, mas também pelas suas qualidades expressivas no que diz respeito à plasticidade ou à textura. (Tostões, 2014)

Contudo, é no contexto do Movimento Moderno, que se apresenta na arquitetura e no urbanismo alguns dos melhores exemplos desenvolvidos na estruturação das cidades angolanas, com importantes projetos tanto de planeamento urbano, como de arquitetura com a construção de edifícios marcantes que viriam a definir a estrutura urbana das cidades.

Capítulo 2 Arquitetura Moderna no Lobito

Este capítulo evidencia a importância que a Arquitetura Modernista teve no desenvolvimento do Lobito. Nesta cidade, município da província de Benguela, verificaram-se ao longo do século XX vários tipos de crescimento, influenciados pela importância geográfica da urbe, na sua relação com o porto e com o caminho de ferro. Com a aprovação do Plano Geral de Urbanização, Lobito torna-se num caso exemplar do urbanismo angolano. Começa assim a modernização da cidade, com a construção de vários edifícios emblemáticos.

De seguida é analisada a vida daquele que viria a ser considerado o “arquiteto do Lobito”. Francisco Castro Rodrigues, figura de grande importância, quer por ser o autor do plano de urbanização, quer por ter projetado vários tipos de edifícios, nomeadamente prédios habitacionais, igrejas, equipamentos escolares e instalações industriais. A sua arquitetura foi influenciada pela prática da arquitetura moderna brasileira e pelas ideias de Le Corbusier.

2.1 Importância

Lobito e Benguela são duas cidades vizinhas, unidas pela história comum do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), situadas cerca de 800 quilómetros a sul de Luanda, unidas por uma longa estrada que corre junto à costa atlântica e liga Luanda ao Sul do país, em direção à Namíbia. Benguela foi fundada em 1617, por decreto de Filipe II, tornando-se capital do Reino de Benguela e, mais tarde, província. É uma cidade costeira e portuária, tendo a sua localização sido por três princípios: respeitar as condições geográficas, económicas e políticas, para a transformar num ponto estratégico para a conquista do Sul (Magalhães, 2009) & (Fonte, 2007).

Lobito é uma cidade e município da província de Benguela. Localiza-se na costa do Atlântico, tem 3 648 km² e cerca de 324 050 habitantes (segundo dados do censo de 2014). A designação de Lobito provém do umbundo Olupito Vava, significando “passagem de água” (com o sentido de saída de porta para o mar), depois simplificado em Lupita, e finalmente aportuguesado para Lobito.

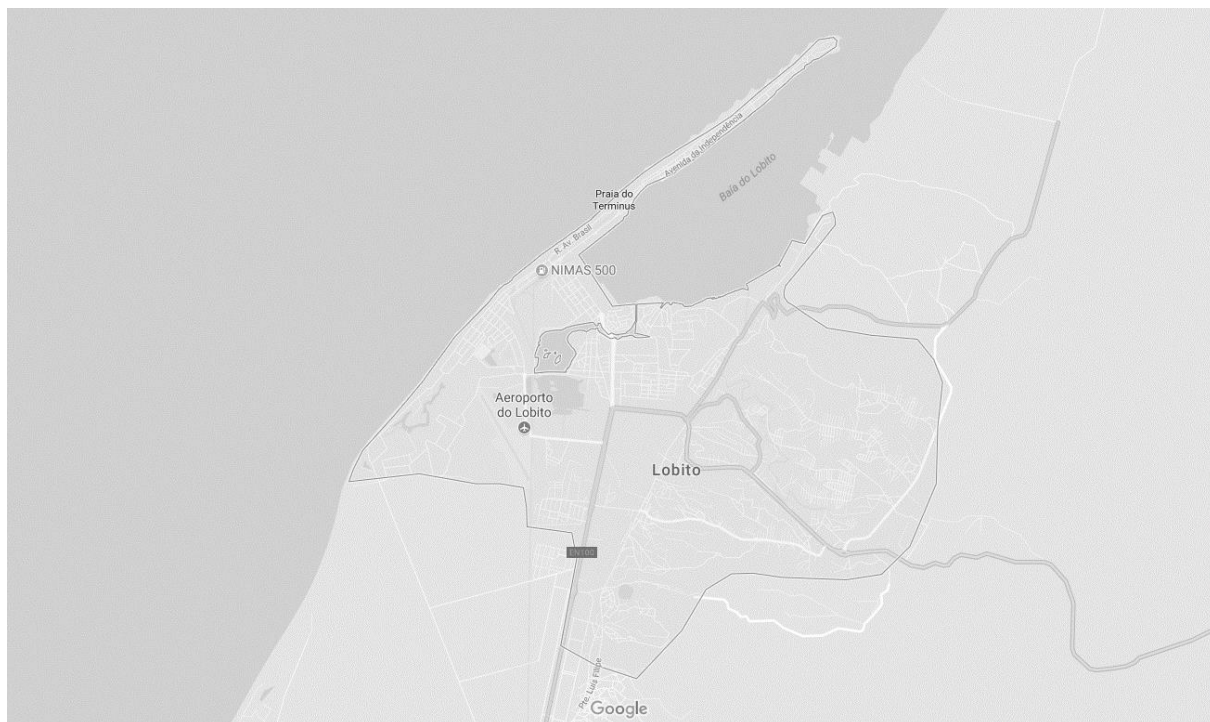


Figura 21. Mapa atual da cidade do Lobito (orientado a Norte); Fonte: (Google, 2017).

Lobito é uma cidade onde se verificaram vários tipos de crescimento, na sua qualidade de cidade costeira e da relação com o porto, e de cidade ligada ao caminho de ferro, com reconhecido desenvolvimento económico, decorrente da sua situação geográfica. Acima de tudo, por ser uma cidade moderna, registando-se o seu maior desenvolvimento a partir da

década de 1950, especialmente a partir da ida daquele que viria a ser considerado o arquiteto do Lobito, Francisco Castro Rodrigues, que nela trabalhou até à década de 1980, já depois da independência. (Fonte, 2007)

28 de Março de 1843 foi a data da portaria em que S. M. a Rainha D. Maria II aprova a mudança da povoação de Benguela para o lugar onde hoje se localiza o Lobito. A Câmara Municipal do Lobito foi criada por portaria, em 1913, tendo ascendido à categoria de cidade ainda em 1921. Na sua origem, era pouco mais do que um modesto conjunto de pequenas edificações e um forte. Foi com a construção do caminho-de-ferro de Benguela, que teve no Lobito a sua terminação portuária a partir de 1929, que esta se transformou e desenvolveu, revestindo-se de importância a nível mundial. Esta situação acabou por vir a beneficiar com o facto de o caminho-de-ferro não ter ido para Benguela (para a cidade não ficar dividida ao meio) acabando assim por ir para o Lobito. A partir dos anos 50, o Lobito ganha um grande destaque, chegando mesmo a ultrapassar, a velha Benguela. (Fonte, 2007)

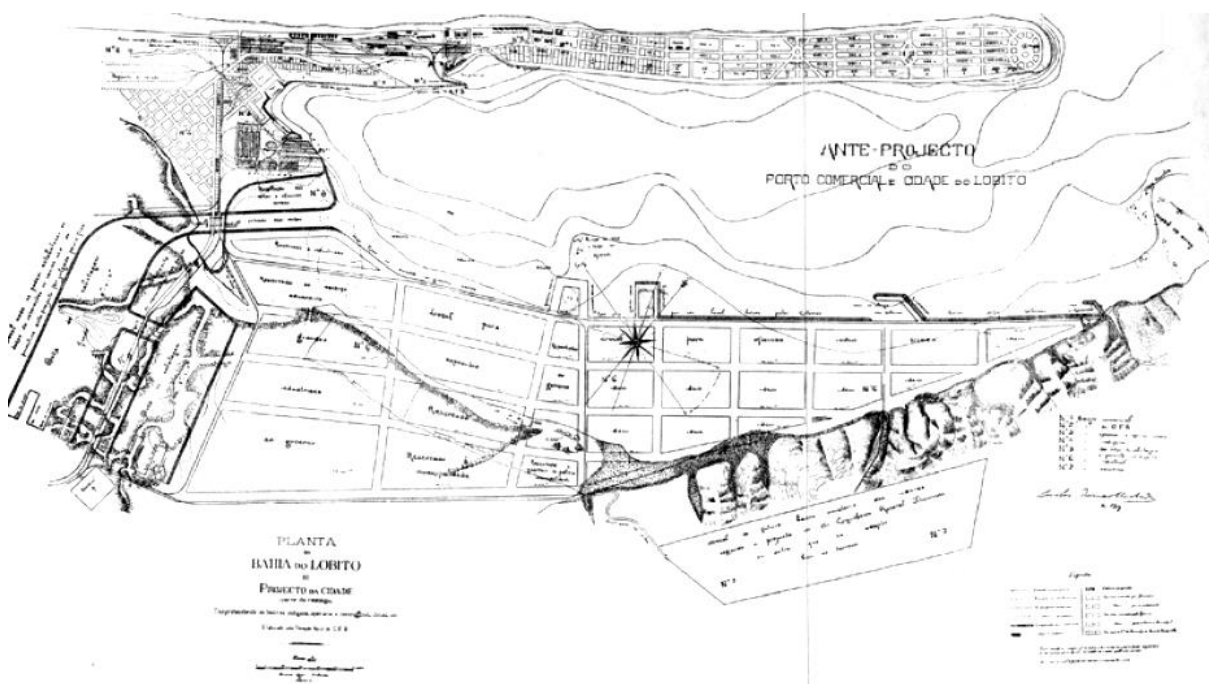


Figura 22. Anteprojeto do Porto Comercial e Cidade do Lobito, 1914; Fonte: (Fonte, 2007).

A cidade assume assim relevância a partir da elaboração do Plano Geral de Urbanização em 1949, pelos Arq. João Aguiar e Arq. Castro Rodrigues, funcionários do Gabinete de Urbanização Colonial.

Lobito é, especialmente no século XX, um caso exemplar do urbanismo em Angola, e do entendimento que dele fazia o Estado, sobretudo até meados de 50, sob a ação centralizadora do Gabinete de Urbanização Colonial. No entanto, a partir dessa data, o papel do município

ganhou preponderância, chamando a si o direito e o dever de definir o desenvolvimento da cidade com maior determinação. (Fonte, 2007)

O nome do arquiteto Castro Rodrigues estará sempre associado ao Lobito, uma vez que partiu para lá em 1953, para integrar a equipa de urbanismo da Câmara Municipal, e criar o Gabinete do Plano. À sua chegada, confrontado com o sítio (uma cidade formada por um conjunto de bairros afastados e não interligados, criando um “arquipélago”) e, acima de tudo, com o desajuste do plano ao sítio (considerando os aspectos geográficos do local – em que a cidade se organiza entre a Restinga, a Baía e o Morro, o que a torna particular), Castro Rodrigues percebeu que a nova realidade com que se deparava exigia novas reflexões. (Fonte, 2007)

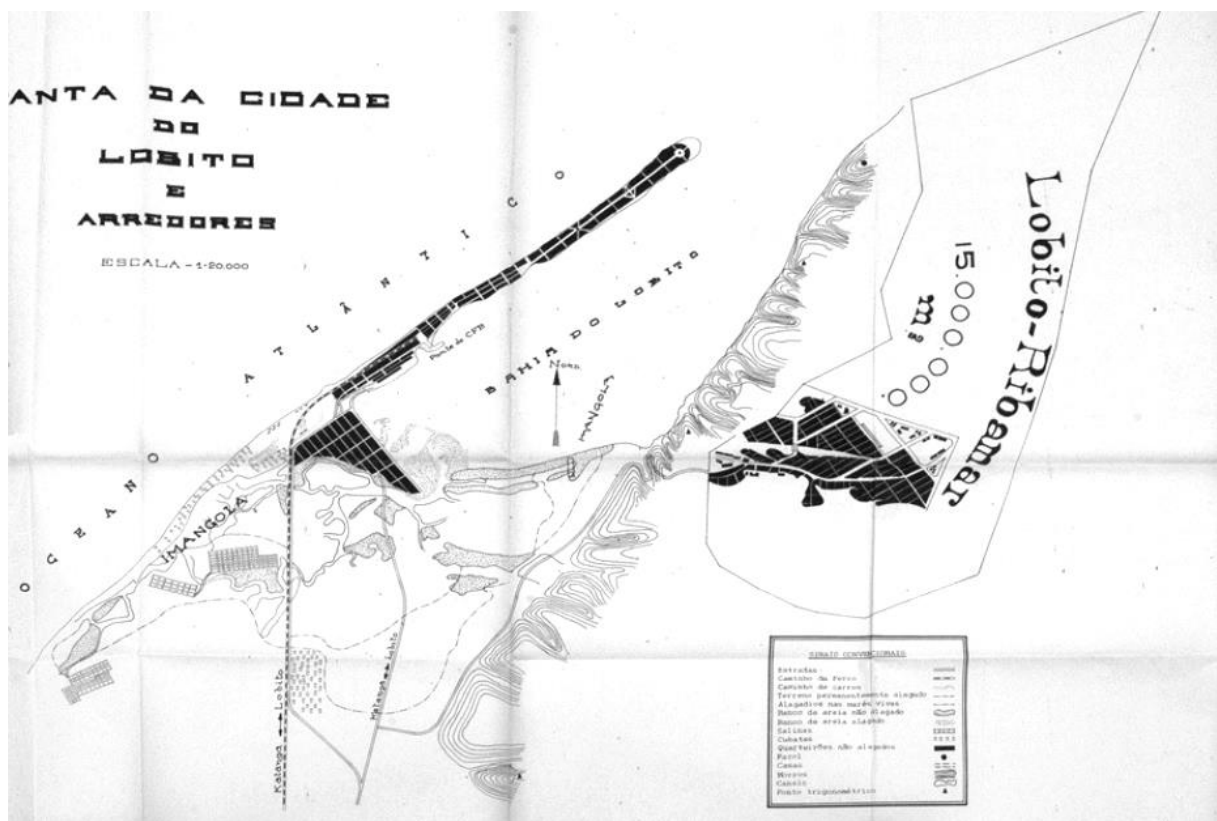


Figura 23. Planta da Cidade do Lobito e Arredores (desenho que serviu de base para a elaboração do Plano Diretor da Cidade do Lobito), 1925; Fonte: (Fonte, 2007).



Figura 24. Vista aérea da cidade do Lobito, 1973; Fonte: (Vista aérea do Porto do Lobito , 2011).

Assim, recebeu a aprovação do GUC para alterar e ajustar o plano, na medida do possível. As adaptações e ajustamentos foram muitos culminando com a introdução na ideia base de trazer a cidade para Norte, para lá da barreira topográfica, o que constituiu, só por si, um desafio ao entendimento sobre os limites da cidade e sua divisão social. (Fonte, 2007)

O tempo percorrido e o crescimento populacional do Lobito, levariam à necessidade de elaboração de um Plano Diretor, já do final da década de 1960, que refletisse as verdadeiras necessidades da cidade. Através do gabinete de urbanização da Câmara Municipal e da autoria de Castro Rodrigues, seria elaborado, apresentado, discutido e negociado o plano e as suas principais opções, com os mais diretos intervenientes, a população em geral, e o caminho de ferro, em particular, com o qual, devido ao longo e estático contrato com o Estado, era difícil o diálogo. O problema residia no facto de o CFB deter direitos sobre as reservas do Estado sem delas retirar benefícios; bem como na obstrução à expansão da cidade devida à ocupação, pela Cassequel (bairro periférico), de terrenos com ela confinantes. Castro Rodrigues não pretendia afastar o CFB nem o a Cassequel, nem se opunha ao desenvolvimento, desde que não prejudicassem a vida da cidade. Preocupava-se sobretudo com o bem-estar da população e com a capacidade da cidade construída responder a esse objetivo. (Fonte, 2007)

O plano de urbanização da cidade do Lobito, elaborado pelo Gabinete de Urbanização Colonial a partir de Lisboa, e ainda o plano Hidrográfico do Porto do Lobito, determinou as primeiras premissas de desenvolvimento da cidade, posteriormente aperfeiçoadas por Francisco Castro Rodrigues, director dos serviços de urbanização e arquitetura da Câmara. (Magalhães, 2009)

Desenvolvem-se planos parciais, que estruturam e regulam o crescimento da cidade: Caponte (bairro residencial entre a reserva natural dos mangais e o bairro comercial), as Unidades Residenciais para os trabalhadores da estiva do Porto e do Caminho-de-Ferro, o Compão (zona destinada a novos equipamentos urbanos) e Restinga (zona residencial e de lazer da cidade). É clara a influência dos princípios racionalistas da Carta de Atenas, quer na organização funcional da cidade quer na preocupação com as questões de adaptabilidade às características climáticas e geográficas do lugar. (Fonte, 2007)

A modernização da cidade do Lobito deve-se em grande parte à área de concessão pelo governo à poderosa Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela, em 1904, onde se instalaram a sede, o hospital, a estação telégrafo-postal, as habitações dos engenheiros e funcionários e o hotel. A povoação tornou-se cidade em 1912, e teve câmara em 1913. (Fonte, 2007)

O Lobito desenvolveu-se rapidamente passando a contar com cerca de 50.000 habitantes em 1960, tornando-se na segunda cidade mais importante em Angola, com Benguela secundarizada. Na década de 1950, concebeu-se o Plano Geral de Urbanização (do Ministério das Colónias) que previu a extensão da edificação urbana à envolvente da baía.

A companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela, dominada por capitais ingleses e belgas, edificou ao longo da primeira metade do século XX uma “cidade dentro da cidade”: bairros com hospitais, clubes recreativos moradias para os diversos níveis sociais dos empregados, tanto no Lobito como no Huambo. (Fonte, 2007)

A urbanização da cidade, ao longo dos anos 1950 e 1970, revelou o facto de que o Lobito constitui possivelmente a criação mais bela do urbanismo do século XX português em Angola. De facto, no decorrer do processo urbanístico e arquitetónico da cidade, houve uma forte ação municipal qualificadora, importante pela sua continuidade no tempo e pelos resultados práticos obtidos. No plano arquitetónico, a qualidade das obras realizadas na cidade refletiu e complementou a intervenção urbanística, com construções desde as infraestruturas ao mobiliário, equipamentos e habitação.

Estava então definida a imagem da cidade moderna do Lobito, com praças amplas e arborizadas grandes e largas avenidas de destaque, com hotéis, restaurantes e esplanadas, bem como edifícios de funções administrativas. Também era possível encontrar estátuas de figuras da história portuguesa.

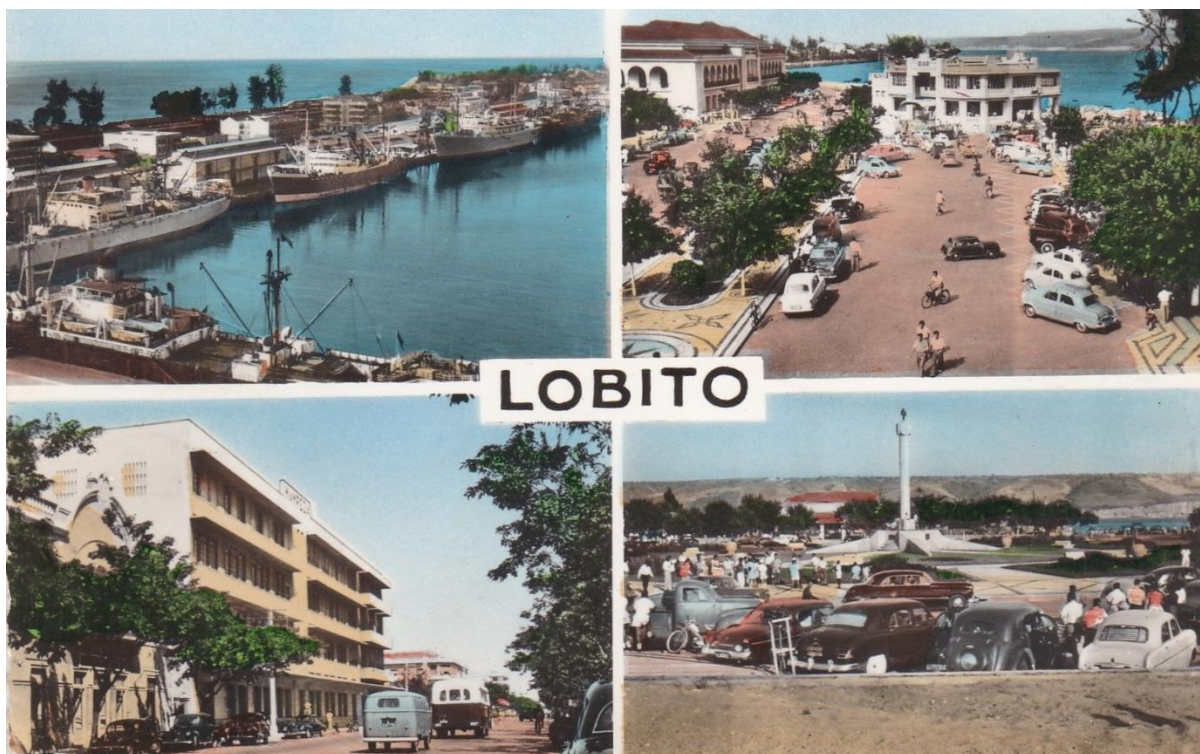


Figura 25. Imagem moderna da cidade do Lobito, onde são visíveis edifícios administrativos, restaurantes, avenidas e praças amplas, década de 1960; Fonte: (Oldpaperandmore, 2017).

Francisco Castro Rodrigues, no Lobito, a par de Pinto da Cunha, Silva Dias, Antonieta Jacinto e Viera da Costa em Luanda, foi um verdadeiro percursor de um modelo de arquitetura e urbanismo tropical moderno adaptado ao sítio e ao clima. Embora o modernismo por si só, dentro da sua linguagem, aponte uma série de medidas que melhor se adaptam aos climas tropicais, estes arquitetos ensaiaram-no aplicando-o aos condicionalismos da realidade angolana. (Fonte, 2007)

Na década de 1950, o Ministério das Colónias desenvolve o Plano Geral de Urbanização, no qual se previa a ocupação da zona envolvente da Baía. Na mesma altura a Missão Hidrográfica de Angola apresenta o Plano Hidrográfico do Porto do Lobito, cuja entrada estava ameaçada pelo movimento das areias da zona da Restinga, que se aproximavam rapidamente do continente. Em 1964, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil concebe um sistema de quebra-mares para solucionar o problema. (Bonito, 2011)

Contudo, o Lobito constitui-se uma cidade de referência ao nível urbanístico e arquitetónico, tudo graças ao Plano Urbanização, elaborado para a sua modernização em 1949. Cidade costeira e portuária, o seu desenvolvimento deve-se sobretudo ao investimento feito pela companhia de Caminho de Ferro de Benguela, com o objetivo de afirmar como potência económica e política do país. Com a vinda de Castro Rodrigues, o crescimento e urbanização da cidade foi notável. Provido de grande conhecimento sobre o modernismo, encontrou aí condições favoráveis para exprimir os ideais do movimento moderno e para estudar a adaptação dos edifícios ao clima local. Infelizmente, hoje as razões que tornaram o Lobito numa cidade de referência perdem-se a cada dia que passa. A degradação dos edifícios emblemáticos são a prova mais evidente dessa destruição progressiva de identidade.

2.2 O Arquiteto Francisco Castro Rodrigues

Francisco de Castro Rodrigues nasceu na Graça, em Lisboa, em 1920. Estudou arquitectura na Escola de Belas Artes de Lisboa onde ingressou em 1942, depois de uma breve passagem pelo Instituto Superior Técnico, trabalhando em simultâneo para o atelier de Paulo Cunha, onde demonstrou um grande interesse pelo urbanismo, matéria dominada naquela época por Faria da Costa (1906 – 1971). Termina o seu curso em 1950, com a tese de conclusão de curso de projeto construído, os primeiros edifícios da Fábrica Amoníaco Português, em Estarreja, desafiando as regras estabelecidas por Cristino da Silva (1896 – 1976), pois tenta utilizar uma linguagem mais racional. Crítico do ensino praticado em Lisboa, onde Le Corbusier era figura vetada, procurou informar-se sobre a evolução da arquitetura moderna, acabando por seguir os seus princípios. (Milheiro, 2009)

A sua carreira profissional pode ser dividida em três fases: em Lisboa, entre 1946 e 1953, no Lobito, entre 1953 e 1974 (assumindo os cargos de chefe de repartição, e depois de director dos Serviços de Urbanização e Arquitectura na Câmara Municipal do Lobito), e por último, a fase pós-independência, ainda no Lobito, trabalhando como funcionário público na construção do Novo país, até 1988, quando regressa a Portugal. Este longo período africano é interrompido apenas entre 1975 e 1976, quando Castro Rodrigues foge da Unita²⁵ para Portugal, trabalhando nos gabinetes técnicos de apoio às autarquias locais, em Moura e Beja. (Milheiro, 2009)

A sua fase em Lisboa corresponde também a um tempo de forte ativismo político, quer enquanto membro da facção juvenil do MUD (Movimento de Unidade Democrática) quer como militante do PCP (Partido Comunista Português), do qual se afasta precocemente em 1949. Por ser um forte ativista político é preso no Aljube em 1947, o que o impossibilita de ocupar um cargo público em Portugal. Esta atividade continua em Angola mantendo os seus ideais políticos, onde será delegado de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958. (Milheiro, 2009)

Nesse período, Castro Rodrigues recebe as primeiras encomendas para território Africano. Por indicação de Paulo Cunha e Costa Martins (1922 – 1996), faz parte de uma Missão à Guiné, de que recorda projetos como a transformação de armazéns no palácio do Governador, um museu, intervenções na Sé, residências para funcionários e um quartel para caçadores locais em Gabu. Em parceria com João Simões (1908 – 1993) e Huertas Lobo (1914 – 1987), desenvolve vários projetos ligados à realidade colonial, entre os quais; roça de café em São

²⁵ União Nacional para a Independência de Angola

Tomé e Príncipe; bloco de habitação na Praia (Cabo Verde); centro de saúde ampliável a hospital de 50 camas para a Guiné (projeto tipo construído em Cabinda, Angola) bem como ainda o conjunto residencial Casa Sol [Fig. 26], para o Lobito, em 1952. Produz alguns números da revista *Arquitectura*, através das ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica), participa ativamente no Iº Congresso Nacional de Arquitetos, em 1948, ainda como aprendiz, escrevendo as teses “Do ensino ao exercício da profissão” e “O alojamento colectivo”, expondo os seus ideais modernos, em colaboração com João Simões e Huertas Lobo. (Milheiro, 2009)



Figura 26. Casa Sol, Lobito, 1963, Fonte: (Milheiro, 2012).

Antes de partir para Angola, faz parte da comissão organizadora das exposições do IIIº Congresso da UIA (União Internacional de Arquitetos), que se realiza em 1953, em Lisboa, juntamente com Keil do Amaral e Frederico George. A exposição dedicada à arquitetura moderna brasileira, assim como a obra de Le Corbusier, deixa-lhe grande impressão e tornam-se referências habituais nas suas obras. Entre 1948 e 1949, o arquiteto publica, na revista *Arquitectura*, a sua tradução da Carta de Atenas, redigida por Le Corbusier, em colaboração com a mulher Maria de Lourdes. (Milheiro, 2009)

Depois de ter colaborado nos planos de urbanização para o Lobito e Nampula, através do GUC, a partir de Lisboa, é convidado pelo presidente da Câmara Municipal do Lobito, a trabalhar em Angola, pois este tinha o desejo de transformar a cidade numa “nova

Casablanca”. Após 11 meses de impasse por razões políticas, recebe autorização, chegando à cidade do Lobito já em 1953. Dividindo-se entre produção pública e privada, inicia aqui a sua fase mais criativa e influente. (Milheiro, 2009)



Figura 27. Castro Rodrigues apresentando o Plano da Cidade do Lobito, s.d; Fonte: (Milheiro, 2009).

No Lobito, onde quase não havia arquitetos, tem a oportunidade de aí implantar uma arquitetura racional recorrendo às técnicas construtivas modernas que se encontravam em franca expansão nos principais territórios coloniais, e cuja qualidade de execução não se revelará inferior à Lisboa. Desenvolve projetos de diversos equipamentos e urbanização (revendo e corrigindo o Plano de Urbanização anteriormente desenvolvido). Será depois director dos Serviços de Urbanização e Arquitectura e membro da Comissão Cultural, Divulgação e Turismo da Câmara Municipal do Lobito. Enquanto membro dessa comissão e também como dirigente do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, organiza diversas exposições, algumas itinerantes, das quais se destaca «A Arquitectura Moderna Brasileira», inaugurada em 1961, na Associação Comercial. (Fonte, 2007)



Figura 28. Capa do catálogo da exposição sobre “Arquitetura Moderna Brasileira”, 1961; Fonte: (Milheiro, 2008).

O interesse de Castro Rodrigues pela arquitetura brasileira intensifica-se em África. Dirige com Sérgio Príncipe e Maria da Conceição Nobre o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros. O seu ativismo cultural é uma forma de intervenção política. Neste quadro surge a exposição A Arquitectura Moderna Brasileira integrada nas iniciativas da Comissão Municipal de Turismo do Lobito, cidade onde faltavam os arquitetos. A exposição foi inaugurada a 5 de Junho de 1961 na Associação Comercial, num período de esforço de normalização da vida colonial que se segue ao início da guerra em Angola. Foi composta por material recolhido em publicações, principalmente recortes de revistas, e acompanhada de um catálogo com cerca de 112 entradas, sem qualquer ilustração com excepção da capa que reproduz a imagem de uma obra não identificada em construção, que representa a força empreendedora que caracteriza os *países* novos. Essa exposição ilustra dois aspetos da relação entre as culturas arquitetónicas portuguesa e brasileira no pós-guerra: o prolongamento da influência brasileira nos espaços coloniais portugueses quando esta já decresce na metrópole e a dependência de Le Corbusier. (Milheiro, 2008)



Figura 29. Aerogare do Lobito, 1956; Fonte: (Fonte, 2007).

O trabalho de Castro Rodrigues divide-se pelos mais variados programas: equipamentos públicos (mercado municipal, aerogare, painel do Jardim Infantil João de Deus, Biblioteca do Alto Liro), religiosos (Igreja Evangélica do Bairro Caponte), instalações industriais (Sorel, Guedes & Almeida). Dedicar-se também a atividade privada, utilizando nos seus edifícios grelhagens para ensombramento das fachadas, e introduzindo ventilação cruzada, preocupações dominantes nos trópicos (Irmãos Melo, Universal, Lusolanda, Marvão & Martins, Casa Americana, Bloco na Praça Gil Vicente). A exposição Meio Século de Crescimento, patrocinada pela Câmara em 1963, apoia-se maioritariamente nestas realizações que Castro Rodrigues vai espalhando pela cidade. (Milheiro, 2009)

Mas é na prática urbanística que melhor define este percurso e onde se contam os planos urbanísticos do Lobito, Vila da Catumbela e Sumbe, ou planos parciais de Cabinda e Silva Porto ou das cidades para a Companhia Mineira do Lobito Jamba e Tchamutete. Depois da independência desenha o plano para a Cidade do Pioneiro. Esta produção mostra como a sua influência se estende à região, trabalhando para Benguela, Sumbe (Bloco Marques Seixas, Palácio da Justiça, Paços do Concelho, Liceu) ou Ganda (Casa Dr. Figueiredo, Posto Clínico). (Milheiro, 2009)



Figura 30. Igreja do Sumbe, 1966; Fonte: (Bonito, 2011).



Figura 31. – Igreja do Sumbe. Aspeto do interior, 1966; Fonte: (Bonito, 2011).

A Igreja do Sumbe, construída em 1966, é um dos edifícios mais representativos deste período, e uma síntese dos ideais modernos, aplicando claramente os princípios de integração das três artes, cumprindo um programa espacial progressista e recorrendo a soluções construtivas sofisticadas. Atualmente, o edifício é considerado uma Catedral, onde se consegue encontrar influências tanto da obra de Frank Lloyd Wright como da Arquitectura Moderna Brasileira, como acontece noutras obras do autor. (Milheiro, 2009) & (Bonito, 2011)

Com a Independência, em 1975, Francisco de Castro Rodrigues empenha-se na construção do novo país. Oferece-se como voluntário para lecionar no liceu e no ensino de IIº nível, é convidado pelo Ministro da Construção e Habitação da República Popular de Angola para criar e dirigir o Gabinete de Urbanização de Benguela. É convidado para lecionar Arquitectura e Urbanismo na Universidade de Luanda e regressa a Portugal em 1988. (Magalhães, 2009)

Infelizmente veio a falecer no ano de 2015, aos 94 anos, em Lisboa. Com certeza, Francisco Castro Rodrigues deixou um importante legado arquitetónico moderno para o Lobito, quer graças ao seu contributo na elaboração do Plano Diretor Urbanístico para cidade, quer pelas obras de arquitetura que contribuíram para o engrandecimento da cidade e a elevou ao estatuto de sala de visitas de Angola. Hoje as suas obras encontram-se em mau estado de conservação, por falta de interesse por parte dos seus proprietários e também das entidades governamentais que deveriam criar mecanismos para o cuidado e conservação desse património arquitetónico que se tem perdido no tempo.

Capítulo 3 Casos de estudo

Após uma análise à escala da cidade, seguida de uma breve abordagem sobre o arquiteto Castro Rodrigues, achou-se relevante reservar-se um capítulo dedicado a análise de 4 obras de referência da cidade do Lobito, com peças gráficas originais de cada projeto e fotografias que elucidam o estado atual de conservação das mesmas.

Escolheram-se dois casos de habitação coletiva, um liceu e uma cine-esplanada, por serem bons exemplos da aplicação das ideias modernas, tanto a nível da sua organização funcional interna como no relacionamento com o seu contexto urbano. No entanto, os edifícios de habitação coletiva, apesar de desempenharem funções semelhantes, são muito distintos. Dos quatro casos de estudo, três projetos são da autoria de Castro Rodrigues, enquanto o Nimas 500, é da autoria do Arq. Rui Fernando Mendo (nascido em Luanda, em 1932). Como referido no capítulo no anterior, a modernização da cidade do Lobito deve-se em grande parte ao Arq. Francisco Castro Rodrigues.



Figura 32. Localização dos edifícios em estudo, Lobito; Fonte [adaptado a partir de]: (Microsoft, 2017).

3.1 Bloco habitacional universal

O edifício em estudo foi projetado pelo Arq. Francisco Castro Rodrigues em 1961, sob encomenda da firma Sorel, a primeira proprietária do lote de intervenção. O objetivo era a concretização de um grande edifício de uso misto, destinado a habitação, comércio e serviços, entre o bairro da Caponte e a entrada do Bairro Comercial (vulgo 28), sobre os mangais da cidade.

A Sorel, pretendia instalar no piso térreo um grande espaço comercial para a exposição e venda dos seus produtos, no primeiro piso espaços de escritórios individuais ou coletivos e nos pisos superiores a habitação, com fogos de pequena dimensão. No final de 1958, já com anteprojeto aprovado pela câmara Municipal do Lobito, os lotes foram adquiridos pela Companhia de Seguros “A Universal”, que prosseguiu com o processo, mantendo o programa inicial. Mas atualmente o edifício pertence a uma outra companhia de seguros que é a ENSA – Seguros.

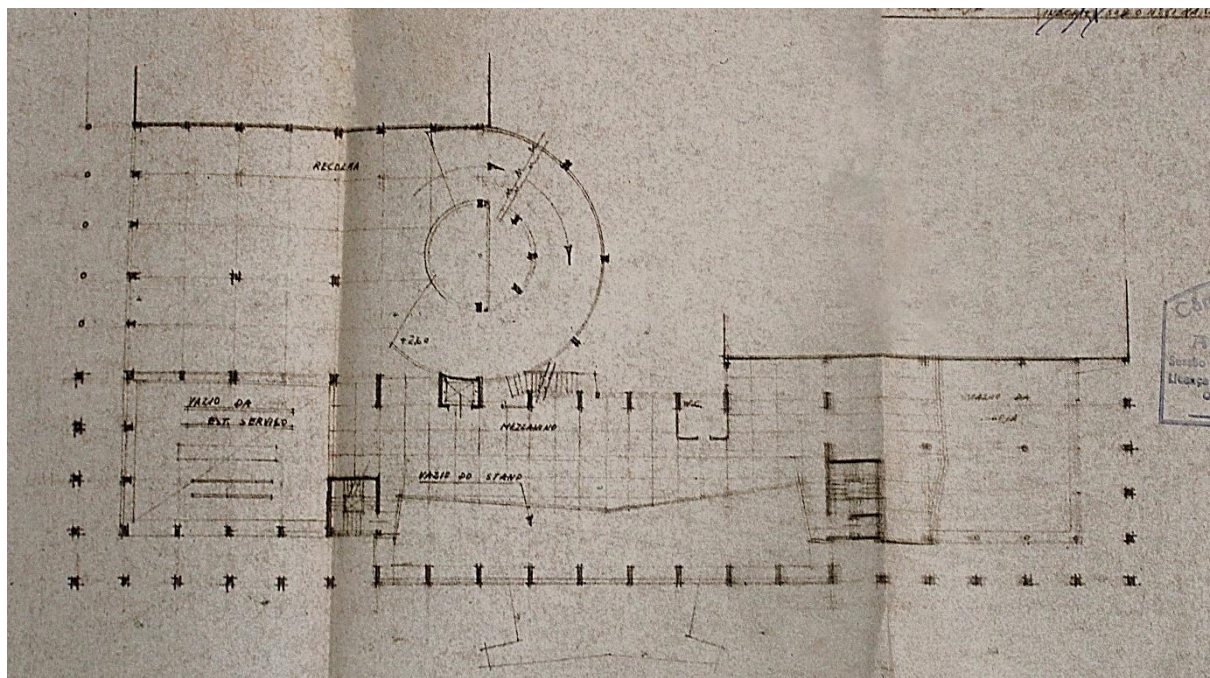


Figura 33. Bloco habitacional universal. Anteprojeto do edifício, piso rés do chão, 1957. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

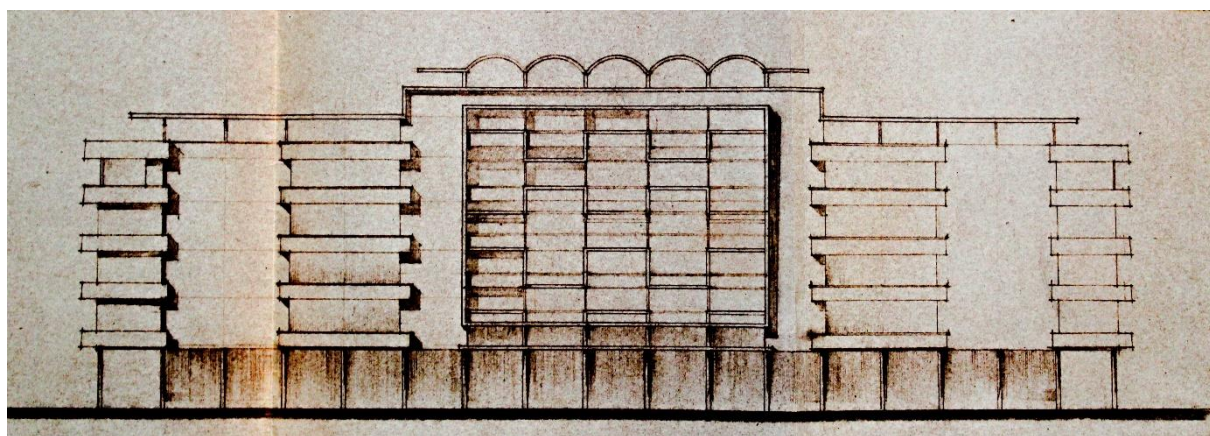


Figura 34. Bloco habitacional universal. Estudo da fachada apresentado no anteprojeto. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

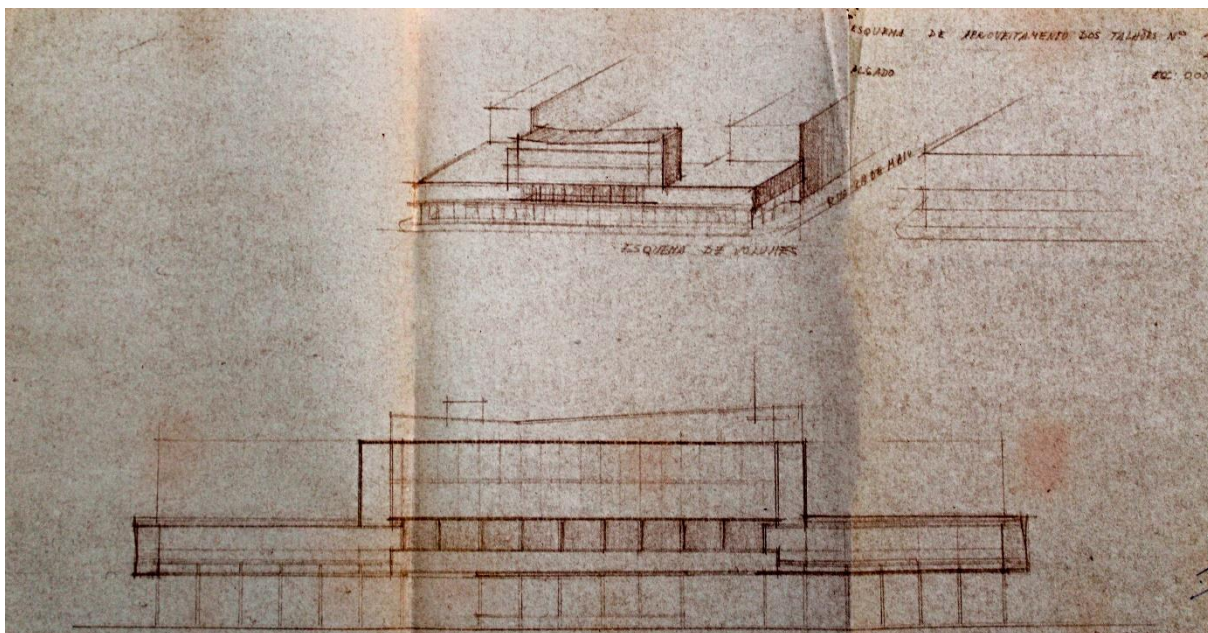


Figura 35. Bloco habitacional universal. Estudo de volumes do edifício. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

O edifício tem uma configuração em L e faz a transição entre dois eixos viários longitudinais do Bairro Comercial e uma praça de entrada no limite do bairro da Caponte. Desde o anteprojeto que o arquiteto torna clara a intenção de atribuir ao edifício um carácter monumental, justificado pela sua localização, com a intenção de dignificar a entrada na baixa comercial da cidade e a importância da empresa proprietária. (Tostões, 2014)

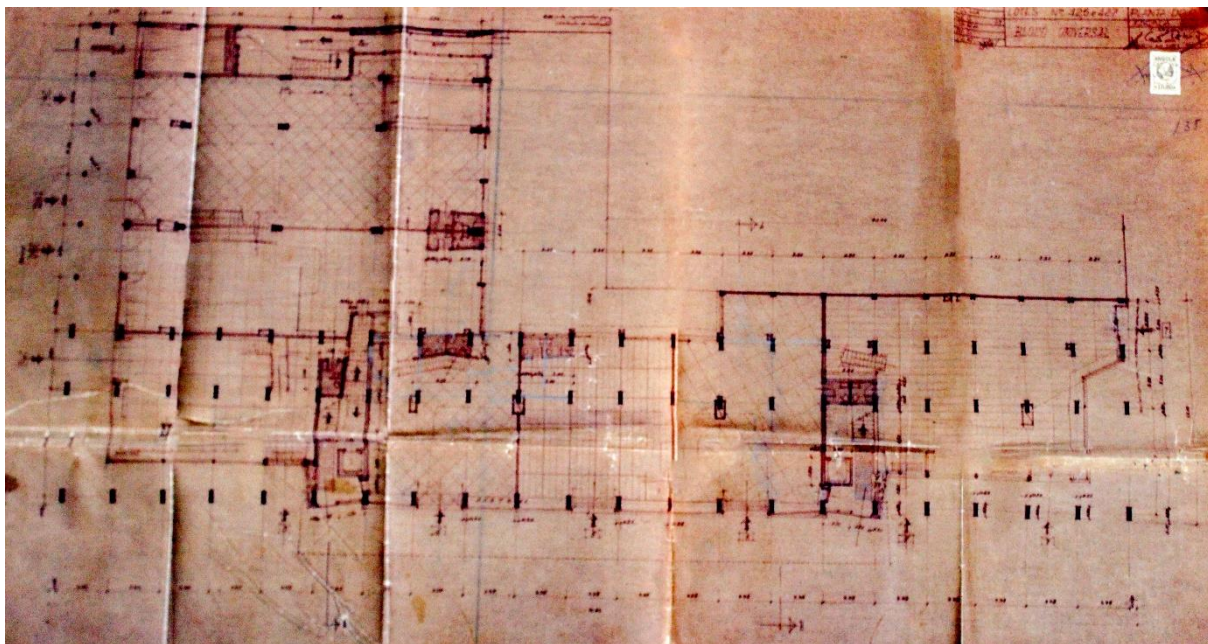


Figura 36. Bloco habitacional universal. Planta do piso 0, onde estão localizados os espaços de comércio e serviços. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

Assim, o arquiteto propõe uma alteração ao plano de urbanização da cidade, aumentando a altura do volume principal, orientado a sudoeste sobre a praça. O edifício desenvolve-se em nove pisos no seu corpo principal, orientado para a Praça Patrice Lumumba e, no remate do quarteirão, estende-se lateralmente num corpo mais baixo com seis pisos, em continuidade com os edifícios existentes. O embasamento do corpo principal é recuado e afastado da rua por uma galeria de pé-direito duplo (estão aqui situados alguns espaços comerciais e, na sobreloja, escritórios e serviços); um piso intermédio saliente destinado a escritórios com uma volumetria em “caixa”, faz a transição para os cinco pisos destinados a habitação; a cobertura é uma enorme pala assente sobre pilares, criando um piso destinado a ateliers e espaços de convívio. A composição das fachadas é marcada por um conjunto de grelhas sobrepostas, que formam varandas na fachada principal e criam zonas de sombra na galeria na fachada posterior. (Tostões, 2014)



Figura 37. Bloco habitacional universal, vista a partir da Praça Patrice Lumumba; Fonte: Autor.



Figura 38. Bloco habitacional Universal. Fonte: (Oliveira, 2008).

No corpo lateral sobre a Rua 15 de Agosto, a cobertura é rematada por uma grande lavanderia coletiva, parcialmente coberta. Todo o edifício é servido por uma galeria coberta, no alçado posterior, quebrada por dois núcleos de escadas simétricos entre si e uma escada de serviço exterior. Os núcleos de escadas permitem também articular os dois corpos em L, promovendo uma ventilação transversal.

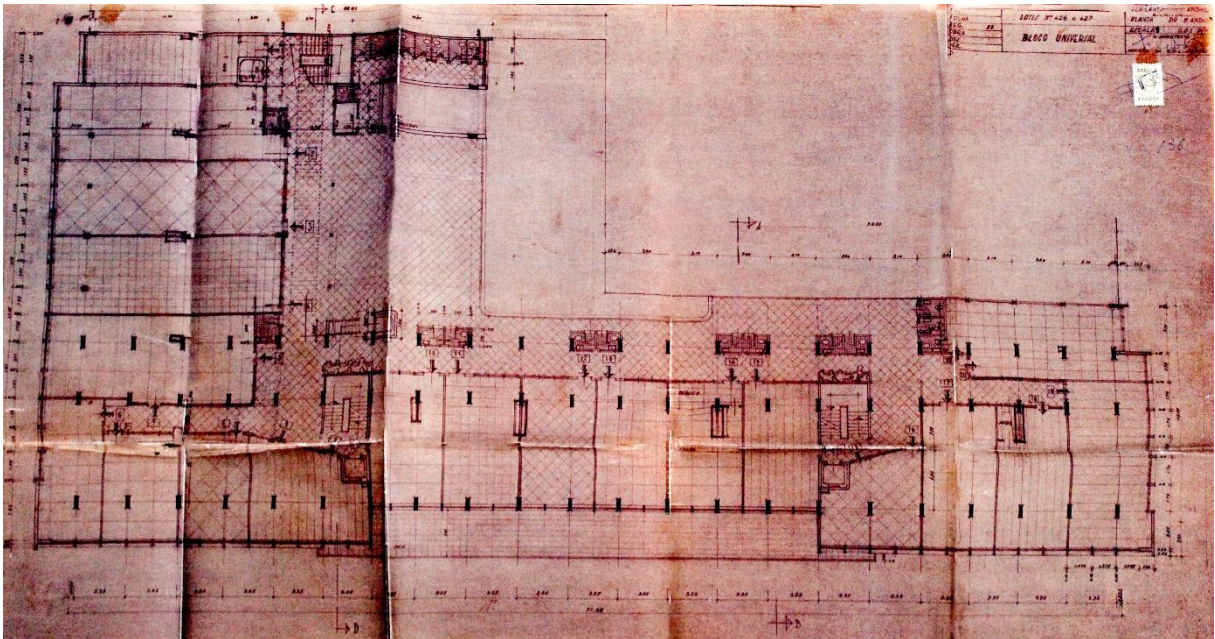


Figura 39. Bloco habitacional universal. Planta do piso 1, destinado a escritórios. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

O primeiro piso é destinado a escritórios e os restantes a habitação, correspondentes aos dois blocos, distribuem-se em 12 fogos de tipologias T1, T2 e T3 (nos topos do bloco principal); nos restantes três pisos organizam-se 9 fogos das mesmas tipologias. A diferenciação de grelhas é acentuada por diferenciação cromática, como se fossem camadas (a marcação da estrutura, da varanda, da floreira, da guarda). Na fachada principal, a geometria da grelha

revela a sua compartimentação interior. Segundo o seu autor, no projeto as cozinhas teriam quebra-luzes para assegurar “proteção exterior (Sol) e interior (roupas estendidas)”, além de serem essenciais para a composição do conjunto, mas a obra ficaria incompleta. No entanto, na fachada posterior, a aplicação de grelhas rendilhadas em favo permite o sombreamento e ventilação de troços da galeria, quebrando a homogeneidade da composição. (Tostões, 2014)

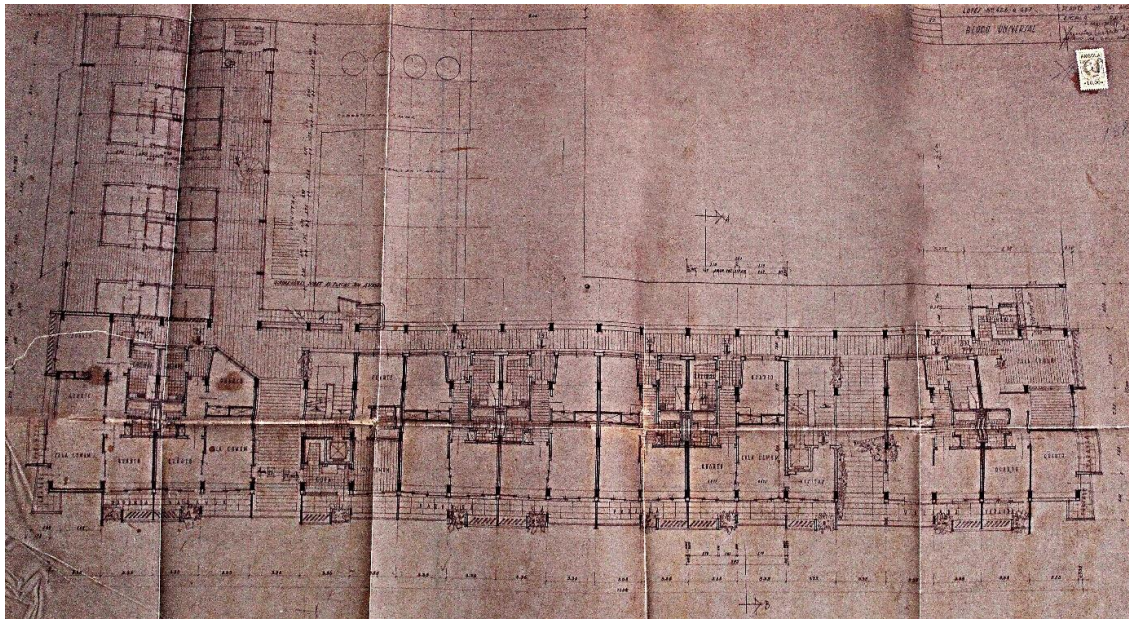


Figura 40. Bloco habitacional universal. Planta dos pisos 2, 3. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

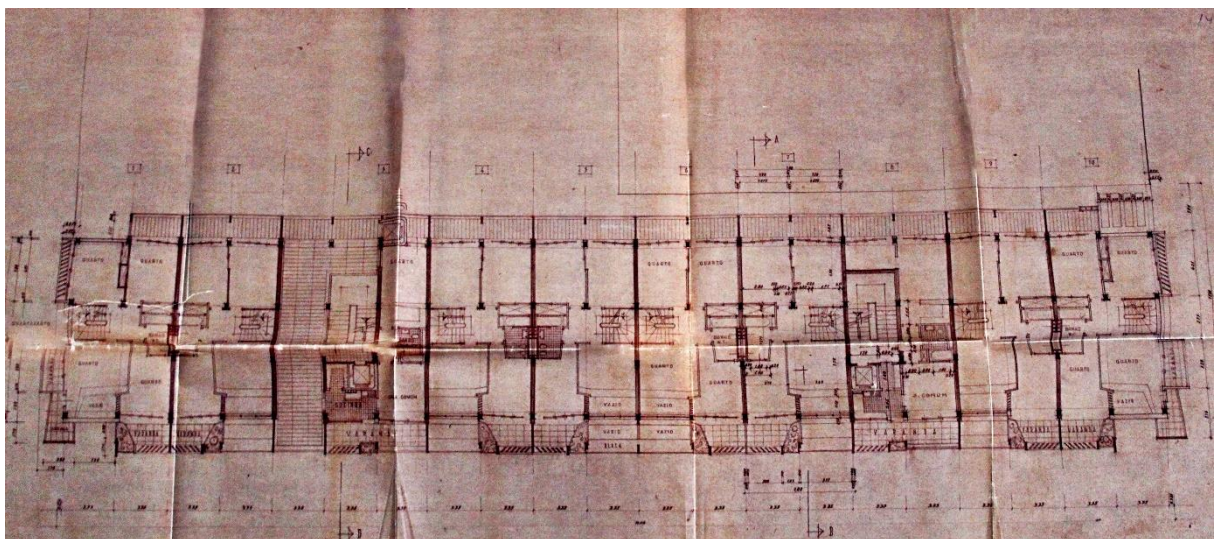


Figura 41. Bloco habitacional universal. Planta dos pisos 4, 5, 6. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

Uma grande referência de projeto para este edifício de habitação, comércio e serviços, seria claramente a Unidade Habitacional de Marselha de Le Corbusier, tanto na escala monumental

com que se relaciona com a cidade, como no tratamento compositivo da obra. O ensaio do léxico corbusiano e das premissas do Movimento Moderno na sua versão tropical é assumido pelo seu autor. É com à vontade que desenvolve os temas da modernidade: a exploração de novos modos de habitar, patentes na organização interna de fogos, a agregação dos fogos em torno de uma extensa galeria aberta, a proposta de espaços coletivos, como a lavandaria ou espaços de convívio na cobertura; a combinação dos programas do habitar, do lazer e do trabalho. Mas também a expressão plástica exalta os conteúdos formais modernos: a retícula tridimensional, marcando a composição das fachadas, o uso prolífero da cor, diferenciando os elementos estruturais, as grelhas em betão de diversos padrões e plasticidade das palas, sombreando espaços e percursos. E a galeria, articulada do conforto ambiental com a ideia de uma “promenade architectural²⁶”. (Tostões, 2014)

Atualmente o edifício encontra-se em estado de conservação razoável, isso pelo facto de pertencer a uma entidade privada, que tem feito os possíveis para manter o piso de serviços conservado. No que diz respeito ao piso das habitações, houve uma significativa alteração em relação ao projeto original.

²⁶ Conceito de Le Corbusier, que defende que o hall de entrada não deve ser estático, comum ou de pouca criatividade. Diz que devem sempre seguir uma ideia (factor surpresa) que torna dinâmico o espaço de transição

3.2 Cine-esplanada Flamingo

O edifício que em seguida se analisa é um cine-esplanada da autoria de Castro Rodrigues. É um projeto que reflete as premissas da Cartas de Atenas, em resposta ao clima tropical. Esse tipo de equipamento, na altura, representava a ideia de bem-estar e lazer, que se traduz de modo exemplar, numa sociedade que tem urgência em ser moderna.



Figura 42. Cine-esplanada Flamingo. Estrutura que funcionava como cobertura de sombreamento; Fonte: (Oliveira, 2008).

O Cine-Flamingo situa-se na cidade do Lobito, no bairro do Compão. O seu nome provém da sua localização, por ser uma zona que antigamente recebia muitos flamingos. É um cinema ao ar livre para 1200 espectadores, inaugurado em 31 de Outubro de 1963. Obra expressiva e monumental, é marcado essencialmente pela enorme estrutura em betão de suporte da cobertura de sombreamento e pela gigantesca parede-écran. A estrutura em betão armado descofrado da pala de cobertura tem uma configuração em V, atingindo um vão de 16 m. (Tostões, 2014)

Articula-se com uma pala de menor dimensão, que marca a entrada e se eleva sobre o edifício-muro que encerra o recinto do exterior. Alguns equipamentos de apoio, como bares e instalações sanitárias, estão abrigados sob uma pérgula dinâmica. Estes espaços cobertos

são formados por paredes ondulantes, coberturas quebradas em zig-zag e pavimentos coloridos, que lhe conferem leveza e um carácter lúdico. (Tostões, 2014)

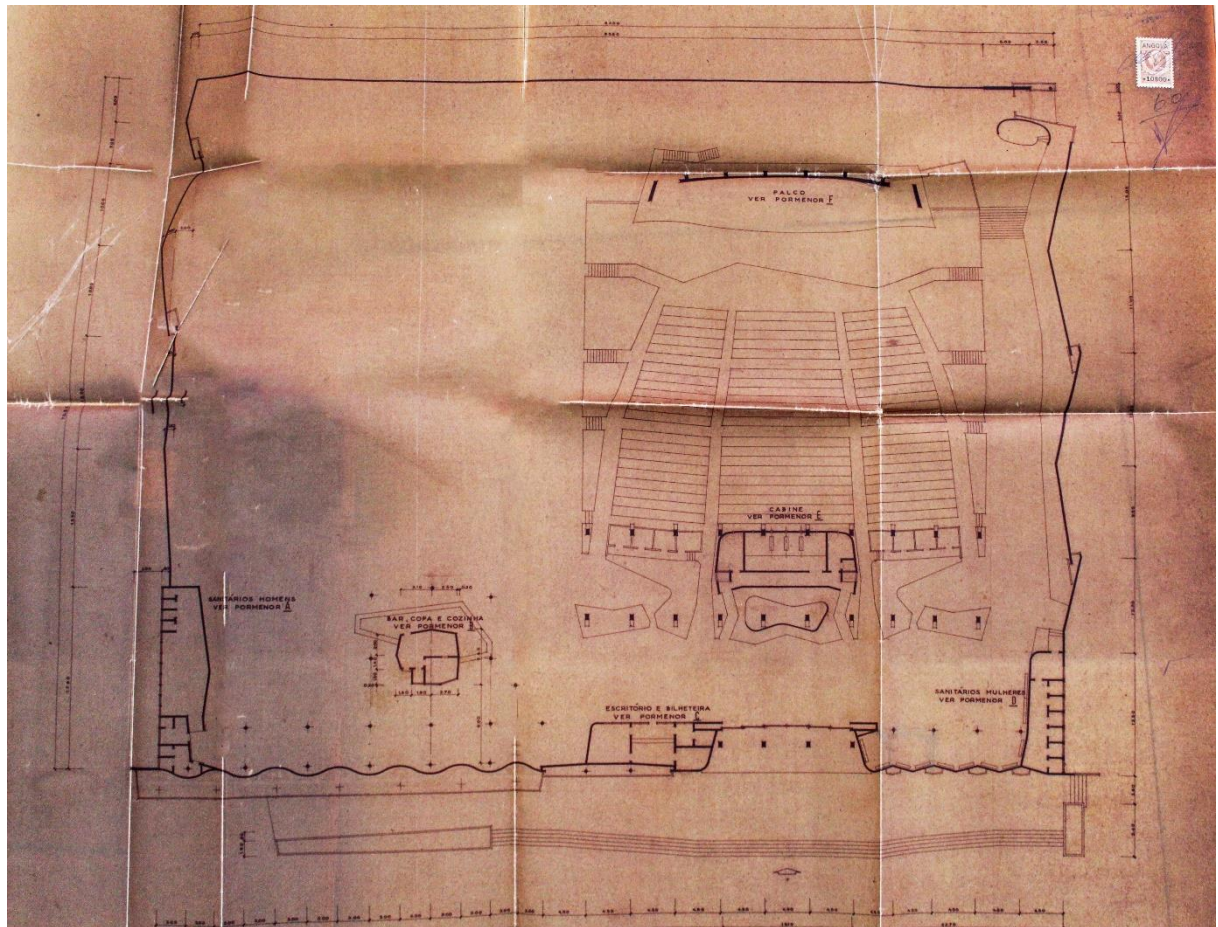


Figura 43. Cine-esplanada Flamingo. Planta Geral, onde se percebem todos equipamentos de apoio existentes e as paredes ondulantes que limitam o espaço. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

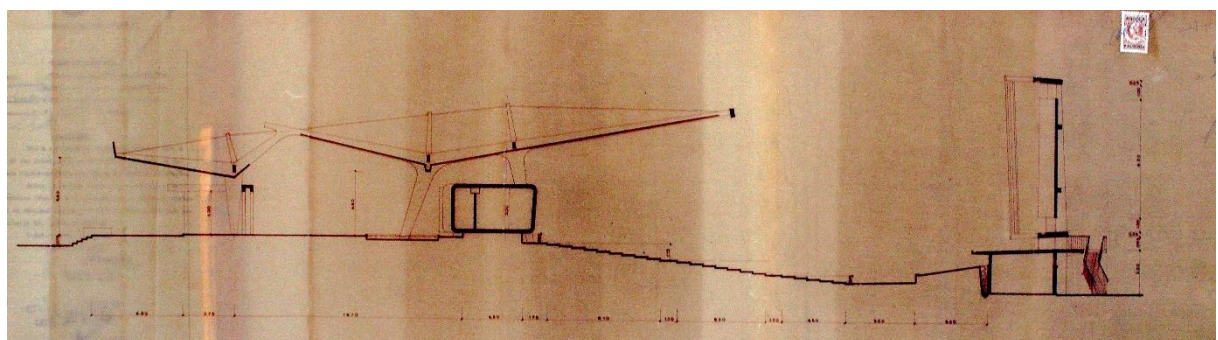


Figura 44. Cine-esplanada Flamingo. Corte, onde é perceptível a cabina de projecção levantada do solo. Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.



Figura 45. Cine-esplanada Flamingo. Vista aérea.

Envolvido na estrutura de betão armado, destaca-se o edifício da cabina de projeção, levantado do solo e ligado às áreas de circulação através de rampas torcidas. Painéis decorativos em marmorite policromada, que marcam a cabina da projeção e a fachada principal, foram desenhados pelo seu autor, que defendia a síntese das artes e a ideia de obra global. (Tostões, 2014)

A preocupação fundamental deste projeto é precisamente a conceção da estrutura da cobertura ou pala, marcando de forma expressiva o seu desenho, bem como o destaque dado ao écran nas suas dimensões e plasticidade.



Figura 46. Cine-esplanada Flamingo. Pormenor da estrutura do betão e da cabine de projeção; Fonte: Autor.

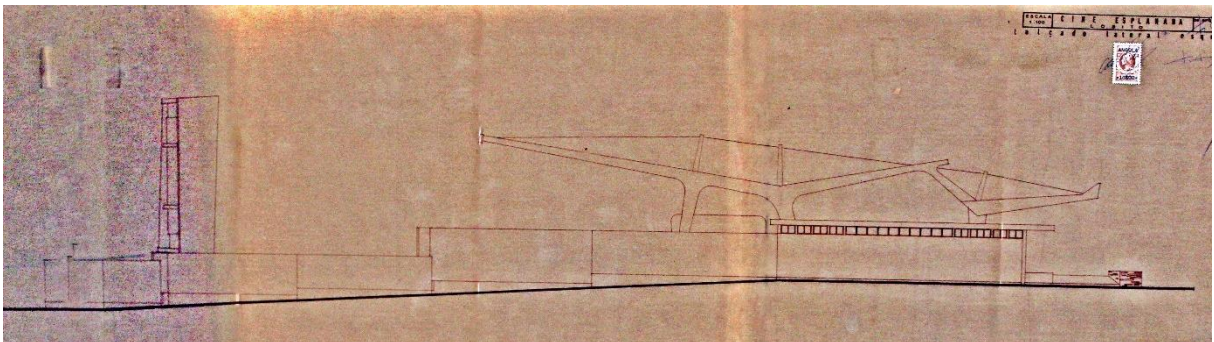


Figura 47. Cine-esplanada Flamingo. Alçado; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito.

Esta plasticidade, bem como as texturas e jogos cromáticos usados, demonstram claramente a influência que a arquitetura moderna brasileira teve nesta obra. A exploração das potencialidades do betão armado permitiu esta grande inovação estrutural e liberdade formal, recorrendo a um repertório de formas que se libertam aos poucos dos sólidos puros e de ângulos recto da obra inicial de Le Corbusier. Este projeto corresponde assim um aperfeiçoamento técnico e formal, quer das condicionantes climáticas e geográficas, quer das tecnologias em betão armado. (Tostões, 2014)

Tal como a maioria dos projetos de equipamentos culturais ligados ao lazer, a Cine-esplanada Flamingo foi uma encomenda de iniciativa privada. Ao contrário dos grandes equipamentos públicos tantas vezes sujeitos aos condicionamentos restritivos de uma política cultural imposta pelo Estado Novo, esta diferença permitiu também um menor constrangimento na conceção das estruturas arquitetónicas, aplicando livremente os códigos modernos. Assim, a encomenda foi feita pelo presidente do Cineclubes do Lobito, o engenheiro António Vieira da Silva, que se associou à distribuidora Doperfilme para construir e gerir o Cinema. (Tostões, 2014)

O Cine-Flamingo num estado geral encontra-se muito degradado, com exceção o bar que se mantém ainda em funcionamento. Da enorme pala de sombreamento apenas resta a imponente estrutura. Nos espaços cobertos funciona uma escola primária e na cabine de projeção improvisou-se a habitação de uma família. Os cinemas ao ar livre são uma tipologia frequente e exemplar do património moderno em Angola. O Cine-esplanada Flamingo é uma obra icónica da arquitetura moderna luso-africana que é fundamental valorizar e recuperar.

3.3 Liceu do Lobito

Este é o último edifício em análise da autoria de Castro Rodrigues, trata-se de um equipamento escolar, projetado no início da década de 1960, e inaugurado em 1966. O Liceu Nacional Almirante Lopes Alves, designação original, passou a ser designado como Liceu do Lobito (ou Liceu Comante Valódia) depois da independência. Localiza-se no Lobito, no Bairro Compão junto ao antigo terminal ferroviário, na ligação ao Caminho-de-Ferro de Benguela.

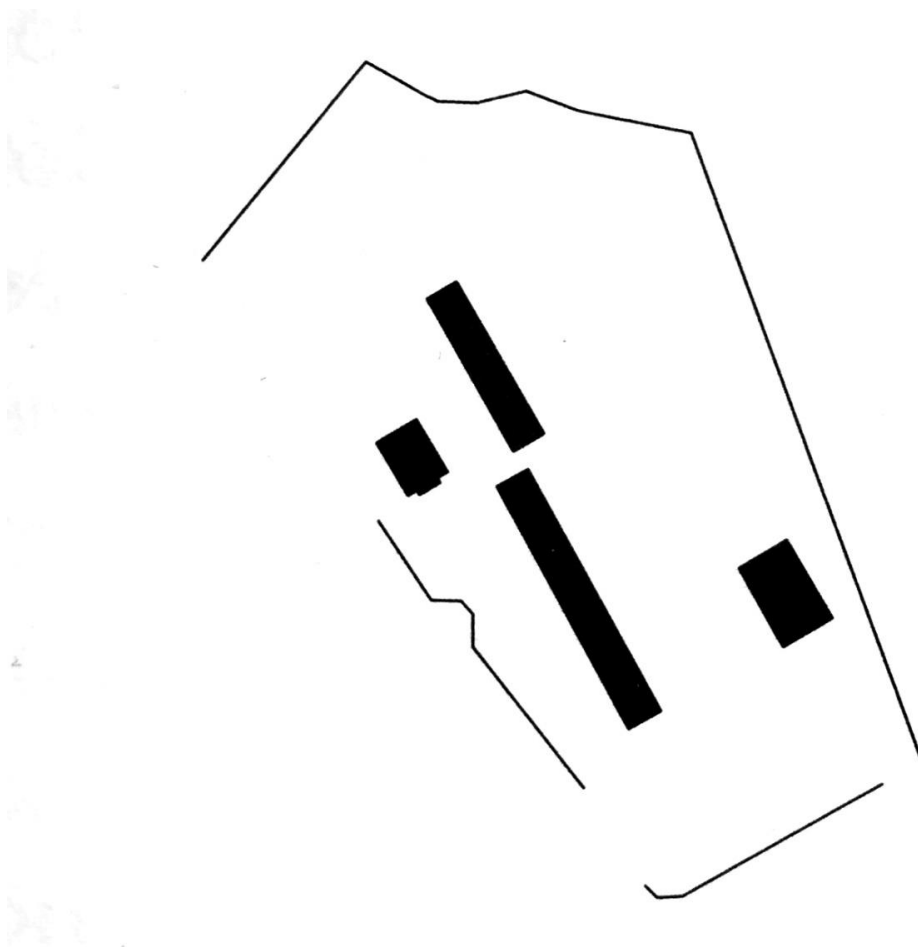


Figura 48. Liceu do Lobito. Implantação, dos 4 edifícios construídos do Liceu do Lobito; Fonte: (Milheiro, 2012).

O plano inicial previa uma infra-estrutura escolar, de construção faseada, composta por um conjunto de catorze edifícios (blocos de sala de aula, anfiteatro para música e canto coral, reitoria e administração, dois ginásios, biblioteca, habitação para o reitor e salão de festas). Apenas foram desenvolvidos e construídos os edifícios correspondentes à primeira fase do projeto: dois dos blocos de salas de aula, o edifício administrativo e um dos ginásios. (Tostões, 2014)

A encomenda deste equipamento escolar, realizada diretamente a um arquiteto residente no Lobito, representa uma sequência de importantes alterações à legislação sobre a construção

de equipamentos escolares nas províncias ultramarinas, permitindo ao mesmo tempo uma grande experimentação na adaptação destas tipologias ao clima tropical. Esta adaptação traduziu-se quer na implementação de uma estrutura espacial e organizativa dos edifícios (principalmente liceus e escolas técnicas-profissionais), quer na utilização de dispositivos construtivos que promoviam uma melhor resposta às condições climáticas. (Tostões, 2014)

A circulação em galeria ao ar livre e coberta ou a utilização do sistema de grelhagens cerâmicas são alguns dos elementos mais expressivos e exaustivamente explorado na linguagem destas tipologias. A aplicação da galeria coberta era um modo adequado de resolver funcionalmente as circulações e de configurar os espaços de lazer e recreio, mas também um modo de garantir uma boa adaptação ao meio natural: circulação do ar, sombreamento e proteção das chuvas. (Tostões, 2014)

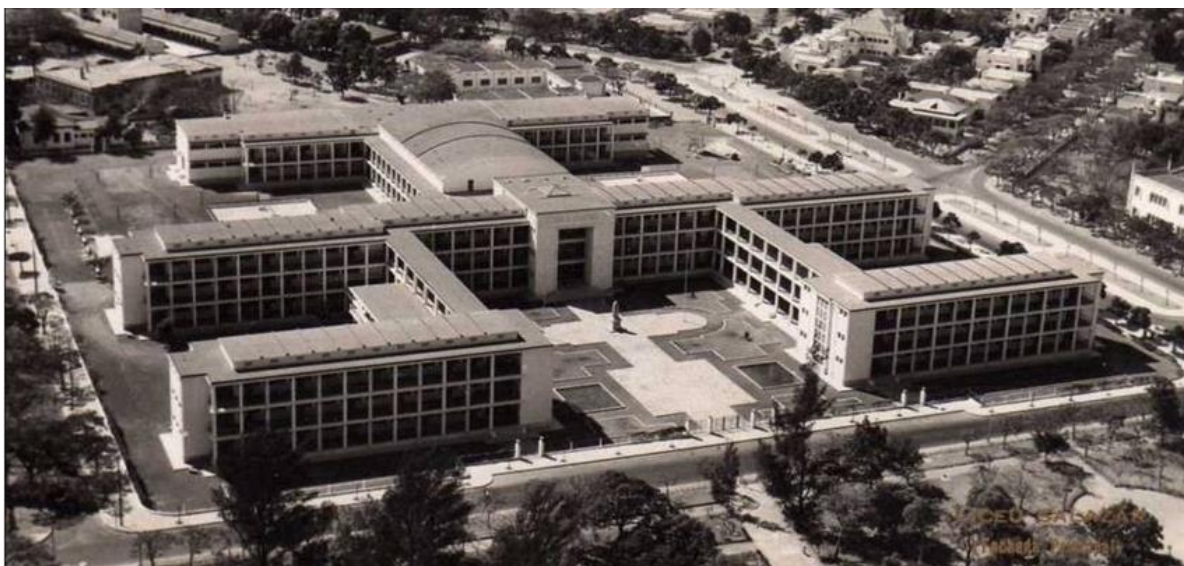


Figura 49. Liceu Salazar, Maputo, 1960; Fonte: (Melo, 2012).

Esta tipologia é aplicada no projeto elaborado em 1939 por José Costa e Silva (arquiteto da JCETS²⁷) no grandioso Liceu Salazar (atual Liceu Josina Machel), em Maputo. O liceu distribui-se por vários corpos autónomos, destinados a salas de aula, gabinetes ou equipamentos complementares, ligados por galerias porticadas abertas que prolongam as galerias de circulação de cada edifício, garantido, assim, um carácter uniforme ao conjunto. Estes grandes espaços de circulação protegem da “ação directa do sol e das chuvas e asseguram uma ventilação contínua dos espaços colectivos”. (Tostões, 2014)

²⁷ Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, no início do Estado Novo, as edificações escolares projetadas no território africano, eram realizadas por arquitetos que faziam parte desta junta.

A evolução destas tipologias não afasta, porém, o predomínio de um desenho historicista e monumental marcado pela organização dos blocos de aulas e serviços, recorrendo muitas vezes, a elementos de uma arquitetura tradicional portuguesa. Será então, a partir da autonomia das instituições estatais de Lisboa, que durante a década de 1960 se assiste à construção de obras públicas com uma linguagem mais internacional vinculada do Movimento Moderno. O Liceu do Lobito e a obra de seu autor nesta cidade e nas províncias adjacentes são exemplos desta fase de obras públicas em território africano. (Tostões, 2014)

Como já foi dito no início, o conjunto edificado corresponde à primeira parte do plano do liceu que é constituído por quatro edifícios, implantados na mesma direção, segundo o eixo noroeste-sudoeste, para beneficiar dos ventos dominantes. O primeiro edifício é administrativo, situado a entrada do recinto, é um volume paralelepipedico com dois pisos e ligeiramente sobrelevado do solo.



Figura 50. Liceu do Lobito. Edifício Administrativo; Fonte: Autor.



Figura 51. Liceu do Lobito. Vista aérea do recinto, onde é possível perceber o alinhamento dos blocos das salas de aulas.

Os edifícios das salas de aula são dois longos corpos de três pisos paralelos e ligeiramente desalinhados entre si (Figura 51), servidos por longos corredores exteriores que se desenvolvem no sentido longitudinal. Os volumes estão parcialmente erguidos do solo através de pilares, formando áreas de recreio em sombra plenamente arejadas. As salas de aula alinhadas na fachada sudoeste e dispostas perpendicularmente à galeria, desenvolvem-se nos pisos superiores. São ventiladas por grelhas rendilhada em betão, reforçadas ainda por caixilharias em persiana de vidro tipo beta que permitem controlar ao longo do dia a circulação de ar. (Tostões, 2014)

O primeiro bloco, no topo noroeste do lote, corresponde ao núcleo de salas de aula do 1º ciclo, forma no piso térreo um grande recreio coberto. O segundo corpo, mais longo, onde se encontram as salas de aula do 2º e 3º ciclo, é completado por anfiteatros no piso térreo que prolongam a fachada em grelha até ao solo. Na fachada a nordeste encontram-se os núcleos de escadas, também abertos, que quebram a regularidade da galeria. Aqui, o revestimento a tijoleira é dominante e garante-se assim uma maior opacidade dos volumes. Mas são as grelhas, na fachada sudoeste que revestem o edifício, que lhe conferem um carácter de transparência e leveza. (Tostões, 2014)



Figura 52. Liceu do Lobito. Primeiro bloco, correspondente ao núcleo de salas de aulas do 1º ciclo; Fonte: Autor.



Figura 53. Liceu do Lobito. Segundo bloco, correspondente as salas de aulas do 2º e 3º ciclo; Fonte: Autor



Figura 54. Liceu do Lobito. Ginásio; Fonte: Autor.

O ginásio situa-se um pouco mais afastado a nordeste. Trata-se de uma grande estrutura porticada em betão, aberta, mas delimitada por um edifício-muro onde se localizam os balneários. A estrutura é rematada por uma cobertura múltipla em fibrocimento marcada por enormes caleiras. Todo o embasamento é revestido a tijoleira, material dominante em todo o conjunto edificado. (Tostões, 2014)

As galerias, a leveza dos volumes levantados do solo e o tratamento das fachadas revestidas a grelha, equacionam não só uma resposta eficaz às questões climáticas, como garantem a funcionalidade do edifício no quadro do léxico moderno. A influência da arquitetura brasileira que Castro Rodrigues tanto admirava é evidente nesta obra. O desenho rendilhado e geométrico das grelhas remetem para o “cóbogo”, a quebra-luz explorada exaustivamente pelos arquitetos brasileiros, desde a década de 1940, tanto na capacidade construtiva como na sua expressão formal, ensaiadas como elemento-padrão. As variações cromáticas e a plasticidade dos materiais, bem como o domínio estrutural de grandes espaços, são outras das características que esta obra importa entusiasticamente do moderno brasileiro. (Tostões, 2014)



Figura 55. Liceu do Lobito. Pormenor do rendilhado na fachada do segundo bloco; Fonte: Autor.

O programa do liceu era evolutivo e por isso o lote do terreno escolhido era de grandes dimensões. Desse programa, cujo projeto não foi possível consultar por não se encontrar nos arquivos da administração no Lobito, apenas se constituíram dois blocos destinados às aulas, o edifício administrativo e o ginásio.

Atualmente, o liceu encontra-se encerrado por razões de obras de reabilitação desde 2014. O recinto perdeu consideravelmente uma parcela do terreno, por ter sido ocupada por habitações. Este projeto, representa uma obra exemplar do património moderno construído em Angola, não apenas pela resposta notável às condicionantes climáticas do Lobito, incluindo a ventilação e a proteção solar, mas fundamentalmente como herança das premissas do Movimento Moderno.

3.4 Nimas 500

O Nimas 500 é um edifício de uso misto, destinado a habitação e casa de espetáculos, localizado no bairro do Compão. O projeto é da autoria do Arq. Rui Fernando Mendo e o edifício foi construído em meados da década de 1970.

O edifício apresenta um jogo de volumes paralelepípedicos, orientados tanto horizontalmente como verticalmente, assentes sobre um sistema pilotis, solução encontrada pelo arquiteto para superar as condicionantes do lote de intervenção, dada a sua dimensão. Com isso, o edifício ganhou um carácter monumental e imponente.



Figura 56. Nimas 500; Fonte: Autor.

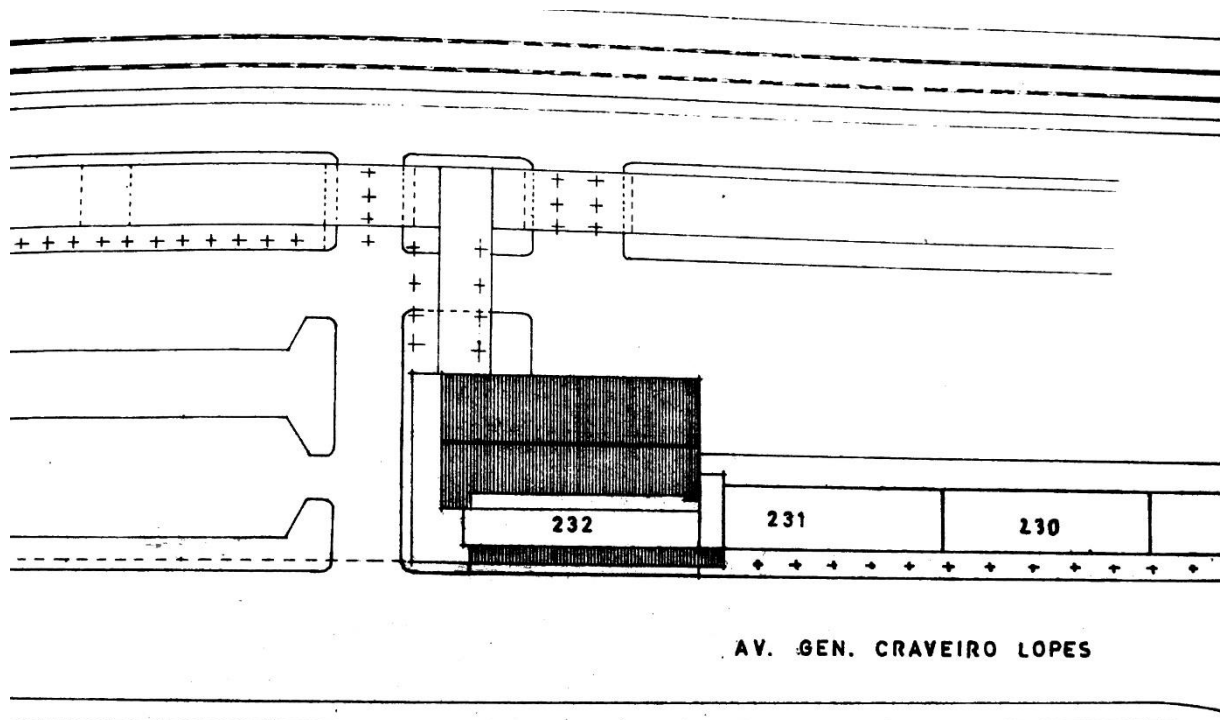


Figura 57. Nimas 500. Implantação; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

O edifício desenvolve-se em 8 pisos no total, sendo os três primeiros pisos destinados a casa de espetáculo e os restantes ao bloco de habitação. A casa de espetáculos tinha uma lotação de 548 espectadores, distribuindo-se em vários níveis.

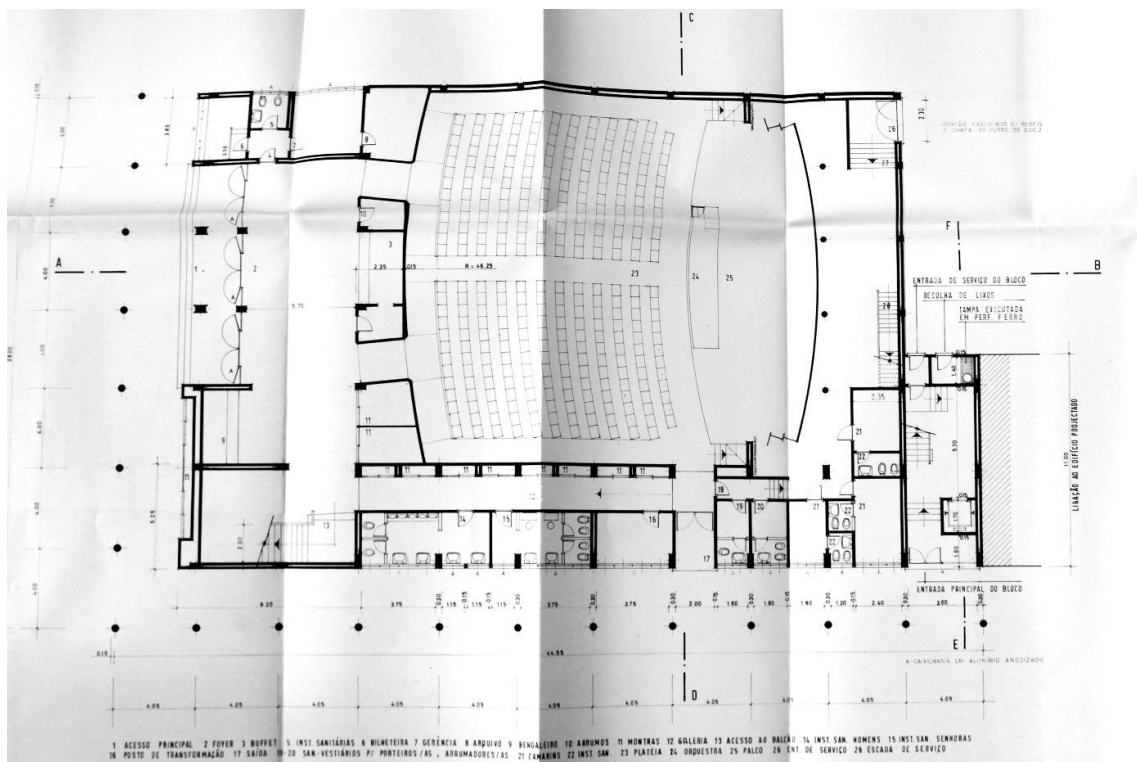


Figura 58. Nimas 500. Planta do piso 0 casa de espetáculo; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

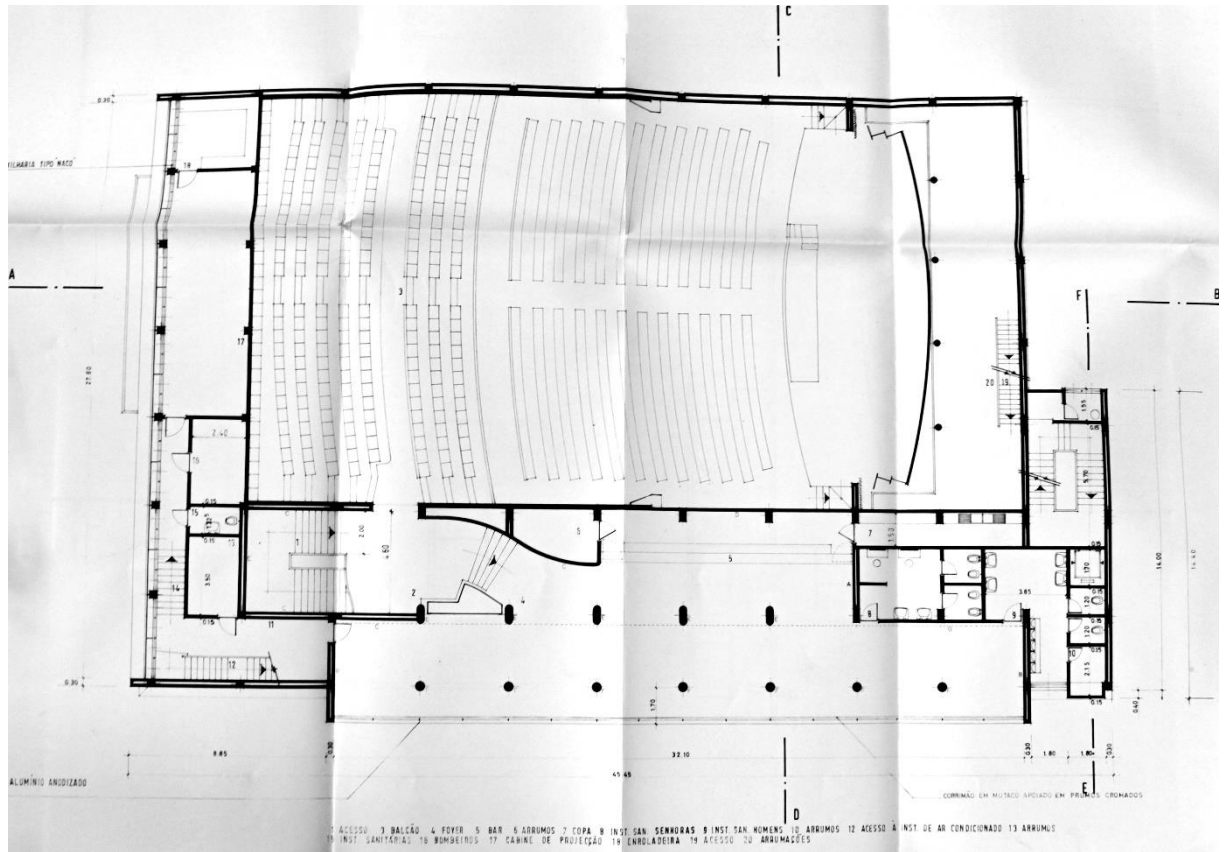


Figura 59. Nimas 500. Planta do piso 1; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

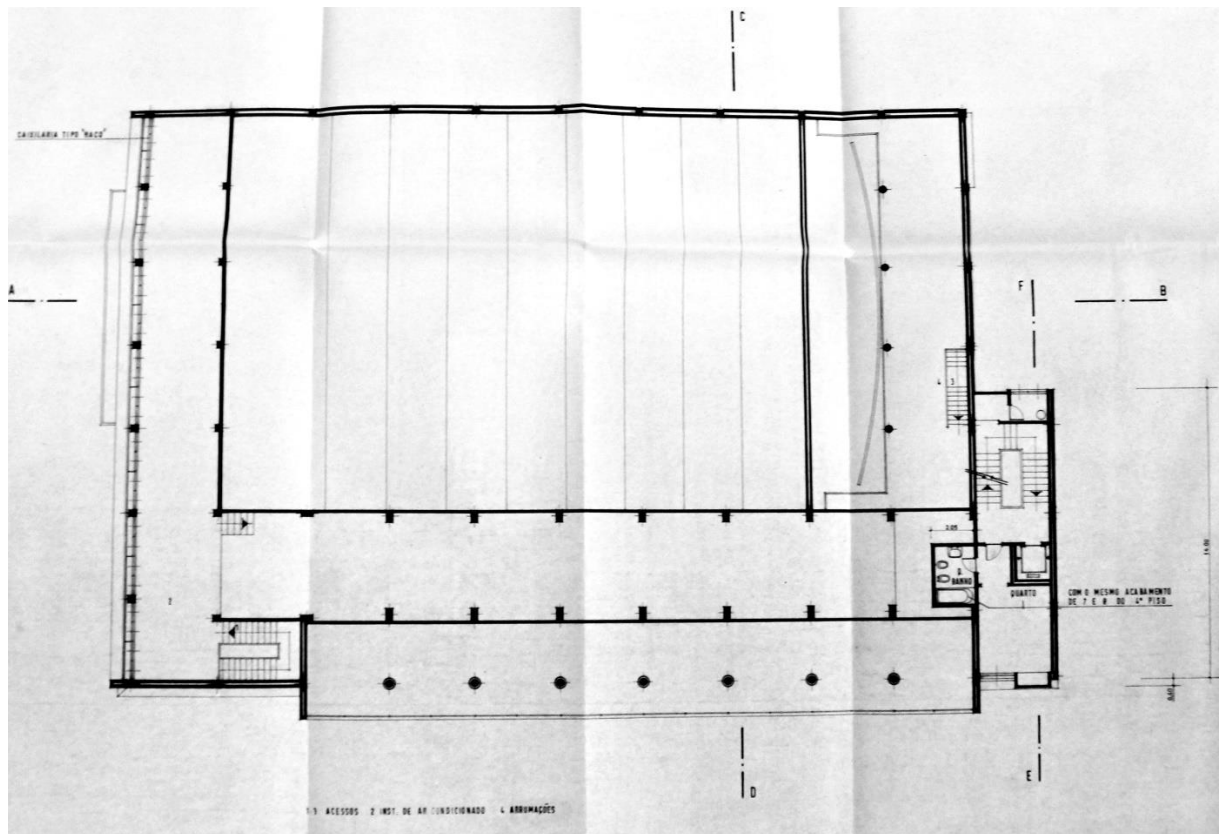
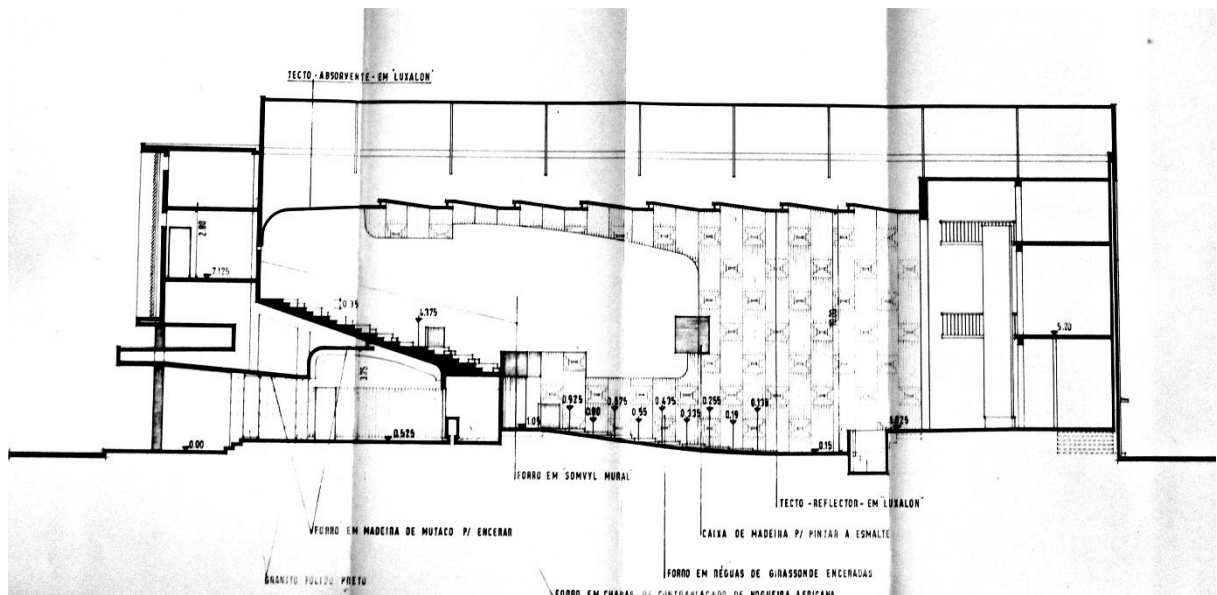


Figura 60. Nimas 500. Planta do piso 3 pertencente ao bloco de habitação; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito



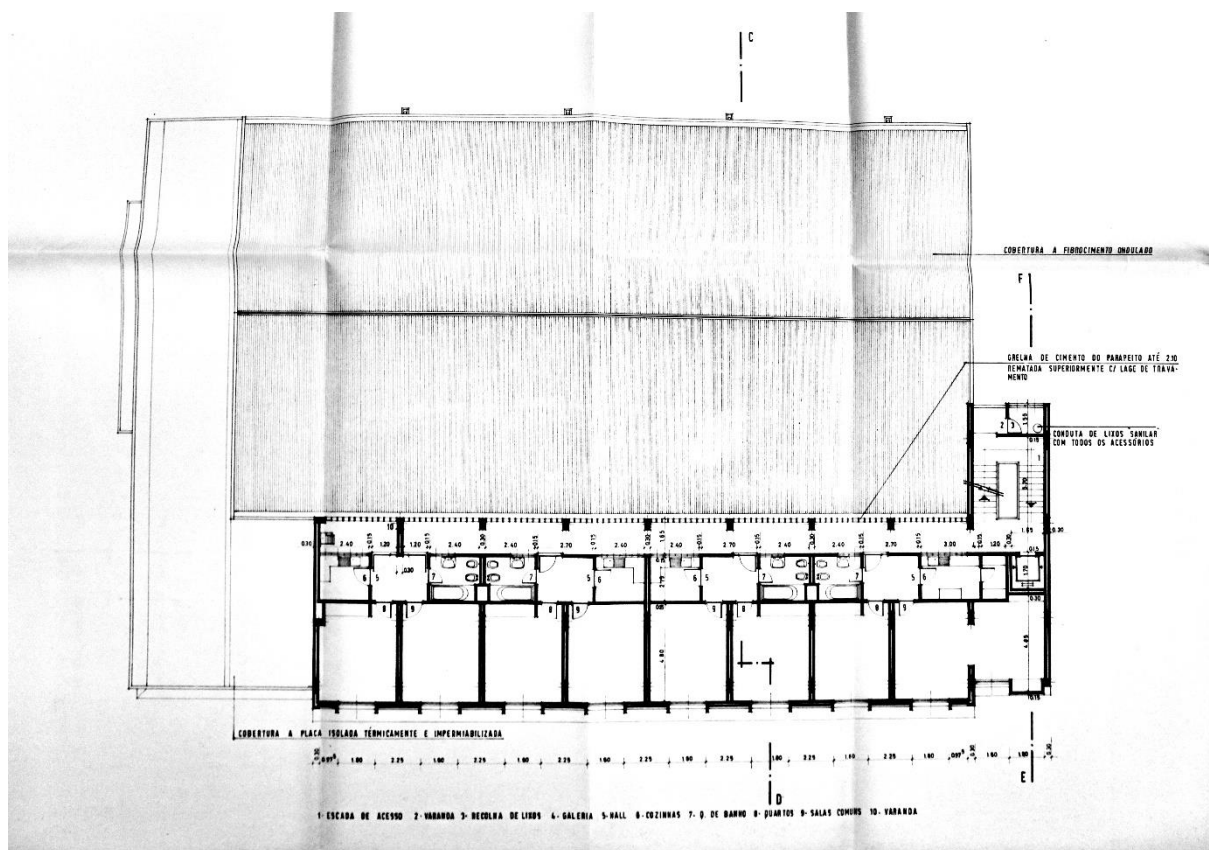


Figura 62. Nimas 500. Planta do piso 2 casa de espetáculo; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

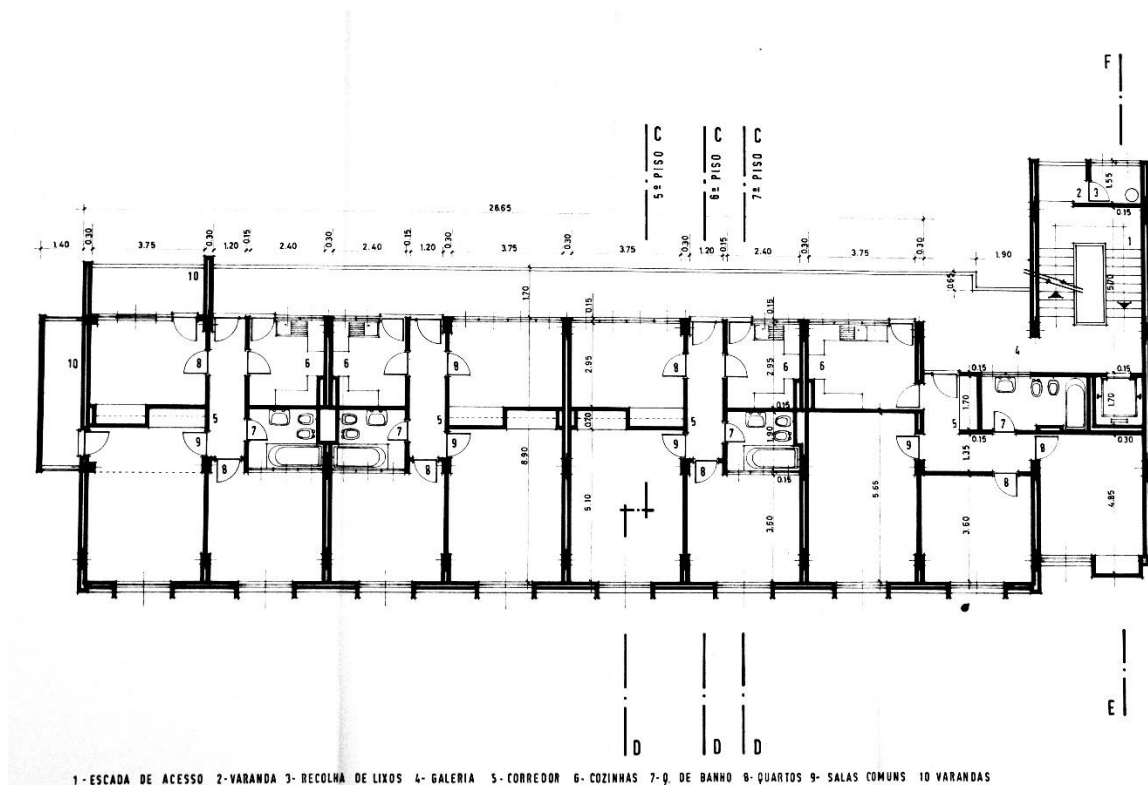


Figura 63. Nimas 500. Planta dos pisos 4, 5 e 6; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

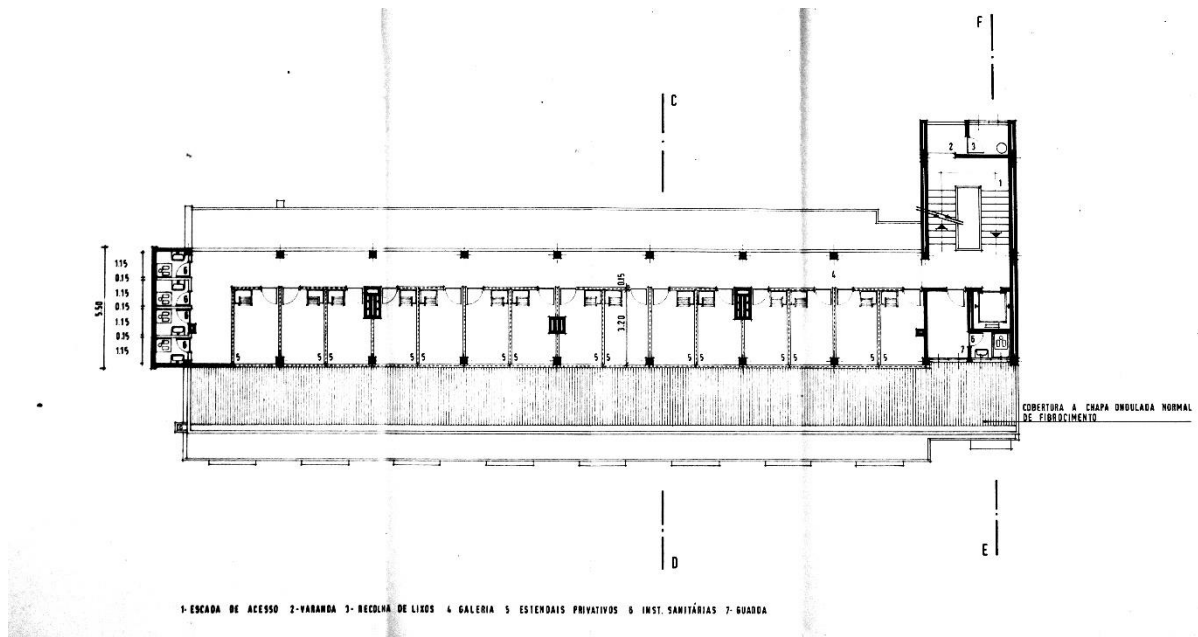


Figura 64. Nimas 500. Planta do piso 7; Fonte: Arquivos da Administração Municipal do Lobito

O edifício representa devidamente as premissas do movimento moderno, pelo tratamento compositivo que o arquiteto dedicou na definição do programa desta obra. Infelizmente hoje o edifício encontra-se em estado avançado de degradação, principalmente a casa de espetáculos que se encontra encerrada, por estar completamente degradada, sem cobertura.

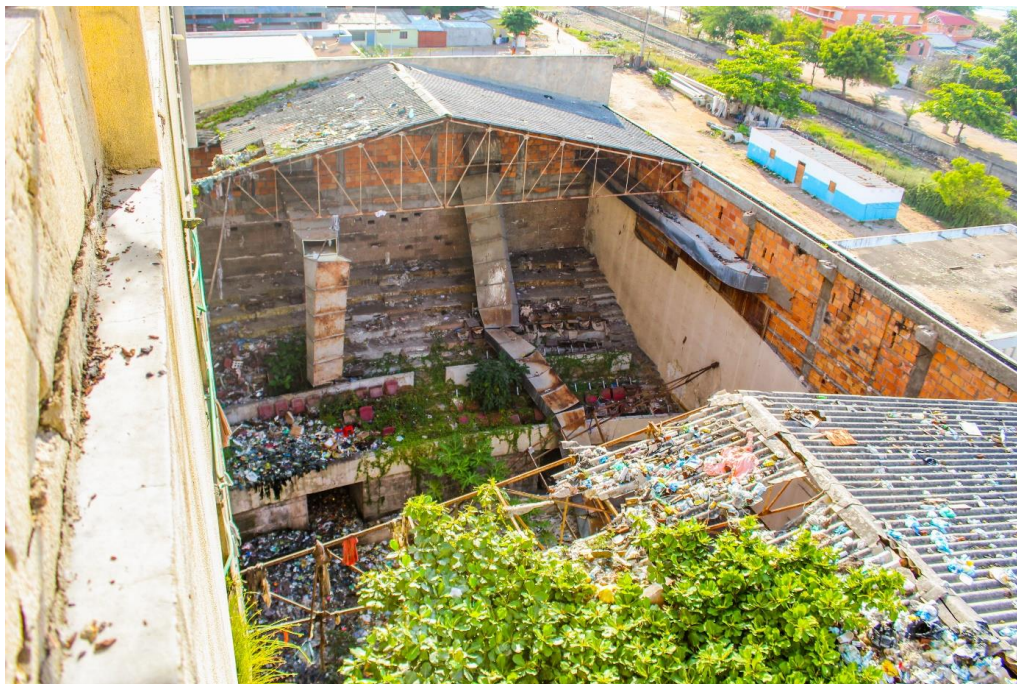


Figura 65. Nimas 500. Casa de espetáculo; Fonte: Autor.

Capítulo 4 O futuro. Linhas de trabalho

4.1 Inventariação

Para que o património arquitetónico seja salvaguardado é necessário que se crie uma base de dados de carácter científico que documente esse acervo e sirva de suporte ao reconhecimento, identificação, estudo e apropriação desses objetos, pela comunidade e organizações governamentais e não governamentais para a sua gestão, salvaguarda e valorização.

A Recomendação nº (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX, elaborada pelo Conselho da Europa (Estrasburgo, 9 de setembro de 1991) apresenta alguns princípios para a salvaguarda e valorização do património arquitetónico do século XX, que podem ser aplicados internacionalmente e adaptados ao contexto angolano.

O primeiro conselho passa pela Identificação do Património, que visa promover o seu conhecimento e estudo, estabelecer inventários sistemáticos, com o objetivo de passar a reunir documentação sistemática sobre a produção arquitetónica do século XX, quer sobre a forma de inventários nacionais cobrindo todas as épocas, quer através da elaboração de inventários específicos da arquitetura do século XX. Estes inventários devem ser:

- mais abertos do que seletivos;
- susceptíveis de atualização permanente, revisão e ampliação, à luz da evolução dos conhecimentos;
- conduzidos sem exclusão de estilos, tipologias, métodos ou períodos de construção;

- concebidos, apresentados e publicados de tal forma que o seu conteúdo seja acessível ao público em geral, quer no que respeita ao vocabulário e ilustrações utilizadas, quer relativamente às facilidades de divulgação.

No quadro dos princípios da salvaguarda e valorização do património arquitetónico, um bom exemplo que se apresenta no contexto angolano, é o antigo Liceu Salvador Correia, atualmente Mutu-ya-Kevela, localizado na província de Luanda. Inaugurado na década de 1940, e classificado como Monumento Nacional em 1992, é um edifício emblemático que foi recentemente reabilitado respeitando o projeto original.



Figura 66. Liceu Muto-ya-Kevela antes da reabilitação; Fonte: (Agency, 2018)



Figura 67. Liceu Muto-ya-Kevela atualmente; Fonte: (Agency, 2018)

4.2 Proteção legal

Na proteção de elementos significativos do património, devem ser usados critérios de seleção baseados nas seguintes considerações:

- oportunidade para reconhecer o valor das criações relevantes no conjunto dos estilos, tipos e métodos de construção do século XX;
- a necessidade de conceder estatuto de proteção, não apenas às obras dos criadores mais reputados de um período ou estilo arquitetónico, mas também, aos testemunhos menos conhecidos, mas representativos da arquitetura e da história de um determinado período;
- a importância de incluir, entre os factores de selecção, quer os aspectos estéticos, quer a contribuição das obras no âmbito da história das técnicas construtivas e o desenvolvimento dos aspectos políticos, culturais, económicos e sociais;
- o indispensável alargamento da protecção ao conjunto das componentes do meio envolvente construído, englobando, não apenas as construções independentes, mas também as estruturas produzidas em série, nomeadamente, loteamentos, grandes conjuntos edificados e cidades novas, bem como os espaços e arranjos em áreas públicas;
- a necessidade de estender a protecção às decorações exteriores e interiores bem como aos equipamentos e mobiliário concebidos em simultâneo com a arquitectura e conferindo significado à criação arquitectónica.

As autoridades competentes, nacionais, regionais ou locais, têm o dever de incentivar o uso mais apropriado do património protegido deste período, quer através de utilizações com vocação cultural ou museológica, quer para outros fins, nomeadamente económicos, comerciais ou habitacionais. A procura de funcionalidades, tendo presentes as necessidades da vida contemporânea, deve ser estimulada para evitar o abandono dos edifícios. Porém, os novos usos não deverão prejudicar o significado arquitetónico ou histórico que justificam a proteção dos bens.

Em matéria de conservação física, dado ao desgaste natural dos materiais que conduzem à degradação dos edifícios ao longo do tempo, importa, para conservação desse património que se tomem medidas de manutenção e restauro. É necessário que se promovam estudos, teóricos e práticos sobre os métodos de construção, manutenção e restauro das estruturas e dos diferentes materiais utilizados na arquitetura do século XX e nas respetivas artes decorativas integradas.

Na concepção de programas de manutenção e de restauro dessas estruturas, devem seguir-se os mesmos princípios fundamentais usados para outras categorias do património arquitetónico, nomeadamente elaborando documentação rigorosa sobre as intervenções de conservação efetuadas. Por fim, deve constituir-se, à escala nacional ou regional apropriada, um sistema de informação e registo arquitetónico que permita preservar a memória dos edifícios, bem como a sua manutenção no futuro.

É importante estimular e melhorar o conhecimento e a utilização apropriada dos materiais de construção, bem como das tecnologias de construção e conservação. Para tal é necessário prever formação adequada dirigida às empresas de construção ligadas directamente ao restauro. O carácter específico das técnicas de construção da arquitectura do século XX implica uma especialização dos profissionais encarregues do seu estudo e conservação. As autoridades dos Estados membros deverão desenvolver esforços para que seja concedida formação específica aos profissionais, quer no âmbito geral do ensino da arquitectura, quer no âmbito da formação específica em restauro do património construído.

Compete às autoridades dos Estados membros promover iniciativas de sensibilização para o valor e o carácter singular das diferentes expressões da arquitectura do século XX dirigidas aos políticos, proprietários, utentes dos imóveis, profissionais do sector, bem como aos meios de comunicação social e ao grande público. Estas iniciativas de consciencialização passam pelo: estímulo na realização de programas educativos; o uso dos diversos meios de comunicação social na divulgação de informação, apoio a publicações especializadas e realização de debates públicos ou experiências pedagógicas.

É importante incentivarem-se intercâmbios internacionais para a proteção do património, de modo a promover a partilha de conhecimentos entre formadores, historiadores, arquitetos, técnicos e outros profissionais ligados à proteção e conservação.

Conclusão

O tema central desta tese de mestrado é a realização de um estudo sobre o Arquitetura Moderna no Lobito.

O objetivo principal foi o de proceder a uma análise e interpretação de alguns edifícios emblemáticos da cidade, por forma abrir debate sobre os valores e as formas de preservação do património arquitetónico aí existente, servindo a posteriori como base para a sua divulgação e proteção.

As obras estudadas apresentam-se como exemplos de sucesso, nas quais os ideias do movimento moderno foram bem-adaptados ao contexto africano, apoiando-se na prática da arquitetura brasileira da mesma época. O estudo demonstra como os ideais do Movimento Moderno se assumiram como importante aliado no desenvolvimento das cidades angolanas, especialmente do Lobito.

Preservar o património arquitetónico é uma tarefa difícil, que exige responsabilidade de todos, nomeadamente das entidades governamentais, dos profissionais da área de arquitetura e da construção sociedade civil. Às entidades competentes devem dar o exemplo, criando as condições para a preservação dos elementos arquitetónicos relevantes, reconhecidos como bens de interesse cultural, representativos de um período da memória coletiva da sociedade angolana.

A preservação deste património torna necessário um trabalho sério de identificação sistemática do que se pretende preservar. Só assim será possível um olhar mais atento a todos edifícios reconhecidos como património arquitetónico. Nesse aspeto, a organização não governamental DOCOMOMO assume-se como um importante aliado, por ser uma organização mundial que trabalha na proteção e preservação da arquitetura do século XX. O DOCOMOMO valoriza o carácter inovador do Movimento Moderno de acordo com a dimensão social, técnica e estética, considerando um processo de longa duração, afirmando que a missão não é apenas a troca de ideias e de conhecimentos sobre edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno, mas sobretudo enaltecer a importância do Movimento Moderno atraindo atenção do público, das autoridades locais, de especialistas e da sociedade. Esse trabalho passa por: identificar e promover o registo das obras do Movimento Moderno, incluindo desenhos, fotografias, arquivos e outros documentos; estimular o desenvolvimento de técnicas e métodos de conservação apropriados; evitar a destruição e alteração de obras significativas do Movimento Moderno; identificar e atrair financiamento para a documentação

e conservação; explorar e desenvolver o conhecimento, de forma a preservar e valorizar a autenticidade do legado Movimento Moderno.

A arquitetura modernista está intrinsecamente ligada ao progresso e à evolução tecnológica, a par com as dinâmicas sociais emitidas a partir de um contexto democrático que reflete transformações culturais e económicas. Significa, acima de tudo, a crença de construir um mundo melhor em que a arquitetura é a inspiração. A arquitetura moderna sempre buscou ser funcional, racional, universal e eficiente na utilização dos materiais, através de uma abordagem de projeto que incorpora inteligência com poupança de recursos, com base numa primazia absoluta do processo em relação ao estilo. A tomada de consciência da arquitetura moderna como património é recente, mas nem por isso o debate sobre a sua valorização e preservação é menor. O debate sobre a preservação de edifícios modernistas promove a oportunidade de reabilitar e reutilizar edifícios que perderam a sua função original.

Os exemplos apresentados ao longo do trabalho, de arquitetos e edifícios que marcaram a época do modernismo, conduzem-nos até a sua prática na cidade do Lobito, que era não muito diferente da que era praticada pelo mundo. Assim, o Lobito constitui-se uma cidade de referência ao nível urbanístico e arquitetónico, no panorama internacional, graças ao seu inovador Plano de Urbanização, elaborado em 1949, para a modernização da cidade, tendo em conta a importância económica do Caminho de Ferro de Benguela.

Nessa época, a vinda do arquiteto Castro Rodrigues para a cidade, acelerou o desenvolvimento e urbanização da cidade, sendo produzida uma vasta e notável obra, com influência brasileira. Provido de grande conhecimento sobre o modernismo, encontrou aí condições favoráveis para experimentar os ideais do movimento moderno adaptando os edifícios ao clima local.

Atualmente as razões que tornaram o Lobito numa cidade de referência perdem-se a cada dia que passa. A degradação dos edifícios modernistas emblemáticos, públicos ou privados, são a prova mais evidente da oportunidade deste estudo para evitar a destruição progressiva de identidade da cidade, que a tornava um dos grandes exemplos do modernismo africano. Preservar edifícios de uma época passada, não significa que se pretende somente resgatar memórias do passado, mas sim resgatar a nossa própria história e identidade.

Bibliografia

- Admin. (25 de Outubro de 2016). *Ludwig Mies Van Der Rohe Farnsworth House Plano*. Obtido de Arts - Browse Thousands of House Plan Collections: <http://arts.gailzavala.com/ludwig-mies-van-der-rohe-farnsworth-house-plano/>
- Agency, B. T. (23 de Março de 2018). *Magistério Mutu-Ya-Kevela • Inauguração 24/03/2018*. Obtido de You Tube: <https://www.youtube.com/watch?v=14xjk6M3mHY>
- Argan, G. C. (1977). *El Arte Moderno 1770-1970*. Valencia: Fernando Torres - Editor.
- Argan, G. C. (1977). El Modernismo. Em G. C. Argan, *El Art Moderno* (pp. 229-274). Valencia: Fernando Torres - editor.
- Argan, G. C. (1977). El Modernismo. Em G. C. Argan, *El Art Moderno* (3º ed., pp. 229 - 274). Valencia: Fernando Torres - Editor.
- Bandarin, F. (2005). UNESCO's World Heritage Centre and the Programme on Modern Heritage. Em J.-Y. Andrieux, *The Reception of Architecture of the Modern Movement: Image, Usage, Heritage* (pp. 65 - 66). Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- Benevolo, L. (1976). *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva.
- Boesiger, W., & Girsberger, G. H. (1986). Le Corbusier 1910-65. Em B. W., & H.Girsberger, *Le Corbusier 1910-65* (pp. 12-13). Zurich: Les Editions d'Architecture Zurich.
- Bonito, J. M. (2011). *Arquitetura Moderna na África Lusófona. Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.
- Caldas, J. V. (2011). Design with Climate in Africa. The World of Galleries, Brise-Soleil and Beta Windows. Em A. Tostões, & I. Blasi, *Docomomo Journal 44: Modern and Sustainable* (pp. 16 - 23). Barcelona: docomomo International.

- Calinescu, M. (1999). *As 5 Faces da Modernidade, Modernismo, Vanguarda, Decadência, Kitsch, Pós-Modernismo*. (J. T. Menezes, Trad.) Lisboa : Vega .
- Canziani, A. (2008). Being and Becoming of Modern Heritage - The Challenge of Planned Conservation. Em D. v. Heuvel, M. Mesman, W. Quist, & B. Lemmens, *The Challenge of Change - Dealing with the Legacy of the Modern Movement* (pp. 5 - 10). Amsterdam: IOS Press.
- Carughi, U., & Visone, M. (2017). *Time Frames Conservation Policies for Twentieth-Century Architectural Heritage*. New York: Routledge.
- Casals, L. (1997). Documentos Fotográficos. Em X. Costa, & S. Landrove , *Arquitetura do Movimento Moderno REGISTO DOCOMOMO IBÉRICO 1925 - 1965* (p. 31). Espanha: Docomomo, D.L.
- Casciato, M. (2008). Modern Architecture is Durable: Using Change to Preserve. Em D. v. Heuvel, M. Mesman, W. Quist, & B. Lemmens, *The Challenge of Change - Dealing with the Legacy of the Modern Movement* (pp. 13 - 14). Amsterdam: IOS Press.
- Celorigo, J. (27 de Abril de 2012). *O "Angola", vai de viagem... virtual! (26) ... Lobito - Luanda*. Obtido de Salvaterra e eu: <http://salvaterraeu.blogspot.pt/2012/04/o-angola-vai-de-viagem-virtual-26.html>
- Coelho, A., & Odebrecht, S. (2007). *Arquitetura moderna: reconhecimento e análise de edifícios representativos em Blumenau, SC*. Brasil: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Tecnológicas.
- Costa, X. (1997). A génese e a internacionalidade do Movimento Moderno. Em X. Costa , & S. Landrove , *Arquitetura do Movimento Moderno REGISTO DOCOMOMO IBÉRICO 1925 - 1965* (pp. 90 - 92). Espanha: Docomomo, D.L.
- Cruz, D. A. (2012). *MEMÓRIAS DE UM MERCADO TROPICAL. O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa*. Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade de Coimbra.
- Escolano, V. P. (1997). O Inventário da Arquitetura do Movimento Moderno. Em X. Costa , & S. Landrove , *Arquitetura do Movimento Moderno REGISTO DOCOMOMO IBÉRICO 1925 - 1965* (pp. 8 -13). Espanha : Docomomo, D.L. .
- Fernandes, J. M. (1997). Sete obras modernas do "Ultramar português". Em X. Costa , & S. Landrove , *Arquitetura do Movimento Moderno REGISTO DOCOMOMO IBÉRICO 1925 - 1965* (pp. 328 - 332). Espanha: Docomomo, D.L.
- Fernandes, J. M. (2009). *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, J. M. (s.d.). *Luso Africana*.

- Folkers, A. (2013). Early Modern African Architecture. The House of Wonders Revisited. Em A. Tostões, & I. Blasi, *Docomomo Journal 48: Modern Africa Tropical Architecture* (pp. 20 - 29). Barcelona: docomomo International.
- Fonte, M. M. (2007). *Urbanismo e Arquitetura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Universidade Técnica de Lisboa/Faculdade de Arquitetura.
- Fontes, M. M. (2013). *Arquitetura e Urbanismo em Angola*. Casal de Cambra, Portugal : Caleidoscópio.
- Freches, C. (Fevereiro de 2012). *LUANDA HISTÓRIA DE UMA ARQUITECTURA*. Obtido de Arquitetura de Luanda: <http://luandahistoriadeumaarquitectura.blogspot.pt/>
- Gherardini , S. C., & Olmo , C. (2015). LC 50 YEARS AFTER. *docomomo Journal*, 43.
- González, M. F. (8 de Junho de 2017). *Acompanhe as mudanças do entorno natural da Casa da Cascata de Frank Lloyd Wright durante as estações do ano*. Obtido de Arch Daily Brasil: <http://www.archdaily.com.br/br/873211/acompanhe-as-mudancas-do-entorno-natural-da-casa-da-cascata-de-frank-lloyd-wright-durante-as-estacoes-do-ano>
- Google. (27 de Novembro de 2017). *Google Maps*. Obtido de Google: <https://www.google.pt/maps/@-12.3458711,13.5533199,14042m/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT>
- Groupius, W. (1925). *Internationale Architektur*. Munchen: Albert Langen Verlag.
- Heuvel, D. v., Mesman, M., Quist, W., & Lemmens, B. (2008). *The Challenge of Change - Dealing with the Legacy of the Modern Movement*. Amsterdam: IOS Press.
- Hortet, L., Costa , X., Fernandes , J. M., & Henket , H. V. (1997). Apresentação. Em X. Costa , & S. Landrove, *Arquitetura do Movimento Moderno REGISTO DOCOMOMO IBÉRICO* (pp. 4 - 7). Espanha: Docomomo, D.L.
- Howe, P. J. (s.d.). *Frank Lloyd Wright* . Obtido de A Digital Archive of American Architecture : http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/FLW_guggenheim.html
- International, D. (2015). *Rehabilitation and Reuse of Modern Movement Architecture/Reabilitação e Re-uso da Arquitetura do Movimento Moderno*. Obtido de docomomo international: <http://docomomo-int.wixsite.com/seminar2015/retratos>
- Leite, J. (1 de Junho de 2012). *Exposição do Mundo Português 1940*. Obtido de Restos de Colecção: <http://restosdecolecao.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html>
- Lopes, F., & Correia, M. B. (2014). *Património Cultural Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Magalhães, A. (2009). *Moderno Tropical: Arquitetura em Angola e Moçambique, 1948-1975*. Lisboa: Tinta da China.

- Magalhães, A. (09 de Março de 2016). *Bloco de Habitação Plurifamiliar/Antigo Universal*. Obtido de Património de influência Portuguesa: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=1969>
- Magalhães, A. (2016). *Migrações do moderno: arquitetura em Angola e Moçambique (1948-1975)*. Estudo Prévio 9. Lisboa: CEACT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa.
- MariaNJardim. (14 de Outubro de 2011). *Outras "casas de espectáculos" em Moçâmedes (Namibe, Angola): os "Cine Esplanada Impala" e "Arco Íris" inacabado*. Obtido de Gente do meu tempo (baú de recordações): <http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2011/10/casas-de-espectaculo-em-mocamedes.html>
- Martins, I. M., Grilo, M. J., & Machado, R. S. (2010). *Arquitecturas de Luanda*. Loures: Dilazo, Artes Gráficas S.A.
- Melo, A. B. (06 de Junho de 2012). *O LICEU SALAZAR EM LOURENÇO MARQUES, ANOS 1960*. Obtido de The Delagoa Bay World: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/06/06/o-liceu-salazar-em-lourenco-marques-anos-1960-3/>
- Microsoft. (5 de Dezembro de 2017). *Bing Maps*. Obtido de Bing: <https://www.bing.com/maps#>
- Milheiro, A. V. (2008). *As coisas não são o que parecem que são. Arquitectura brasileira na África portuguesa (1953–75)*. Porto: Dafne Editora.
- Milheiro, A. V. (Abril de 2009). *Castro Rodrigues, O Arquitecto do Lobito*. Obtido de J.A. - Jornal Arquitectos: <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/234/mais%20velhos/>
- Milheiro, A. V. (2012). *NOS TRÓPICOS SEM LE CORBUSIER Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Lisboa : Relógio D'Água Editores .
- Milheiro, A. V. (s.d.). *FAZER ESCOLA: A ARQUITECTURA PÚBLICA DO GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL PARA LUANDA*. Obtido de Modernidad Ignorada: <http://cargocollective.com/architecturamodernaluanda/Texto-1>
- Milheiro, A. V., & Dias, E. C. (2009). *Arquitetura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)*. Brasil: arq.urb - Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo.
- Oldpaperandmore. (04 de Dezembro de 2017). *POSTCARD AFRICA ANGOLA - LOBITO - OLD CARS - BOATS*. Obtido de delcamp net: <https://www.delcampe.net/fr/collections/cartes-postales/angola/postcard-africa-angola-lobito-old-cars-boats-491536574.html>
- Oliveira, H. (13 de Agosto de 2008). *Aveiro e Cultura*. Obtido de Lobito - Angola: <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/LobitoPost01.htm>

- Patrício, A. (10 de Março de 2013). *Luanda do século XX*. Obtido de Aveiro e Cultura - Arquivo Digital: Relação de Imagens de Angola: http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/luanda70_01.htm
- Pereira, L. M. (2011). *Arquitetura portuguesa anos 30-50: atitude e crise de identidade: elementos para a construção de um percurso*. Lisboa: Doutoramento em Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa.
- Portugal, D. I. (2015). *Reabilitação e Re-uso da Arquitetura do Movimento Moderno*. Lisboa: Docomomo.
- Prado, R. G., & Martí, P. N. (s.d.). *Radio Nacional de Angola*. Obtido de Modernidad Ignorada: <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da>
- Quintã, M. (2013). A Resisting Modern Monument: Huambo Veterinary Academic Hospital. Em A. Tostões, & I. Blasi, *Docomomo Journal 48: Modern Africa Tropical Architecture* (pp. 34 - 39). Barcelona: docomomo International.
- Ribeiro, C. V. (2016). *Adaptações informais na arquitetura moderna: a obra do arquiteto Simões de Carvalho nos bairros de Luanda*. Lisboa: Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade Lusíadas de Lisboa.
- rjarquitectura. (28 de Fevereiro de 2012). *Principais Edifícios e seus Arquitetos*. Obtido de Rio de Janeiro: História, Arquitetura e Urbanismo no Rio: <https://rjarquitectura.wordpress.com/2012/02/28/principais-edificios-e-seus-arquitetos/>
- Sbriglio, J. (2004). *Le Corbusier*. Paris : Birkhauser.
- Sbriglio, J. (2004). *Le Corbusier: L' Unité d'habitation de Marseilles*. Paris: Birkhauser.
- Tostões, A. (2004). *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*. Lisboa: Dom Quixote.
- Tostões, A. (2013). Transcontinental Modernism: How to Find the Shortcut. Em A. Tostões, & I. Blasi, *Docomomo Journal 48: Modern Africa Tropical Architecture* (pp. 30 - 33). Barcelona : docomomo International .
- Tostões, A. (2014). *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio.
- Tostões, A. (2016). Towards the Future, Continuity as an Eternal Present. Em A. Tostões, & Z. Ferreira, *The Adaptive Reuse. The Modern Movement Towards the Future* (pp. 16 - 18). Lisbon: docomomo International and Casa da Arquitetura.
- Tostões, A., & Magalhães, A. (s.d.). *A Boa Vida Moderna: Lazer, Comunidade e Cidade*. Obtido de Modernidad Ignorada: <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/Texto-80>

Vista aérea do Porto do Lobito. (30 de Julho de 2011). Obtido de Arquivo Científico Tropical Digital Repository: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD21381>

FONTES DOCUMENTAIS

Bloco habitacional universal (edifício da Ensa), processo nº 84 – PFL\51; *Arquivos da Administração Municipal do Lobito*

Cine-esplanada flamingo (ex. sociedade de cinemas do Lobito): processo nº 25 – PFL\1961; *Arquivos da Administração Municipal do Lobito*